

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional

LEONARDO CAMPOS PAULISTANO DE SANTANA

**A transição para democracia no Brasil: a luta pela anistia e o movimento estudantil da
Universidade Federal Fluminense (1975-1979)**

MESTRADO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

Niterói
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional

LEONARDO CAMPOS PAULISTANO DE SANTANA

**A transição para democracia no Brasil: a luta pela anistia e o movimento estudantil da
Universidade Federal Fluminense (1975-1979)**

Dissertação do aluno Leonardo Campos Paulistano de Santana apresentado como requisito para obtenção do título de Mestrado no Programa de Pós- Graduação em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

Orientador: Professor Doutor Vladimir de Carvalho Luz

Niterói
2016

**A transição para democracia no Brasil: a luta pela anistia e o movimento estudantil da
Universidade Federal Fluminense (1975-1979)**

Dissertação do aluno Leonardo Campos Paulistano de Santana apresentado como requisito para obtenção do título de Mestrado no Programa de Pós- Graduação em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

Orientador: Professor Doutor Vladimir de Carvalho Luz

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vladimir de Carvalho Luz - Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Rogério Dutra dos Santos - Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. João Ricardo Wanderley Dornelles - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Nota: _____

Me gustan los estudiantes/Que rugen como los vientos/
Cuando les meten al oído/ Sotanas y regimientos
Pajarillos libertarios/ Igual que los elementos
Caramba y zamba la cosa/ Qué viva lo experimento

Violeta Parra

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta trajetória que durou pouco mais de dois anos, não são poucos os agradecimentos devidos, a pessoas e instituições, que de fato, também são agradecimentos às pessoas que constroem o dia-dia dessas instituições.

Primeiramente agradeço a toda a minha família pelo apoio e compreensão neste tempo de trabalho, nas pessoas da minha mãe, Cristina Campos e da minha esposa, Raquel Mafort. Agradeço também aos meus amigos pessoais, e peço desculpa pela ausência em muitos eventos sociais, por ter sido por uma boa causa.

Deixo meu especial agradecimento aos colegas, professores e funcionários da Universidade Federal Fluminense, instituição acolhedora e um bom ambiente de convivência pelos charmosos campi espalhados pela cidade de Niterói. Não posso me olvidar do programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, seus docentes, discentes e servidores, desde o processo seletivo, até o ato de despedida, por todo o apoio e grandes momentos compartilhados.

Um agradecimento imprescindível é para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de Mestrado durante 24 (vinte e quatro) meses, que permitiu que eu me dedicasse aos estudos, buscando uma formação completa, realizando pesquisa, ensino e extensão.

Registro o meu obrigado aos camaradas desde a época de graduação na Faculdade Nacional de Direito, o Professor Marilson Santana pelas leituras, debates e aulas particulares sobre Teoria do Direito, e às colegas Amanda e Maíra que também seguiram os caminhos para a UFF.

No curso de mestrado, dois professores foram muito importantes: o Professor Carlos Magno, que lecionou o curso de Filosofia do Direito e contribuiu para a pesquisa participando da banca de qualificação; e o Professor Rogério Dutra, que desde o início deu grandes colaborações ao projeto de pesquisa, lecionou um curso de Teoria Constitucional, e finalmente a coordenação da pesquisa dos arquivos, ao qual eu tive a oportunidade de fazer parte.

Ao meu orientador, Vladimir Luz, o “Ancião” um enorme agradecimento, não só pela disciplina lecionada e pela orientação do presente trabalho, mas por orientar minha formação como pesquisador, e como professor nas importantes lições no estágio docência e concursos públicos, que me prepararam para iniciar a carreira docente. Outro aspecto fundamental para a minha formação na pós-graduação foi o processo de formação e primeiros anos de atuação do Tamoios Coletivo de Assessoria Popular, o Tacap, no qual sua experiência de ancião também influenciou positivamente minha atuação como extensionista.

O Tacap, uma experiência de coletividade, afeto, de formação e formalização de projetos de extensão universitária, em uma perspectiva de transformação da realidade social, que pode misturar utopias, pesquisas empíricas e até videoclipes de funk. Essa foi uma das, senão a mais interessante experiência nesse tempo de convivência na UFF.

Indissociáveis á experiência do Tacap são os funcionários e amigos do Módulo de Ação Comunitária (Maquinho) e todos os moradores do Morro do Palácio que nos acolheram de maneira ímpar, especialmente o Professor Breno Platais, camarada de várias jornadas que além de abrir as portas, advertiu sobre a importância da Extensão para a democratização na universidade.

Por fim, deixo meu agradecimento a mais dois setores da UFF. O primeiro é a Seção de Arquivo Permanente, e os servidores que me deram todo o apoio na pesquisa, além de muitos momentos de convivência nos almoços e cafezinhos nas minhas muitas visitas ao casarão. O segundo é o Curso de Direito da UFF em Volta Redonda, em que eu tenho a oportunidade de lecionar como professor substituto, e agradeço aos servidores, colegas professores e alunos, pela paciência e pelo carinho.

Todo o agradecimento, no que se refere ao conhecimento e ao magistério, deve corresponder ao compromisso com a educação, e na formação de outras gerações para a construção de uma sociedade melhor.

RESUMO

SANTANA, Leonardo Campos Paulistano de. *A transição para democracia no Brasil: a luta pela anistia e o movimento estudantil da Universidade Federal Fluminense (1975-1979)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Faculdade de Direito. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ.

O trabalho aborda a luta pela anistia no âmbito do movimento estudantil na Universidade Federal Fluminense, entre os anos de 1975 e 1979, no contexto de transição para a democracia. A primeira parte corresponde á pesquisa bibliográfica sobre o conceito de transição, como aconteceu no caso brasileiro, a reorganização do movimento estudantil, e os movimentos pela anistia no Brasil. Essa frente pela anistia pode ser vista de duas maneiras: como denúncia das violações sistemáticas de direitos humanos e defesa das vítimas; e ainda, como dimensão instituinte, buscando a formação de um bloco histórico para disputar os rumos da transição e participar da construção de outro Estado constitucional. A segunda parte da pesquisa incide diretamente nos arquivos da Assessoria de Segurança e Informações da UFF, nos quais foram reunidos diversos documentos da época referentes ao movimento estudantil na universidade. Desta forma, a pesquisa procura compreender o papel do movimento estudantil da UFF durante a transição, suas reivindicações, e sua articulação com os movimentos pela anistia.

PALAVRAS CHAVES: *Transição, Anistia e Movimento Estudantil*

ABSTRACT

SANTANA, Leonardo Campos Paulistano de. *A transição para democracia no Brasil: a luta pela anistia e o movimento estudantil da Universidade Federal Fluminense (1975-1979)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Faculdade de Direito. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ.

The research is about the struggle for amnesty under the student activism at the Universidade Federal Fluminense, between the years 1975 and 1979 in the context of transition to democracy. The first part corresponds to the literature on the concept of transition, as in the Brazilian case, the reorganization of the student movement, and the movement for amnesty in Brazil. This front amnesty can be seen in two ways: as a denunciation of systematic violations of human rights and protection of victims; and yet, as instituting dimension, seeking the formation of a historical bloc to rival the course of transition and participate in the construction of another constitutional state. The second part of the research focuses directly on *Assessoria de Segurança e Informações* (Security Advisor) files and information from UFF, in which were collected various documents of the time for the student activism at the university. Thus, the research seeks to understand the role of UFF student activism during the transition, their demands, and their articulation with the movement for amnesty.

KEYWORDS: *Transition, Amnesty and Student Activism*

Sumário

Introdução.....	14
1 - A transição para a democracia	22
1.1 - Teorias da Transição	27
1.1.1 - A Terceira Onda de Democracia.....	28
1.1.2 - Definição de padrões comuns às transições	30
1.1.3 - Definição de conceitos	32
1.1.4 - O problema da legitimação dos regimes autoritários e a transição realizada por pactos (e sua possibilidade de revisão).....	33
1.2 - A transição para a democracia no Brasil.....	38
1.2.1 - A ditadura civil-militar no Brasil	40
1.2.2 - A Abertura: mobilização popular versus o projeto oficial de transição lenta, gradual e segura.....	48
1.2.2.1 - Estratégia de “Descompressão” Política	52
1.2.2.2 - Tempos de abertura: prisões, assassinatos e o Pacote de Abril.....	55
1.3 - A(s) esquerda(s) na transição brasileira e as análises de Luiz Werneck Vianna	59
1.3.1 - Revolução Passiva e as duas matrizes no pensamento político brasileiro	62
1.3.2 - A transição brasileira e o processo de modernização capitalista	66
2 - A modernização conservadora na universidade e o Movimento estudantil.....	72
2.1 - As violações aos direitos humanos nas universidades: a contribuição da Comissão Nacional da Verdade	75
2.2 - Os projetos de modernização da universidade brasileira	79
2.3 - O Movimento Estudantil, sua reorganização e atuação: tolerância e controle.....	82

3 - O Movimento de Luta pela Anistia no Contexto de Transição para a Democracia no Brasil - 1975-1979	85
3.1 - Movimento de luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita.	88
3.2 - Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA)....	91
3.3 - A Lei de Anistia	94
3.4 - A Luta pela Anistia como luta pela democratização.....	97
4 - O movimento estudantil da UFF na transição, a partir dos arquivos da Assessoria de Segurança e Informações (ASI).....	100
4.1 - Excurso metodológico.....	101
4.1.1- Fontes	102
4.1.2 - Método e Variáveis	103
4.2 - O Movimento Estudantil da UFF aos olhos da vigilância	105
4.2.1- 1975.....	105
4.2.2 - 1976.....	112
4.2.3 - 1977.....	117
4.2.4 - 1978.....	129
4.2.5 - 1979.....	136
4.3 - O Movimento Estudantil da UFF na luta pela anistia	141
Conclusões.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
LISTA DE DOCUMENTOS.....	154
ANEXOS	159

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

ADPF: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AI: Ato Institucional

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

ARSI: Assessoria Regional de Segurança e Informação

ASI: Assessoria de Segurança e Informação

BNH: Banco Nacional de Habitação

CACA: Centro Acadêmico Castro Alves

CACO: Centro Acadêmico Candido de Oliveira

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBA: Comitê Brasileiro de Anistia

CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CFOAB: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

CIDH : Corte Interamericana de Direitos Humanos

CNBB: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNV: Comissão Nacional da Verdade

CPC: Centro de Cultura Popular

DACO: Diretório Acadêmico de Comunicação

DARS: Diretório Acadêmico Raimundo Soares

DCE: Diretório Central dos Estudantes

DSI: Divisão de Segurança e Informações

DSN: Doutrina da Segurança Nacional

EC: Emenda Constitucional

ENE: Encontros Nacionais de Estudantes

ESG: Escola Superior de Guerra

FEA: Faculdade de Economia e Administração

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IACS: Instituto de Artes e Comunicação Social.

ICHF: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LSN: Lei de Segurança Nacional

MARINA: Movimento Ação Revolucionária Integração Nacional

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

ME: Movimento Estudantil

MEC: Ministério da Educação e Cultura

MFPA: Movimento Feminino pela Anistia

MU: Movimento Universitário

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PNDH: Plano Nacional de Direitos Humanos

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SNI: Sistema Nacional de Informações

STF: Supremo Tribunal Federal

UDN: União Democrática Nacional

UEE: União Estadual dos Estudantes

UFF: Universidade Federal Fluminense

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UnB: Universidade de Brasília

UNE: União Nacional dos Estudantes

USAID: United States Agency for International Development

Introdução

O trabalho desenvolvido no campo da Teoria e, sobretudo, da História do Direito Constitucional, trata inicialmente da Lei de Anistia de 1979, considerando-a como marco histórico normativo da transição da ditadura civil-militar instalada em 1964, para o Estado Democrático previsto pela Constituição Federal de 1988.

O processo histórico da transição democrática, no Brasil, pós-1964, tem sido objeto de análise e inúmeros debates na esfera pública e na sociedade civil. Nesse sentido, em 2008, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ajuizou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental questionando a Lei de Anistia (6.683/79) no que diz respeito à persecução criminal de perpetradores de graves violações de direitos humanos, agentes de repressão do regime, bem como sua cadeia de comando, a partir da interpretação conforme a constituição no ponto sobre crimes conexos.¹

No ano seguinte foram realizadas celebrações sobre os trinta anos da promulgação da lei, remetendo ao movimento de luta pela anistia, que a partir do Movimento Feminino pela Anistia (MPFA) em 1975, e a formação de diversos Comitês Brasileiros de Anistia (CBA) espalhados pelo país, congregando familiares e amigos de vítimas, trabalhadores, estudantes, intelectuais, exilados políticos, organizações não-governamentais.²

Desta forma, ampliou-se o debate sobre as condições em que se deram a luta e as medidas estatais que culminaram na volta de diversas pessoas a vida pública, o retorno de exilados políticos, e a liberdade de alguns presos.³ A medida precedeu a volta do pluripartidarismo, a campanha por eleições diretas para presidente, em 1984 e o Congresso Constituinte a partir da Emenda Constitucional (EC) 26/85.

¹ Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. LEI 6.683 de 28 DE AGOSTO DE 1979.

² GRECO, Heloísa Amelia. Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia. 2003. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

³ Não foram incluídos no alcance da anistia, os condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal (Artigo 1º § 2º da Lei 6.683/79.)

No âmbito institucional, destaca-se a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 153, pela manutenção na aplicação da Lei de Anistia, e em sentido contrário, a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 24 de novembro de 2010⁴, pela persecução criminal dos agentes do regime e esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram as violações, para fins de construção da memória e da história, como medidas de justiça.⁵

Dentro desse contexto, ainda cabe ressaltar a elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos - 3 (PNDH-3) em dezembro de 2009, a partir de convenções municipais, regionais e concluído na Convenção Nacional, que propugnou pelo esclarecimento da verdade, fortalecimento da memória, reparação as vítimas e persecução dos perpetradores.⁶

No âmbito de revelação da verdade e fortalecimento da memória, dimensão cuja complementaridade é indispensável às outras, foi formada a Comissão Nacional da Verdade para apuração de graves violações de direitos humanos no período compreendido entre 1946 e 1988.⁷

É nesse contexto, de constante e intensa mobilização de setores da sociedade civil e da esfera pública, portanto, que se inicia o processo de pesquisa e de reflexão sobre a história da recente democracia brasileira, relacionando aspectos normativos e institucionais com questões sociológicas e políticas, com destaque para o período de 1975 e 1979.

Em 2013, como ponto de partida para a presente pesquisa, concluiu-se o trabalho monográfico para conclusão de curso de pós-graduação *latu sensu* em Direito Público, realizado a partir da análise do julgamento da ADPF 153.⁸

A partir de então, aprofundou-se o interesse pelos acordos políticos, ou possíveis conciliações que teriam levado a promulgação da Lei de Anistia, bem como a abertura do

⁴ Caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf

⁵ Sobre o tema, caberia o aprofundamento sobre a categoria justiça de transição, que por ora não será feito.

⁶ BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - - rev. e atual. - - Brasília : SDH/PR, 2010

⁷ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

⁸ SANTANA, Leonardo Campos Paulistano de. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO BRASIL E A INTERPRETAÇÃO DA LEI DE ANISTIA (6.683/79), Trabalho de Conclusão de curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Público.. Faculdade de Direito da Universidade Candido Mendes 2013

regime, considerando as diferentes forças envolvidas no contexto, no Estado e na sociedade Civil.

O tema da anistia, apesar de ser reivindicado de diversas formas desde 1964, tendo por mote as primeiras prisões e cassações⁹, ganha notoriedade a partir da mobilização do Movimento Feminino pela Anistia em 1975 e a posterior formação dos Comitês Brasileiros pela Anistia. O contexto é de abertura lenta, gradual e segura do regime, na presidência do General Ernesto Geisel.

O movimento de luta pela anistia possuiu uma dimensão política, que associava o autoritarismo e a violência com o fim da política e do espaço público, trazendo, portanto, no bojo de suas reivindicações um conjunto de liberdades democráticas para a reconstituição desse espaço.¹⁰ Outro aspecto importante desse autoritarismo, é a participação de agentes econômicos nacionais e internacionais, na formação do bloco de poder, que vão contribuir para que a transição seja feita “pelo alto” com um caráter conservador.¹¹

Por isso, elegeu-se o momento da reorganização dos movimentos populares, que se congregam na frente pela anistia ampla, geral e irrestrita em 1975, até a promulgação da lei em agosto de 1979, como marco histórico da abertura que iniciou a transição para a democracia e o Estado constitucional de 1988. Ao longo de todo o trabalho, será sempre buscada a compreensão histórico-sociológica dos fatos, com ênfase na cidadania e nos movimentos sociais, e por outro lado, as medidas institucionais, sempre de forma crítica quanto ao conteúdo subjacente, que remete às forças que compõe o governo ditatorial e a conjuntura diante dos diferentes interesses de classes e frações de classes e fases da modernização capitalista.

O estudo do Direito Constitucional, seja a partir das experiências históricas liberais de Inglaterra, França e Estados Unidos, seja nas experiências recentes na Bolívia, Equador e Venezuela, abrange não somente as cartas promulgadas, mas o processo político social que culminou na elaboração de novas constituições.

⁹ RIBEIRO, Denise Felipe. A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia / Denise Felipe Ribeiro. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense – 2012.

¹⁰ GRECO, Heloísa Amelia. Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia. 2003. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p.21

¹¹ Idem p.44

De forma geral, o processo de amadurecimento aglutinado com as leituras, fez com que a pesquisa fosse estabelecida em um quadro de transição para a democracia, com o intuito de entender a configuração constitucional do país bem como sua dinâmica em relação à política e à economia. Com efeito, os elementos centrais que norteiam a linha de pesquisa do Programa estavam imbricados: histórica do constitucionalismo e a questão da Democracia no Brasil a partir da transição pós-1964.

Para alcançar uma maior compreensão, e uma maior delimitação do fenômeno, adota-se o recorte temporal do período entre 1975 e 1979, que compreende a reorganização do movimento estudantil¹², a mobilização do movimento operário (com destaque para o novo sindicalismo do ABCD paulista) e de setores médios como intelectuais, advogados, jornalistas etc.

Ponto central no tema da transição, que será desenvolvido como o problema de pesquisa, é a questão da continuidade ou ruptura com o regime anterior, e aí está inserida a luta pela anistia e pelas liberdades democráticas.

A transição para a democracia, segundo Luiz Werneck Viana, surge a partir de um renovado Estado burguês, com o projeto de conclusão da modernização do capitalismo, compreendida em sua dimensão econômica. Assim, as classes subalternas só se inserem como força de trabalho e mercado de consumo.¹³ Para o autor há um lapso entre a modernidade política e a modernidade econômica, que conta com o planejamento e execução estatal, mantendo aspectos autoritários de controle social.¹⁴

Nesse sentido, será explorada essa ambiguidade da chamada transição autoritária para o capitalismo moderno, que em se tratando de um processo, envolve teoria e prática, e sujeitos coletivos que procuram alcançar seus objetivos no espaço da ação política¹⁵, seja por

¹² MÜLLER, Angélica. A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.95

¹³ WERNECK VIANNA, Luiz. Travessia: Da Abertura à Constituinte de 1986. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986. p.19

¹⁴ Esse eixo de articulação seguirá toda a obra do autor sobre Iberismo e Americanismo no Brasil. “Sob o ciclo do regime militar, por modernização se compreendia a conclusão do processo de imposição do capitalismo, que estaria a requerer, na ótica de seus dirigentes, o uso de recursos da violência política a fim de remover os entraves políticos e sociais à sua realização. Tratava-se, portanto, de uma americanização por cima, à base de uma forma autocrática de Estado.” WERNECK VIANNA, Luiz. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p.220

¹⁵ WERNECK VIANNA, Luiz. Travessia: Da Abertura à Constituinte de 1986. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986. p 31

dentro do Estado com medidas de transição “por cima”, ou na mobilização da cidadania, como no Movimento Estudantil.

O Movimento Estudantil, bem como toda a comunidade universitária sofreu duras intervenções do regime, como sistematizou o caderno temático presente no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, sobre as violações de Direitos Humanos nas universidades.¹⁶ Por ser um espaço por excelência de formação dos quadros intelectuais, sobretudo para o Estado, a interferência no conteúdo e nas formas de ação política nesse campo foi um dos pilares dessa modernização autoritária.

Por isso, o trabalho busca as especificidades do caso brasileiro, não abordando somente o sistema político em senso estrito, mas buscando contrapô-lo às formas de ação cidadã que se articulavam pela democratização.

Assim sendo, em contato com o Professor Rogério Dutra, membro representante da UFF na Comissão Municipal da Verdade de Niterói¹⁷, tomamos conhecimento sobre o acervo de documentos da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) instalada na Universidade Federal Fluminense (UFF) à época do regime. O departamento era parte do Sistema Nacional de Informações (SNI), e buscava fornecer e receber informações de estudantes, professores e servidores sempre balizados pela Doutrina de Segurança Nacional.

Desta forma, a partir de uma amostragem, verificou-se uma série de panfletos, jornais e manifestos do movimento estudantil que chamavam a atenção dos órgãos de repressão. Por meio deste levantamento empírico se pretende contrastar as análises teóricas da hegemonia e do Estado durante a transição, com o cotidiano dos estudantes na UFF no período.

A pesquisa buscou a compreensão dos diferentes posicionamentos verificados nos documentos analisados, questionando qual seria o papel do movimento estudantil da UFF, no processo de luta pela anistia e de transição para a democracia entre 1975 e 1979.

Esse é o problema central da pesquisa, dentro do âmbito de forças que se mobilizaram pela democratização, para se buscar até que ponto a formação desse bloco histórico, predominantemente liberal e ou de esquerda, exerceu a hegemonia durante o

¹⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 402 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2) pp.257/288

¹⁷ Instituída pela Lei Municipal nº 3027/2013

processo de transição, buscando a descontinuidade do regime autoritário, em contraposição a ideia de modernização econômica, com atraso nas formas políticas.

Como uma forma de problema secundário, buscando elementos para subsidiar a resposta à questão central, questiona-se quando e onde o tema da anistia aparece na pauta, de que forma e associada a quais reivindicações. O que muda no discurso do movimento entre 1975 e 1979 e em que cursos e entidades surgem tais reivindicações.

Como objetivos centrais, busca-se compreender como se forma o bloco histórico e como se exercerá a hegemonia após a abertura do regime civil-militar de 1964, no período de transição para a democracia, tendo por ator histórico o movimento estudantil na Universidade Federal Fluminense. A ideia é relacionar o Movimento Estudantil, com a transição para a democracia e a construção da cidadania no Brasil entre 1975 e 1979. Especificamente, a partir dos arquivos pesquisados, de que forma a luta pela anistia, ampla geral e irrestrita estava presente no cotidiano da comunidade acadêmica da UFF.

Para isso, a pesquisa destacou reivindicações associadas ao movimento pela anistia, bem como demais bandeiras do Movimento Estudantil na UFF no período estudado.

Além disso, o trabalho busca fornecer subsídios para o estudo dos aspectos jurídicos e históricos da Ditadura Civil-Militar 1964-1985, e a transição para o Estado Democrático de Direito.

A pesquisa apresenta como hipótese inicial, que o Movimento Estudantil teria como bandeiras principais, questões relacionadas às liberdades políticas, de organização, fim das prisões e de assassinatos¹⁸. Dois diplomas legais da ditadura atacados são o Ato Institucional n° 5 e o Decreto 477, que embasava os atos de exceção nas universidades. O conteúdo dos currículos também é ponto fundamental para a relação entre os intelectuais e o Estado.

Portanto, a hipótese central, seria que o Movimento Estudantil em geral, especificamente o da UFF, foi parte de um bloco histórico formado por liberais, democratas e a esquerda, que vislumbrava a possibilidade de exercer hegemonia na transição do regime autoritário de 1964 para a democracia, reivindicando liberdades políticas que ensejassem a

¹⁸ Quanto a esse ponto, merece destaque as denúncias sobre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog em 1975 e a prisão de professores e alunos da universidade.

reconstrução da esfera pública. Dessa forma, questionando a transição, que encerrava um ciclo autoritário que havia cumprido sua tarefa, de modernização da economia capitalista, sem que, no entanto tivesse se desenvolvido em bases democráticas na sociedade.

Para Werneck, o predomínio do viés conservador da transição poderia ser medido, pela reforma agrária, pelas liberdades de ação sindical e pela definição do centro político.¹⁹ A democracia como conquista da ruptura, a partir das forças populares que formaram o movimento pela anistia, abrangeria dentre outros atores o Movimento Estudantil.

A relevância da pesquisa se baseia na relação da História, do Direito e da democracia no país, articulando o conhecimento sobre o passado como uma dimensão da cidadania. Em um momento em que os movimentos de luta pela memória, verdade e justiça conseguem ressaltadas as dificuldades, compor comissões da verdade para que a versão oficial apresentada pelo Estado seja diversa da até então apresentada, reconhecendo o conjunto de graves violações de direitos humanos, bem como a destruição do espaço público para a ação política autônoma dos movimentos sociais.

Além da publicitação do tema e da problemática, no caso específico dos arquivos da ASI da UFF, a pesquisa busca contribuir com a análise dos documentos, de especial relevância para a instituição e para o município. No mais, a possibilidade de acesso a tais documentos, aponta para o imperativo de contrastar as teorias que abordam a transição para a democracia com referências concretas nas manifestações correntes da política estudantil no período destacado.

A princípio, a discussão sobre as interpretações da Lei de Anistia, a formação das comissões da verdade, dentre outras medidas, estão inseridas na categoria *Justiça de Transição*. Em que pese a relevância e a qualidade dos debates realizados pelo mundo em sociedades após conflitos armados ou regimes autoritários, os debates se desenvolvem no campo filosófico no que diz respeito às vítimas e formas de reparação, ou no campo jurídico sob a perspectiva do Direito Internacional.²⁰

¹⁹ WERNECK VIANNA, Luiz. Travessia: Da Abertura à Constituinte de 1986. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986. p 259

²⁰ NACIONES UNIDAS. Informe del Secretario General. El Estado de derecho y la justicia de transición en las sociedades que sufren o han sufrido conflictos. Doc. S/2004/616, 3 de agosto de 2004.; ARTHUR, P. (2011) Como as 'transições' reconfiguraram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição, Em: REÁTEGUI, Félix. Justiça de transição: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, p. 73 -

Para que seja possível outra abordagem, buscam-se elementos específicos do caso brasileiro, que permanecem submersos, diante das atrocidades violentas cometidas pelo regime. Esses elementos adviriam justamente da relação entre mobilização popular e medidas de transição tomadas pelo governo Geisel, e dos componentes políticos que permitiram a articulação entre setores militares e civis (empresários e burocratas) para a realização do golpe, manutenção do regime, e controle sobre a democracia vindoura.

A questão da ruptura depende da influência que terão os diferentes setores, desde os mais autoritários presentes nos órgãos de repressão, até a esquerda que busca se reorganizar a definir suas estratégias de participação no novo cenário, passando pelo centro político formado por democratas e liberais.

Capítulo 1 - A transição para a democracia

O Estado brasileiro sofreu um golpe em sua forma constitucional, no dia 1º de abril de 1964, quando movimentações militares forçaram a saída do Presidente João Goulart, e o Congresso Nacional o depôs formalmente, mesmo ainda estando em território nacional. Ato contínuo, a “junta revolucionária” publicou oito dias depois o Ato Institucional nº1 (AI-1)²¹, instituindo na qualidade de “poder constituinte revolucionário”, uma junta militar no comando do país com os objetivos de reconstrução econômica, política e moral do Brasil, alegando uma ameaça de “bolchevização” do país. Tal golpe deu a partida para um violento regime autoritário que durou mais de vinte anos.

Para alcançar uma maior compreensão, e uma maior delimitação do fenômeno, adota-se o recorte temporal do período entre 1975 e 1979, que compreende a reorganização do movimento estudantil²², a mobilização do movimento operário (com destaque para o novo sindicalismo do ABCD paulista) e de setores médios como intelectuais, advogados, jornalistas etc. Um ponto central no tema da transição, que será desenvolvido com o problema de pesquisa, é a questão da continuidade ou ruptura com o regime anterior, e aí está inserida a luta pela anistia e pelas liberdades democráticas.

Em se tratando de uma investigação na linha de História e Teoria do Direito Constitucional, o processo de amadurecimento aglutinado com as leituras, fez com que a pesquisa fosse estabelecida em um quadro de transição para a democracia, com o intuito de entender a configuração constitucional do país bem como sua dinâmica em relação à política e em menor proporção, à economia. Com efeito, os elementos centrais que norteiam a linha de pesquisa do Programa estavam imbricados: história do constitucionalismo e a questão da Democracia no Brasil a partir da transição pós-1964.

²¹ ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm Acessado em 10 de julho de 2014.

²² MÜLLER, Angélica. A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.95

Quando se fala sobre transição, é preciso apontar de onde e para onde seria realizada essa trajetória. Em geral, abordam questões relacionadas ao Estado e as formas de governo. No entanto, para a presente análise, será sempre buscada a compreensão histórico-sociológica dos fatos, com ênfase na cidadania e nos movimentos sociais, e por outro lado, as medidas institucionais, sempre de forma crítica quanto ao conteúdo subjacente, que remete às forças que compõe o governo ditatorial e a conjuntura diante dos diferentes interesses de classes e frações de classes e fases da modernização capitalista.

O estudo do Direito Constitucional, seja a partir das experiências históricas liberais de Inglaterra, França e Estados Unidos, seja nas experiências recentes na Bolívia, Equador e Venezuela, abrange não somente as cartas promulgadas, mas o processo político social que culminou na elaboração de novas constituições.

Desta forma, o capítulo busca compreender a utilização do termo transição, em sua especificação, para a democracia. Embora não haja espaço para aprofundar processos históricos de transições em outras partes do mundo, é uma categoria utilizada como forma de estudar casos em diferentes lugares e sociedades. Inicialmente, busca-se a conceituação de transição, utilizada nas décadas de 1970 e 1980, por autores estrangeiros, grande parte norte-americana ou membros de instituições estadunidenses, que analisavam esses fenômenos em diferentes países.

A escolha dos autores se justifica pela influência que tiveram nos estudos sobre o tema, e para posterior crítica das fontes e formas de produção acadêmica sobre a política na América Latina. Uma prática utilizada em todo o nosso trabalho, é levantar dissertações e teses de universidades brasileiras, como forma de estabelecer uma interlocução, e tentar avançar nos debates.

Uma tentativa de definir contornos do conceito foi realizada por Renan Honório Quinalha em dissertação de mestrado em Direito na Universidade de São Paulo. Na obra, o autor explicita a ideia de transição, com vistas a trabalhar o conceito de justiça de transição, ou seja, uma forma de interação entre o direito e a justiça, com a categoria Transição, da Ciência Política. Para isso, busca textos de autores como Juan Linz, Alfred Stepan, Guillermo O'Donnel, Phillipe Schmitter, Samuel Huntington e Adam Przeworski.²³

²³ QUINALHA, Renan Honório. Justiça de transição: contornos do conceito. São Paulo: Outras Expressões, Dobra Editorial, 2012.

A construção de um campo específico, para as contingências políticas, que se denominaram transições, tem forte aspecto político internacional, e se convencionou chamar “transitologia”. Nesse sentido, destaca-se o “*Projeto Transições do regime Autoritário: Perspectivas da Democracia na América Latina e no Sul da Europa - Woodrow Wilson Center*”, a partir do qual surgiram algumas das publicações estudadas. Cumpre destacar que o *Woodrow Wilson Center* é um instituto sediado em Washington DC, criado por ato do congresso em 1968, e tem como finalidade a pesquisa em questões internacionais e a formação dos chamados “think tanks”²⁴.

Desta forma, a primeira fonte de pesquisa bibliográfica, serve justamente para a identificação de onde surgiu o entendimento acerca das transições, e de que forma a teoria esteve diretamente ligada a interesses de forças internacionais e dar um norte aos processos de contingências políticas. A indagação é quanto aos Estados Unidos produzirem grande parte da bibliografia sobre transições para a democracia, sem nunca ter estabelecido formalmente um Estado autoritário em território nacional e por outro lado, ter incentivado a instalação de regimes autoritários em outros países, como foi o caso brasileiro.

Um marco histórico fundamental para os primeiros estudos sobre transições foi a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, que correspondeu ao fim do regime autoritário salazarista em Portugal. Como veremos melhor adiante, a mudança no regime lusitano, seria o início de uma terceira onda²⁵, que corresponderia a um conjunto de processos de democratização em diferentes países quase simultaneamente. A ocorrência de mudanças não seria mera coincidência, estariam relacionadas a aspectos político-ideológicos do mundo.

Para Quinalha, faria sentido a identificação de aspectos históricos e geográficos comuns, que levariam a semelhanças estruturais nos processo de transição.

Além disso, as proximidades geográficas e os cruzamentos históricos constantes implicaram semelhanças estruturais relevantes, que se manifestaram pelas características regionais assumidas, tanto pelos regimes autoritários então em superação, quanto pelas novas democracias que se estavam constituindo.²⁶

²⁴ Sítio eletrônico <https://www.wilsoncenter.org/about-the-wilson-center> consultado em 02 de janeiro de 2016.

²⁵ Huntington, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman. Okla: University of Oklahoma Press, 1991.

²⁶ QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de transição: contornos do conceito*. São Paulo: Outras Expressões, Dobra Editorial, 2012 p.34

Esse ponto é extremamente relevante para o debate, uma vez que se questiona a possibilidade de existir uma “Teoria das Transições”, que abrangesse a transição e a consolidação da democracia, em diferentes sociedades. No entanto, o que definiria uma transição seria a incerteza²⁷. A abordagem inicial se debruça sobre mudanças entre regimes políticos, a parte empírica permite enxergar a transição como um processo.

A noção de transição gradual e processual, embora se admitam exceções de rupturas mais imediatas e profundas, explica a regra das transformações políticas mais recentes desses países analisados pelos transitólogos.

[...]

Deste modo, entende-se a transição política como um momento histórico em aberto, marcado por um processo complexo e não linear, em que diversas forças sociais concorrem para imprimir um destino comum à coletividade.²⁸

Assim, admite-se a possibilidade de semelhanças estruturais e tendências similares em diferentes processos históricos, sem poder afirmar como se deu ou dará cada etapa deste jogo político. A incerteza, a abertura e a possibilidade de alcançar, ou pelo menos influenciar o poder estatal, é o que singulariza a pesquisa, na sua relação com a conformação de um novo regime constitucional.

Os fatores que desencadeariam a transição estariam adstritos basicamente a aspectos nacionais, internos. Essa concepção tende a reconhecer o Estado-Nação como elemento central da política na modernidade, por isso, o trabalho desses autores confere atenção aos conflitos e negociações entre “atores políticos interessados em ocupar os postos de poder”²⁹. Desta forma, Quinalha resume criticamente o objeto de análise dessa corrente: “A transitologia está interessada, sobretudo, na ação das lideranças políticas tidas como estratégicas, excluindo, portanto, outros sujeitos sociais e históricos.”³⁰

Dito isto, a segunda etapa do capítulo é a contextualização da transição para a democracia no Brasil, após 1964. Desta vez, são elencados no debate, reflexões de autores do campo da história, como Renato Lemos e Thomas Skidmore, e da Ciência Política, como Werneck Vianna. Neste caso, o que aproxima os autores, é a utilização de categorias como modernização conservadora, sociedade civil, hegemonia, bloco histórico, e, sobretudo, uma

²⁷ PRZEWORSKI, Adam. Amas a incerteza e será democrático. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.9, p.36-46, jul.1984.

²⁸ QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de transição: contornos do conceito*. São Paulo: Outras Expressões, Dobra Editorial, 2012 p.39/40

²⁹ *Idem* p.47

³⁰ *Idem* p.54

forma de analisar o Estado como uma condensação de forças, não como um objeto ou como um sujeito.

Outra fonte importante para tratar o caso brasileiro, são os relatórios da Comissão Nacional da Verdade, que em sua elaboração sistematizou muitas das informações conhecidas e publicadas sobre a ditadura civil-militar³¹ brasileira de 1964.

Por fim, no que tange a transição, abordamos as leituras dos atores políticos situados à esquerda no espectro político. Especialmente, por identificar um predomínio das ideias e grupos de esquerda no Movimento Estudantil da UFF no período estudado. Para isso, partimos de reflexões do próprio Werneck Vianna³² intelectual ligado ao PCB e que utilizaria as categorias de *Gramsci* para fazer a leitura da situação brasileira.

Ademais, buscamos breves ensaios de Ruy Mauro Marini³³ sobre a transição e o papel dos movimentos de esquerda. Marini começou a carreira docente na UnB em 1962, tendo que deixar o país após o golpe, vivendo no Chile e no México. Este por sua vez, apresentou uma visão crítica à Teoria da Dependência desenvolvida pelos quadros intelectuais da CEPAL como Fernando Henrique Cardoso e José Serra.

Tendo em vista as questões colocadas, o propósito do capítulo é apresentar a ideia de transição, tomar como referência o caso nacional pós-64, a análise do ponto de vista das forças de esquerda, para então, situarmos o movimento estudantil e a universidade nesta conjuntura. O movimento pela anistia é considerado um dos primeiros passos, em um momento de reorganização de setores populares, alijados da vida pública desde 1964, e definitivamente após 1968 como veremos adiante. Além disso, a luta organizada e a promulgação da Lei de Anistia apresentam um conjunto de ambiguidades que geram divergências até hoje.

Por isso, pretende-se apresentar, acerca da categoria política Transição, a posição de alguns autores, em obras principais e em ensaios e artigos. Por ora, não se propõe a aprofundar a obra de cada um dos especialistas, mas contextualizar teoricamente o tema, ou

³¹ O termo civil-militar será melhor explicado adiante.

³² ROCHA, Camila Vitte da. Transição democrática, engajamento intelectual e reformas políticas : a trajetória intelectual de Luiz Werneck Vianna nos anos 1990 / Camila Vitte da Rocha. Dissertação de Mestrado em História –Franca : UNESP, 2006

³³ TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005 304p.

seja, apresentar o cenário e os atores (nesse caso, teóricos) sobre o qual se desenvolveu o tema, quase que simultaneamente ao fenômeno da transição em si.

1.1 - Teorias da transição

A ideia de pesquisar os câmbios de formas políticas estatais, não teria outro sentido, senão o de dialogar com os atores políticos do mundo real, e muitas das vezes, indivíduos acumularam os postos de analista e de militante com atuação destacada. Por isso, é necessário contextualizar a produção teórica para que a posição dos autores seja mais facilmente compreendida. Neste ponto, destacamos dois textos, a partir dos quais serão apresentadas algumas questões colocadas no debate público sobre as transições.

O primeiro trabalho corresponde ao último volume da coletânea *Transições do Estado Autoritário*, de Guillermo O'Donnell e Philippe C. Schmitter³⁴, desenvolvido a partir de pesquisas empíricas, baseadas em diferentes casos nacionais, traçando uma perspectiva comparatista, e buscando similitudes entre casos em regiões e períodos temporais aproximados. A obra é resultado do projeto do *Woodrow Wilson Center*, mencionado na parte inicial do capítulo. Além disso, justifica sua leitura obrigatória, pela influência internacional, e especificamente pela influência de O'Donnell no contexto brasileiro. Guillermo O'Donnell foi pesquisador sênior do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), entre 1985 e 1992, e coordenou pesquisas sobre as transições na América Latina, tendo colaborado também em diversas ocasiões com a revista *Novos Estudos*.³⁵

O CEBRAP é um importante instituto de pesquisas, formado em São Paulo no ano de 1969, por professores atingidos pelos atos de exceção. A entidade contou com nomes como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Octavio Ianni, dentre outros, cuja análise

³⁴ O'Donnell, Guillermo and Philippe C. Schmitter (1986), *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.

³⁵ “07.12.2011 Guillermo O'Donnell (1936-2011) Nota de falecimento” Sítio Eletrônico: <http://www.cebrap.org.br/v2/news/view/75> Acessado em 02 de janeiro de 2016

sobre a transição ganhou repercussão nacional³⁶. Dentre as publicações, merece destaque a Revista Novos Estudos³⁷.

O segundo trabalho destacado para o presente tópico é intitulado “A Terceira Onda: democratização no final do século vinte” de Samuel Huntington³⁸. O autor subdivide a obra em “O que”, “Por que” e “Como”. Para os propósitos da investigação, nos atentaremos para a primeira parte, na tentativa de buscar uma definição sobre transição e a chamada onda.

Um pressuposto teórico relevante em ambos é a categorização dos atores dentro da trama política. O’Donnell e Schmitter definem quatro tipos de atores políticos: dentro do *establishment* os linhas-duras e os reformistas, e na oposição os moderados e os maximalistas. Enquanto Huntington, dentro da coalizão do governo identifica os conservadores e os reformistas, que se subdividiriam em liberais e democratas, e na oposição estariam os democratas moderados e os revolucionários extremistas. A partir dessa definição se desenrola a teoria, explicando as interações entre diferentes grupos. Nesse sentido, a força motriz da transição, seria uma eventual coalizão liberalizante, entre os reformistas do governo, e os moderados da oposição. A crítica apontada por Quinalha é quanto à prioridade nos resultados da mudança, e nas estratégias adotadas pelos atores políticos relevantes.³⁹

Ainda que se tenham desconsiderado importantes movimentações na sociedade, esse quadro é o predominante nas análises de conjuntura da transição brasileira. Para complementar a ideia é importante ressaltar na obra de O’Donnell, a ideia de ressurreição da sociedade civil (e da esfera pública) e de “revolta popular” como veremos adiante.

1.1.1 - A Terceira Onda de Democracia

Inicialmente, em coincidência com o recorte temporal da investigação, cabe salientar o conceito de “onda de democratização”, o que teria sido essa terceira onda, e em

³⁶ “Quem somos” Sítio Eletrônico: <http://www.cebrap.org.br/v2/contents/view/18> Acessado em 02 de janeiro de 2016.

³⁷ Revista Novos estudos CEBRAP Sítio eletrônico: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/>

³⁸ Huntington, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman. Okla; University of Oklahoma Press, 1991

³⁹ QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de transição: contornos do conceito*. São Paulo: Outras Expressões, Dobra Editorial, 2012 p.69

que medida o Brasil estaria inserido nesse contexto. Para Huntington, a terceira onda teria início em 25 de abril de 1974 com a Revolução dos Cravos⁴⁰, porém faz breve comentário sobre a política de distensão e/ou descompressão brasileira, e os compromissos assumidos pelo governo Geisel em 1974.⁴¹

Uma onda de democratização seria um conjunto de transições desde Estados não democráticos para democracias, dentro de um período de tempo. Há que se considerar ainda, que as ondas de democratização também constataam o movimento reverso em diferentes países, dentro do mesmo espaço de tempo.

A wave of democratization is a group of transitions from nondemocratic to democratic regimes that occur within a specified period of time and that significantly outnumber transitions in the opposite direction during that period of time.⁴²

A primeira onda teria vindo com as denominadas Revoluções Liberais, e seria realizada em um período maior do que as outras que se seguiram, tendo o primeiro revés no intervalo entre 1910 e 1930, com destaque para a ascensão do Fascismo, do Nazismo e no Brasil a revolução de 30, seguida pela instituição do Estado Novo 1937.

A segunda onda teria ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, com o enfraquecimento desses tipos de governos e movimentos de massa. Como por exemplo, a nova constituição na Alemanha. O Brasil se democratizou em 1946, também com a promulgação de uma nova constituição. Esta foi a ordem constitucional quebrada com o golpe em 1964, a despeito das tentativas frustradas anteriormente. O golpe civil-militar no Brasil estaria inserido na segunda onda reversa, que segundo Huntington, teria ocorrido na década de 1960.

Por fim, o que nos interessa para o momento, a terceira onda de democratização. O autor demarca, inicialmente, que a democracia está ligada a ideia de liberdades individuais. Em segundo, a estabilidade e a forma de governo são variáveis diferentes e estariam

⁴⁰ Huntington, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman. Okla; University of Oklahoma Press, 1991 p.3

⁴¹ “In 1973 Brazil leaders of the outgoing government of Gen. Emílio Médici developed plans for political distensão ou “descompression” and in 1974 Gen. Ernesto Geisel committed his new government to starting the process of political opening.” Idem p.5

⁴² Uma onda de democratização é um conjunto de transições de regimes não-democrático para regimes democráticos que ocorrem dentro de um determinado período de tempo e que superam significativamente as transições na direção oposta durante esse período de tempo. Idem p.15

relacionadas ao uso da violência pelo Estado e aos espaços de manifestação e atuação da oposição, como a oportunidade de eleição.⁴³

O autor aduz, ainda, no âmbito da terceira onda, que a difusão de democracia tem implicações para os interesses internacionais. Nessa linha, os Estados Unidos é o principal interessado no desenvolvimento de um ambiente global conveniente à democracia, na defesa e seus valores liberais e democráticos. Ainda segundo o autor, qualquer outro país do mundo poderia mudar seu sistema político e continuar existindo como nação, apostando no entendimento entre Estados “democráticos”.

Authoritarian countries have fought democratic countries and have fought each other. From the early nineteenth century down to 1990, however, democracies did not, with only trivial and formal exceptions, fight others democracies.⁴⁴

Diante desse cenário de terceira onda, outro ponto de debate merece ser apresentado, sobre a capacidade de determinação de padrões comuns às transições ocorridas em um mesmo período histórico. Tal fator é relevante, uma vez que o esforço dos pesquisadores é identificar traços comuns nestes processos.

1.1.2 - Definição de padrões comuns às transições

O trabalho de O'Donnell e Schmitter trata as transições de certo Estado Autoritário em direção a “alguma coisa mais”. Esse lugar de chegada desconhecido pode ser a instauração de uma democracia ou a restauração de uma nova, e possivelmente mais dura forma de Estado autoritário⁴⁵. Trazendo a baila para o caso brasileiro, essa ameaça de retrocesso, e de radicalização por uma linha dura dentro do regime, dava força para que os “liberais” do governo, negociassem e impusessem as condições, aos “moderados” da oposição. Essa dinâmica vai perpassar toda a argumentação dos autores.

⁴³ Idem p.28

⁴⁴ Países autoritários têm lutado contra países democráticos e lutaram entre si. Desde o início do século XIX até 1990, no entanto, as democracias apenas em casos excepcionais triviais e formais, combateram outras democracias. Idem p.29

⁴⁵ O'Donnell, Guillermo and Philippe C. Schmitter (1986), *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press. p.3

Dentre as diretrizes dessas pesquisas desenvolvidas no âmbito do *Latina American Program of the Woodrow Wilson International Center for Scholars of the Smithsonian Institution*, os autores apontam: a) Democratização política como meta desejável; b) esforço em capturar a extraordinária incerteza da transição; c) questões macroestruturais, e comportamento de grupos e indivíduos.⁴⁶

De maneira semelhante, Samuel Huntington, com o intuito de explicar as ondas, busca definições, padrões, ou acontecimentos comuns em diferentes casos. No mínimo, a democratização envolveria o fim de um regime autoritário, a instauração de uma democracia e a consolidação da democracia. Causas diferentes e contraditórias podem incidir sobre cada um desses três desenvolvimentos.

At the simplest level, democratization involves: (1) the end of non-authoritarian regime; (2) the installation of a democratic regime; and (3) the consolidation of the democratic regime. Different and contradictory causes may be responsible for each of these three developments.⁴⁷

No caso brasileiro, não seria possível explicar os processos de democratização como fatores universais, embora a análise dos autores ajude a elucidar as tramas constituídas em períodos de mudanças políticas.

Ainda sobre a possibilidade de encontrar padrões, Huntington deixa dois questionamentos: a) por que trinta países com regimes autoritários mudaram sua forma, e não cem? b) por que essas mudanças ocorreram nas décadas de 1970 e 1980 e não em outros momentos?⁴⁸ Assim sendo, descreve padrões de mudança, e possíveis respostas para essas perguntas.

No que tange os padrões adverte: a) não é o país que muda, e sim o sistema político; b) segundas tentativas estabeleceram a democracia na terceira onda. Espanha, Portugal, Grécia; c) Democracia interrompida. Militares depõem líderes eleitos. Uruguai, Chile; d) Direção da transição; e) Padrão de descolonização. Como visto, os exemplos se depreendem do estudo de casos, sobretudo ao Sul da Europa e na América Latina.

⁴⁶ Idem

⁴⁷ No nível mais simples, a democratização envolve: (1) o fim do regime autoritário; (2) a instalação de um regime democrático; e (3) a consolidação do regime democrático. Diferentes e contraditórias causas podem ser responsáveis por cada um destes três desenvolvimentos.

Huntington, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, Okla; University of Oklahoma Press, 1991 p.35

⁴⁸ Idem p.41

Dentre os fatores que poderiam responder às indagações-bases estariam: (1) Aprofundamento dos problemas de legitimidade do sistema autoritário, em um mundo com valores democráticos, com destaque para a legitimidade dos golpes militares e crise do petróleo de 1973-74 e 1978-79; (2) Crescimento econômico global sem precedentes na década de 1960; (3) As mudanças na doutrina e as atividades da Igreja Católica; (4) Mudanças na política externa dos EUA e da Comunidade Européia. (5) Efeito bola de neve.⁴⁹

Apesar de não utilizarmos a princípio a metodologia aplicada por Huntington, a presença desses fatores foi notada na transição brasileira. É importante notar que apesar de o caso brasileiro só ser explicável por um estudo específico, não é possível vilipendiar esses aspectos transnacionais, e a hegemonia norte-americana na política mundial.

1.1.3 - Definição de conceitos

É fundamental para esse capítulo inicial, a definição, ainda que superficial de alguns conceitos que perpassam todo o trabalho, e formam pontos de diálogos entre autores. Esta definição, como adverte O'Donnell, contém a exposição de seu ponto de vista.

A Transição é o primeiro conceito, a partir do qual os outros se desenvolverão. Para O'Donnell e Schmitter:

[...] “transição” é o intervalo entre um regime político e outro.[...] Transições são delimitadas, por um lado, pelo início do processo de dissolução de um regime autoritário, e, por outro, pela instalação de uma forma de democracia, o retorno a alguma forma de autoritarismo, ou a emergência de uma revolução alternativa.⁵⁰

Outras palavras chaves para o estudo das transições são “liberalização” e “democratização”, bem como a interação entre os dois fenômenos. A liberalização, que geralmente é um dos primeiros passos na transição, corresponde ao processo de redefinição e expansão de direitos. Em geral remete à relação entre a liberalização (que pode ser concedida e eventualmente anulada pelo regime), e a democratização, objeto central de análise. A democratização seria um passo seguinte, e estaria diretamente vinculada a noção de cidadania,

⁴⁹ Idem

⁵⁰ O'Donnell, Guillermo and Philippe C. Schmitter (1986), *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press. p.6

não somente pelo estabelecimento de uma democracia procedimental. Os autores alertam que a ordem jurídica democrática por si só, não impede o retrocesso.⁵¹

A interação entre Liberalização e Democratização é o caminho seguido na obra, para chegar ao conceito de socialização. Devido ao risco de confundir os termos em outros usos pelas Ciências Sociais, chamaram-na de segunda transição, “socialização”, que envolve um fluxo em duplo sentido, seriam processos independentes e inter-relacionados. O primeiro, rotulado como “socialdemocracia”, consiste em tornar cidadãos com equidade de direitos e obrigações, os trabalhadores nas fábricas, os estudantes nas escolas e universidades, membros de associações de interesses, militantes partidários, igrejas, consumidores etc. O outro processo, usualmente associado à “democracia econômica”, refere-se ao fornecimento de benefícios a todos, como saúde, educação, moradia, informação, lazer, e até mesmo autonomia, prestígio e autodesenvolvimento.⁵²

1.1.4 - O problema da legitimação dos regimes autoritários e a transição realizada por pactos (e sua possibilidade de revisão)

Em geral, a abertura de regimes autoritários é acompanhada de sua debilitação. Nesse sentido se coloca o problema da legitimação.

As intervenções violentas e restrições de direitos, historicamente, se justificam por supostas ameaças a valores superiores, mais necessários de serem tutelados do que os direitos vigentes. Ocorre que estes fundamentos possuem uma “vida útil”, e podem expirar em um curto espaço de tempo. Desta forma, uma vez cessada a ameaça ou o mal maior combatido, um dos pilares de sustentação do governo (ao menos no plano da retórica) era colocado em xeque.

(Authoritarian rulers emerging after 1945) They are regimes that practice dictatorship and repression in the present while promising democracy and freedom in the future. Thus they can justify themselves in political terms only as transitional powers, while attempting to shift attention to their immediate

⁵¹ Nem é a democratização irreversível, inclusive, todos esses países incluídos nesses volumes, tiveram algumas dessas normas e procedimentos no passado, Então essa recuperação é sempre como uma meta importante como extensão e expansão. Idem p.8

⁵² Idem p.12

substantive accomplishments, typically, the achievement of “social peace” or economic development.⁵³

No mais, os autores desenvolvem suas teses utilizando como “peças” grupos políticos de “Linha dura” e “Linha branda”, assim como características estatais em “ditabranda” e “democratura”. Termos que não estabelecemos nenhuma forma de diálogo no decorrer do trabalho. Entretanto, a distinção entre grupos políticos dentro do governo em radicais e moderados (linha-dura e linha-branda/grupo da Sorbonne, “Castelistas” e “Costistas”) tem que ser registrada tanto pelos que concordam, quanto pelos que discordam de tal modo de análise.

Para os autores, não seria possível distinguir no primeiro momento esses grupos, visto que estão igualmente dispostos a usar a repressão e a tolerar atos de arbitrariedade cometidos por autoridades e pelas agências de segurança. Essa distinção teria mais a ver com a possibilidade de construção de consenso e sobre a manutenção do Regime Autoritário.⁵⁴

A questão é tratada por Huntington como o declínio de legitimidade e o dilema do desempenho do governo. O autor chega a apontar que a principal justificação ideológica do autoritarismo nos tempos modernos seria o marxismo-leninismo⁵⁵, e que ademais, haveria um *ethos* democrático mundial, que mesmo ditadores autoritários justificavam sua legitimidade com a retórica democrática.⁵⁶

Nessa linha, a alternância de lideranças (como ocorreu no Brasil), sempre dá a esperança de abertura, de ascensão política de quadros da burocracia, desestimulando uma oposição mais incisiva.

Somewhat similar in Brazil, two loosely structured coalitions - the Sorbonne group and the nationalists - competed for power after the 1964 coup; it was displaced when Gen. Arthur Costa e Silva assumed the presidency in 1967; it returned to power with Geisel in 1974.[...] Each new

⁵³ Eram regimes que praticavam ditadura e repressão no presente enquanto prometiam democracia e liberdade para o futuro. Assim, eles somente poderiam justificar-se em termos políticos como forças de transição, enquanto tentavam desviar a atenção para suas realizações substanciais imediatas, normalmente, a realização de " paz social" ou o desenvolvimento econômico. (Tradução do autor.) Idem p.15

⁵⁴ Idem p.16

⁵⁵ Huntington, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman. Okla; University of Oklahoma Press, 1991 p.46

⁵⁶ Idem p.47

president offered new promise if only because he was different from the previous president.⁵⁷

O Anticomunismo, a guerra contra a subversão, a Doutrina de Segurança Nacional foram grandes argumentos de justificação da instauração do regime em 1964 e todas as transformações operadas no e pelo Estado posteriormente. No entanto, depois de um tempo a legitimidade negativa deixa de surtir efeitos, tendo os grupos de poder buscar a legitimação pelos procedimentos de escolha etc. Conforme será debatido no próximo tópico, o período considerado de abertura no Brasil após 1974⁵⁸, após a eliminação de todas as supostas ameaças. O desenvolvimento econômico também aparece como tentativa de justificação positiva desses regimes.

In the early 1960s, both Latin America politicians and U.S. leaders had seen the political choices for Latin America as reform or revolution, Jonh F. Kennedy or Fidel Castro. With a few exceptions, however, Latin America got neither reform or revolution but instead repression in the form of military and bureucatic-Authroitarian Regimes. The economic failure of these regimes then eliminated this form of government as an alternative for the immediate future.⁵⁹

A preferência pelos pactos democratizadores como modo de transição, tem a ver com a força política que gozam os grupos de poder. Renan Quinalha fala sobre a natureza desses pactos, para questionar a possibilidade de revisão. Para ele, um pacto é ancorado basicamente na correlação de forças que o ensejou⁶⁰

Em suma, já aparece no pensamento de alguns dos autores uma abertura quanto à possibilidade de revisão dos pactos transicionais, que poderão ser reelaborados à luz das mudanças posteriores no processo de democratização. No entanto, essa brecha é bastante estrita e inacessível, pois em se tratando de mudanças pactuadas, dificilmente ocorrem reconfigurações significativas e profundas nas correlações de força.⁶¹

O trabalho de O'Donnell e Schmitter a este respeito, faz uma análise mais detalhada dos fatores conjunturais desses tipos de pacto, e recorrem à um instrumental de Gramsci com ressalvas.

⁵⁷ Idem p.49

⁵⁸ Como depreenderemos dos relatórios das Comissões da Verdade, as violações sistemáticas aos direitos humanos, a eliminação de opositores políticos, a alteração das leis e da Constituição por interesse exclusivo do Poder Executivo, seguiu firme por todo o mandato do Presidente Ernesto Geisel e de seu “braço direito” o General Goldbery do Couto e Silva. Ver item.1.2.

⁵⁹ Huntington, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman. Okla; University of Oklahoma Press, 1991 p.58

⁶⁰ QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de transição: contornos do conceito*. São Paulo: Outras Expressões, Dobra Editorial, 2012 p.80

⁶¹ Idem p.82

Embora não estejamos afirmando serem esses arranjos características necessárias de uma transição bem sucedida, acreditamos que eles podem desempenhar um importante papel em qualquer mudança de regime que tenha como fundamento uma transformação gradual em lugar de um evento dramático.⁶²

Todavia, para os autores em foco, os pactos não seriam considerados elementos essenciais de todas as transições, mesmo as de caráter gradual e contínuo. Os que deixam o governo, podem estar fracos e desarticulados e não apresentarem condições de negociar com os sucessores, sem garantias. Em sentido contrário, a transição pode ser operada de cima para baixo, quando as forças do regime estão coesas para ditar as regras emergentes do jogo.⁶³

Em seguida, definem três eixos de interpretação, com a ressalva de que o mundo real não se comporta de forma tão linear. Os eixos partiriam da ideia de uma transição como um processo em diferentes momentos: o Militar, político e o econômico.⁶⁴

O momento militar, de vital importância para o caso brasileiro, é trabalhado pelos autores na perspectiva de constituição de interlocutores com os quais seria possível a saída negociada com garantias mútuas. Devido à repressão e a desarticulação de intermediários, os melhores interlocutores seriam os representantes das classes proprietárias, das instituições de elite, como “notáveis”, capazes de influenciar o comportamento coletivo.⁶⁵ Nesse momento, a preocupação é com o controle estatal centralizado sobre os atos de força arbitrários e violentos cometidos pelas Forças Armadas, com o pretexto de evitar atos de vingança.

No Brasil, em quase três décadas de vigência de uma nova constituição, todos os movimentos pelo esclarecimento da verdade, construção da memória e por atos de justiça, são taxados como revanchistas, e ganham pouco apelo popular. Por fim, no que se referem ao momento militar, os autores relembram a importância da “ressurreição da sociedade civil”, diante da conjuntura em que se negocia esse tipo de pacto.

O segundo momento, ou momentos, o político envolve a garantia de participação no poder de elites civis, que não necessitam lutar continuamente para obterem recompensas significativas. Isso geraria, desencanto generalizado e declínio institucional, e assim, surgem

⁶² O'Donnell, Guillermo and Philippe C. Schmitter (1986), *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press. p.67

⁶³ Idem p.70

⁶⁴ Idem p.70

⁶⁵ Idem p.71

movimentos na direção de uma democratização mais abrangente da vida política.⁶⁶ No Brasil teria havido segundo o texto, relativo sucesso do governo autoritário, e um rigoroso controle que os governos transicionais foram capazes de manter sobre o processo.⁶⁷

O terceiro, o momento econômico, envolve um compromisso entre interesses de classe, de forma que garanta á burguesia a manutenção do direito de propriedade, e também a satisfação de trabalhadores e assalariados em relação as suas reivindicações. De acordo com os autores, esse momento seria crucial no processo de transição, e que assim as compensações e a justiça social para as classes populares seriam atendidas.⁶⁸ Ademais, é importante neste momento, a institucionalização dos direitos de representação e de mecanismos de negociação, para aperfeiçoar o papel das associações de classe. Este ponto é complexo para a realidade brasileira, pois a compreensão sobre o sindicalismo no Brasil remete à “Era Vargas”.

Dentro da perspectiva dos pactos, os politólogos não deixam de analisar o que denominaram “ressurreição” da sociedade civil, e a reestruturação do espaço público. Esta abordagem é valorosa para a pesquisa, sobretudo no que tange a reorganização dos movimentos sociais, do movimento estudantil, e claro, a coalização de forças nos movimentos pela Anistia. Por ora, ficaremos com as definições no plano abstrato.

A disparada dessa ressurreição seria o processo de mobilização que ocorre com a abertura. Geralmente, durante o período de “exceção” os regimes operam para atomizar a sociedade e reprimir o espaço público de construção política. Nesse processo de mobilização, muitas vezes são verificadas manifestações de artistas, intelectuais, religiosos e outros grupos formado por indivíduos de setores médios, como advogados e jornalistas⁶⁹. Além disso, deixa uma advertência valiosa para a análise da transição nacional.

outros grupos de um segmento bem diferente da população também se aproveitam prontamente da liberalização. Aqueles setores privilegiados que formavam entre os defensores mais firmes do regime e que, pelo menos no início, estavam entre seus principais beneficiários, podem chegar a conclusão de que o regime autoritário tornou-se dispensável.⁷⁰

Essa contribuição vai perpassar todo o debate teórico de nossa investigação. Para eles, esses grupos talvez tenham a fantasia de dirigir uma revolução liberal burguesa. Desta

⁶⁶ Idem p.76

⁶⁷ Idem p.79

⁶⁸ Idem p.81/82

⁶⁹ É necessário recordar no Brasil, a atuação de grupos de familiares e amigos de vítimas da ditadura, que em um cenário de extrema adversidade, tornaram-se protagonistas da luta pela democracia.

⁷⁰ Idem p.86

vez com referências empíricas, afirmam que a maioria dos casos estudados na amostragem de países, os regimes autoritários favoreceram deliberadamente os interesses da burguesia, sobretudo do capital transnacional e dos oligopólios.⁷¹ Por isso, do outro lado, houve uma explosão de demandas trabalhistas acumuladas no decorrer dos governos militares, e a formação de redes de militantes, dentre eles, advogados, membros de igrejas, estudantes, assistentes sociais, militantes partidários etc.

A segunda ideia essencial para compreender de forma ampliada esses pactos, é a de “revolta popular”. O papel da revolta seria levar a transição além do que ela teria chegado.

Em alguns casos e em momentos particulares da transição, muitas dessas diversas camadas da sociedade reúnem-se para formar o que denominamos “revolta popular”. Sindicatos, movimentos de base, grupos religiosos, intelectuais, artistas, clérigos, defensores dos direitos humanos e associações profissionais apoiam-se mutuamente em seus esforços pela democratização e formam um todo maior que se identifica a si mesmo como “o povo”,[...] ⁷²

Por fim, para explicar suas conclusões acerca das transições, os autores utilizam a metáfora de uma partida de xadrez, jogada por múltiplos jogadores. Desta forma a observação das peças e as estratégias forma uma teia muito mais complexa. Apesar da indefinição sobre o resultado do jogo, há o alerta que a incerteza como característica que define a democracia pode ser enganosa. Há, logicamente, uma incerteza normal, mas no mínimo, algumas certezas em relação ao jogo (vida, dignidade etc.). Ainda que um dos jogadores possa virar o tabuleiro, com expulsão de opositores pela força, essas medidas vão perdendo (e tirando) a legitimidade do regime. Faz com que outros jogadores se unam para derrotar quem estiver atrapalhando o andamento do jogo.

Nesse cenário, a “ressurreição” da sociedade civil, e uma eventual “revolta popular”, seriam como novos jogadores na partida, que poderiam senão impedir, mas complicar as etapas de abertura planejadas pelos incumbentes do regime.

E assim, levanta uma questão relevante para a pesquisa: dada a presença dos jogadores e a provável disposição das peças, não haveria opção realista para a esquerda, a não ser a aceitação de restrições.⁷³ Essas restrições estariam ligadas as regras do jogo democrático, que apesar de oferecer vários caminhos, o local de chegada seria o mesmo, uma democracia capitalista liberal. Seria essa afirmação verdadeira? Eles concluem com a observação que a

⁷¹ Idem p.90

⁷² Idem p.91

⁷³ Idem p.113/114

maioria dos movimentos tenta ocupar o “centro” no espectro político, onde estariam as instituições estatais.

Em que sentido, todas essas observações, conceitos e formas de análise nos permitem relacionar a história política recente do país, com a conjuntura jurídico-constitucional? Como entender o caso brasileiro, para além dessas classificações? Para isso, buscamos pesquisas na área da História, recorremos aos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, e procuramos entender a posição da(s) esquerda(s) nesse contexto de abertura.

1.2 - A transição para a democracia no Brasil

A Transição no plano teórico e os dilemas apontados nos estudos de referência buscaram em grande medida, traçar um quadro comparativo, e a partir da identificação dos casos concretos, as tentativas de conceituação do termo e definição de parâmetros de análise. Desta forma, precisamos aqui contextualizar o caso brasileiro, para situarmos a pesquisa, e o tempo que se desenvolveram as questões referentes ao movimento estudantil na luta pela anistia no âmbito da UFF.

Para localizarmos os pontos de partida das transições (a localização do ponto de chegada seria mais difícil de alcançar), apresentamos brevemente características do governo autoritário que se instalou por um golpe de Estado, e se manteve atuante na disputa pelos rumos da transição, se não até mesmo de forma predominante. Por características de governo, destacamos sua composição e base de apoio em diferentes fases da ditadura.

Um aspecto destacado, é a articulação civil-militar que embasou o governo desde a derrubada do Estado Constitucional de 1946 até as etapas da transição. A pesquisa tenta realizar uma dupla abordagem, sobre os pontos diretamente referenciados em atos estatais, e por outro lado, a atuação de atores sociais, organizados no seio da sociedade civil.

Outro aspecto importante, foi a forma de atuação dessas forças no controle do Estado, exercendo um controle social por meio de graves restrições políticas, e por outro lado um projeto de modernização econômica, que daria um sentido diferente para a ideia de transição. As pesquisas apontam para uma relação funcional entre esses dois eixos de atuação

do regime. Nessa linha, o que é chamado abertura, poderia ser considerado apenas o encerramento de um ciclo, que teria cumprido seu papel e poderia deixar de existir para dar vida a outras formas de dominação.

Essa análise dos atores e jogadas empreendidas no jogo transicional, teve como pano de fundo uma estratégia de “descompressão política”, que contava com várias formas de ceder espaço a oposições moderadas, para que assim, uma oposição radicalizada ganhasse apoio popular. Nesse campo, destaca-se a influência intelectual de definição da estratégia, oriunda da ESG e do IPES, e também, da Universidade de Harvard, com especial atenção ao Professor Samuel Huntington.

O objetivo desse tópico é apresentar o cenário no qual se desenvolveu o objeto da pesquisa, e apresentar os elementos desta análise da transição conforme o quadro teórico descrito anteriormente. O intuito é organizar os pontos para desenvolver a leitura sobre a posição das esquerdas neste momento de abertura, de forma a ampliar a análise e a sua criticidade.

1.2.1 - A ditadura civil-militar no Brasil

O golpe militar bem sucedido em 1964 vem de uma longa crise política, que assim como as ondas de democratização e retrocesso, é um processo composto por diferentes atos de disputa, em que nenhum dos grupos exerce a sua hegemonia. O Estado brasileiro sofreu mais um golpe em sua forma constitucional, no dia 1º de abril de 1964, quando movimentações militares forçaram a saída do Presidente João Goulart, e o Congresso Nacional o depôs formalmente, mesmo ainda estando em território nacional. Ato contínuo foi publicado, oito dias depois, o Ato Institucional nº1 (AI-1)⁷⁴, instituindo na qualidade de “poder constituinte revolucionário”, uma junta militar no comando do país com os objetivos de reconstrução econômica, política e moral do Brasil, alegando uma ameaça de

⁷⁴ ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm Acessado em 10 de julho de 2014.

“bolchevização” do país. Tal golpe deu a partida para um violento regime autoritário que durou mais de vinte anos.

Entretanto, não é possível atribuir o êxito da operação tão somente aos militares. Como ressaltado no relatório da CNV, o golpe e a duração do regime não seriam possíveis sem o apoio de parcelas importantes da sociedade brasileira, que em 1964 já tinha notável grau de complexidade e diversificação após o ciclo de modernização pós-30. Essa relação configura uma dimensão crucial desse processo histórico. A derrubada do governo Jango contou com a participação dos governadores de Minas Gerais, Magalhães Pinto, de São Paulo, Adhemar de Barros e da Guanabara, Carlos Lacerda, além da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da ABI, atores destacados na transição.⁷⁵

A partir da seleção do período (1975-1979), a abordagem perpassa a ação dos governos, muitas vezes referenciados nos presidentes, Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985), mas que incluem toda a cadeia de comando civil e militar do Estado; e a mobilização de atores sociais, até então alijados da esfera pública de participação na política desde 1968, como operários, estudantes, intelectuais e familiares e amigos de vítimas das medidas de repressão.

A articulação civil militar é um fator determinante para a compreensão do tema, e constitui eixo central da pesquisa, para que dessa forma, seja possível enxergar os diferentes setores e classes envolvidos na configuração do Estado brasileiro, e conseqüentemente, como veremos no segundo capítulo, na construção do próprio capitalismo brasileiro e na sua intervenção na área educacional.

A importância de destacar os setores civis que participaram do golpe, e da manutenção da ditadura, é a possibilidade de revê-los com diferentes estratégias e interesses, no momento de abertura e de transição para a democracia disputando da mesma forma a hegemonia e os rumos do Estado político. O propósito do trabalho é ampliar a análise do período para além da violência e do caráter militarizado que são, indubitavelmente, marcas desse processo histórico.

⁷⁵ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v. 2 p.304/305

A situação político partidária à época refletia a crise orgânica vivida no país. A União Democrática Nacional (UDN) era a maior representante da oposição ao trabalhismo varguista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), corrente à qual João Goulart representava a continuidade. Esse antagonismo que faz transbordar a crise em 1964 se desenvolveu a partir de momentos chaves como a Revolução de 1930, a Constituinte de 1946 e a instabilidade institucional que percorreu o período democrático entre 1946 e 1964, com episódios polêmicos nas sucessões presidenciais e forte presença dos militares nas eleições.

Esses marcos temporais coincidem parcialmente, com as ondas de democratização e reversão, apresentadas no item específico. Na década de 1930, a ascensão de forças de caráter antiliberal e anticomunista; as constituições democráticas após a Segunda Guerra Mundial, como a nossa em 1946; e o conjunto de regimes autoritários implantados na América Latina nas décadas de 1960 e 1970.

No Brasil, não é possível encaixar com perfeição os grupos e pensamentos políticos com as categorias definidas tradicionalmente no debate mundial, como a dialética entre liberalismo e autoritarismo que será apresentada mais a frente. O regime brasileiro demonstrou uma preocupação em editar normas e leis que indicassem uma suposta legitimidade das forças que tomaram o Estado, desses diplomas, é possível denotar alguns traços político-ideológicos presentes.

O AI-1 inaugura juridicamente o regime, em uma tentativa de explicar no plano teórico e normativo a situação constitucional do Estado. No início, conceitua o movimento civil e militar revolucionário que estaria agindo pelo interesse e vontade da Nação, destacando o apoio civil e atribuindo universalidade as pretensões dos grupos que haviam alcançado o poder. A “revolução” (o termo “revolução” aparece dez vezes no texto) exerceria o Poder Constituinte e “se legitima por si mesma”, destituindo o governo anterior e constituindo um novo.

No que tange a normatividade e a legalidade afirmava que o regime podia editar normas de forma ilimitada em nome da totalidade do povo, para a reconstrução econômica política e moral do Brasil. A reconstrução moral e o interesse da Nação, de acordo com o próprio texto, teriam relação com a ameaça de “bolchevização” do país e do “bolsão comunista”.

Conforme exposto pelos autores estudados, a Legitimidade inicialmente se apresenta em sua versão negativa, nesse caso, evitar a ameaça comunista.

O Ato destacou a necessidade do regime militar se institucionalizar, para editar normas jurídicas, que segundo alega seriam para a limitação dos próprios plenos poderes que detinha. Apesar de se reivindicar o Poder Constituinte a “revolução vitoriosa” expõe no texto que manterá a Constituição de 1946, somente limitando-se a modifica-la, que mostra a dificuldade em conferir coerência dos fatos com as normas em um verdadeiro malabarismo jurídico.

Destaca-se por fim, a reiteração de que a legitimação do golpe, ou “revolução” se daria pela totalidade do povo, pela vontade, interesse e apoio inequívoco da Nação, e não pelo Congresso Nacional.⁷⁶

A nova ditadura instaurada apresentou duas faces de uma mesma moeda, que ajudam a compreender seus objetivos e missões. A primeira e mais nítida delas é a do controle social, com forte repressão violenta, buscando assentar as forças políticas mais pela coerção do que pelo consenso. Nesse aspecto, construiu todo um arcabouço legislativo e operacional para pôr em prática dos princípios definidos na doutrina de segurança nacional. A segunda face, que deve ser sempre ressaltada, da qual se beneficiaram diretamente alguns agentes do mercado, é a da modernização econômica com suporte do Estado para grandes investimentos e obras de estrutura, além das vantagens oferecidas a investidores nacionais e internacionais.

O controle social empreendido na época teve como vetor central a desmobilização da vida política e a destruição da esfera pública. Do ponto de vista constitucional, a normatividade se definia conforme a conjuntura política exigisse para a manutenção do recém-empossado governo. O segundo Ato Institucional veio após a vitória do que restou da oposição nas eleições de 1965 nos estados de Minas Gerais e Guanabara, e dissolveu todos os partidos políticos determinando ademais, eleições indiretas para presidente da República e governadores. Assim sendo, define a regra a ser seguida na reorganização em sistema de bipartidarismo, quando surgem a Aliança Renovadora Nacional (Arena) partido da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como oposição.

⁷⁶ ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm Acessado em 10 de julho de 2014.

Nesse cenário, o general Castelo Branco, primeiro presidente do regime, assina ato convocando o Congresso nacional para votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado pela Presidência da República, e revogando definitivamente a Constituição de 1946.⁷⁷ A nova Constituição foi promulgada em janeiro de 1967, e possibilitou a centralização de poderes nas mãos do Executivo e o alargamento da competência da Justiça Militar.⁷⁸ Curioso notar que apesar da deposição de um presidente, a cassação de diversos políticos e militares e a edição de diversos atos normativos, o governo buscava fundamentação jurídico-legal posterior aos atos concretos praticados, como se a situação legal perseguisse com atraso a situação fática.

A sucessão do marechal Castelo Branco pelo marechal Arthur da Costa e Silva em 15 de março de 1967 configura ponto polêmico entre os historiadores. Conforme algumas análises da política interna das Forças Armadas, a presidência de Costa e Silva representava a vitória da chamada *linha dura*, em oposição aos moderados. Por um lado, Thomas Skidmore trabalha com essa perspectiva em relação à oposição da linha dura à abertura política⁷⁹, e no mesmo sentido o jornalista Elio Gaspari narra forte oposição política entre Geisel e Costa e Silva, que remete a tempos anteriores ao golpe. Por outro lado, Carlos Fico coloca a questão como uma falsa divergência, considerando que as medidas autoritárias, a complacência e até institucionalização das violações aos direitos humanos, aconteciam no governo de Castelo Branco.

[...]durante o seu governo Castelo não conseguiu, como pretendia, interromper a temporada de punições “revolucionárias”; proibiu atividades políticas dos estudantes; decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de “guerra interna”; fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva. Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (é costume afirmar-se que a tortura só se tornaria freqüente no pós-68). De fato, diante das acusações que irrompiam na imprensa, Castelo viu-se obrigado a mandar seu chefe da Casa Militar — o futuro presidente Ernesto Geisel — averiguar os fatos. Geisel voltou tergiversando e Castelo omitiu-se. Como se não bastasse, teve de admitir ser

⁷⁷ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v. 1 p.100.

⁷⁸ Idem p.42.

⁷⁹SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização. In: STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 27-81. p.59.

sucedido por aquele que se tornara o condestável de seu governo — precisamente o general Costa e Silva.⁸⁰

Aliás, a sistematicidade das violações aos direitos humanos continuou nos governos militares seguintes, mesmo de Geisel e Figueiredo, e é um problema das instituições públicas até nos governos civis pós-ditadura. O autoritarismo como característica do Estado brasileiro remonta a colonização e prossegue vivo na democracia do século XXI, como diria Benjamim⁸¹, para uma parte da sociedade o estado de exceção é permanente. O que destoou no caso brasileiro, foi a tentativa de controle de todas as parcelas da sociedade, atingindo mesmo membros de classes médias, inseridos na relação com o Estado como os intelectuais e estudantes.

Quanto à divergência sobre a importância da conjuntura interna das Forças Armadas, há que se considerarem dois fatores. Não seria possível dizer que a estrutura econômica e o acordo entre parcelas da elite determinariam os rumos do governo de forma independente dos personagens do alto escalão militar, nem tampouco que essas diferenças não tivessem relevância na determinação dos atos de governo. No entanto vale a constatação de Carlos Fico que a verificação de moderação ou da dureza dos militares presidentes deve ser feita na prática de seus atos, não em seus discursos ou imagens propagadas.

Nessa toada, o “linha dura” Artur da Costa e Silva diante das diferentes formas de manifestação contra o regime na sociedade em 1968, decreta em 13 de dezembro o Ato Institucional nº5 (AI-5), conferindo poderes legislativos quase ilimitados ao Executivo (inclusive de decretar o recesso do Congresso e das Assembleias Legislativas), restringidos direitos e garantias como o *habeas corpus* e impedindo o controle jurisdicional dos atos praticados pelo Estado em nome da ordem e da segurança, dando início a fase mais violenta da repressão.⁸²

⁸⁰FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004 p.33

⁸¹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. in BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

⁸² Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v. 1 p. 42

Um balanço das cassações e perseguições políticas mostra a amplitude da repressão durante os governos militares. Inventário produzido por Marcus Figueiredo, e citado por José Murilo de Carvalho,¹⁷ apresenta os seguintes números, produzidos entre 1964 e 1973: 1) foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria e demissão, 4.841 pessoas; 2) o AI-1 atingiu, isoladamente, 2.990 pessoas, ou seja, 62% dos punidos entre 1964 e 1973; 3) foram cassados os mandatos de 513 senadores, deputados e vereadores; 4) perderam os direitos políticos 35 dirigentes sindicais; 5) foram aposentados ou demitidos 3.783 funcionários públicos, dentre os quais 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos; 6) foram expulsos ao todo

A outra face da dominação do Estado correspondia ao processo de modernização econômica, permitindo que grandes empreendimentos não encontrassem obstáculos ao seu desenvolvimento. A retirada de alguns desses obstáculos é justamente a sua face repressiva, tendo em vista que o ataque ao governo Jango devia-se em grande medida às prometidas reformas de base, que dentre as medidas buscava reduzir a desigualdade no acesso à terra, pela reforma agrária, e no meio urbano educação e outros avanços para os trabalhadores como salários maiores, além da taxaço das remessas de lucro para o exterior.

O primeiro governo “militar” após o golpe já albergou diversos membros do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)⁸³, com a ocupação de cargos importantes em ministérios, autarquias, bancos públicos, e demais espaço da administração pública. Essas figuras, na função de intelectuais orgânicos (considerando suas atuações correspondentes ao interesse de classe), participavam do planejamento de políticas públicas nos anteprojetos de “reformas de base”. Como forma de compreender as peças que compõe o novo quadro estatal, suas medidas e interesses, é importante notar que o novo governo estaria comprometido com a ordem empresarial doméstica e estrangeira, e pretendia reestruturar e reorganizar o Estado brasileiro. Dentre as medidas tomadas estão: a) política de arrocho salarial aos funcionários públicos, e depois se estendeu aos funcionários do setor privado; b) criação do fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), acabando com as normas de estabilidade empregatícia; c) canalização da poupança forçada pelo FGTS para o Banco Nacional de Habitação (BNH) estimulando a construção civil e como maneira de amenizar o possível descontentamento popular.⁸⁴

Outro fator que expressa o projeto de modernização econômica, foi a política de desenvolvimento realizada pela construção de obras estruturais como rodovias, ferrovias,

1.313 militares, entre os quais 43 generais, 240 coronéis, tenentes-coronéis e majores, 292 capitães e tenentes, 708 suboficiais e sargentos, trinta soldados e marinheiros; 7) nas policias militar e civil, foram 206 os punidos; 8) foram feitas 536 intervenções (durante o período entre 1964 e 1970) em organizações operárias, sendo 483 em sindicatos, 49 em federações e quatro em confederações. Idem p.101

⁸³ O incentivo e a participação de empresários podem ser exemplificados pela intervenção no campo intelectual, dentro desse âmbito de disputa por hegemonia, na criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), por meio dos quais o grande setor privado nacional e internacional mobilizou associações de classe já existentes, a novas entidades surgidas naquele cenário.

O IPES foi fundado logo após a posse de Jango, em novembro de 1961, e propugnava por mudanças estruturais que pudessem modernizar o capitalismo brasileiro, a partir das mudanças no regime político. Para disputar essa hegemonia no campo da cultura política, divulgavam suas propagandas em diversas oportunidades, em praças, fábricas, escolas, e inclusive em sessões de exibição de filmes nos cinemas Severiano Ribeiro.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v. 2 p.304-306

⁸⁴ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v. 2 p.313

usinas hidrelétricas, grandes projetos de mineração, exploração de petróleo, tecnologia para produção agrícola, e o desenvolvimento tecnológico da indústria nacional associado às Forças Armadas.

Quanto à relação com a indústria nacional, o relatório faz uma observação sobre a situação, estabelecendo a relação entre público e privado, dilema que perpassa todos os debates sobre a formação do Estado e o papel das elites:

O golpe de 1964 constituiu uma situação inédita. Na Primeira República, a fábrica era domínio privado do patronato e o Estado permanecia ausente. Com a criação da legislação trabalhista, a partir do Estado Novo, o espaço fabril tornou-se terreno de disputa, mediada pela virtual presença do Estado, e os conflitos se fizeram públicos. Sob a ditadura militar, o Estado estará presente nas fábricas, não como árbitro, mas como “agente patronal”. Por meio dos sindicalistas “pelegos”, nomeados interventores nos sindicatos, dos espíões e dos chefes militares (em alguns casos militares reformados ou civis respaldados por uma doutrina de controle militarizado da classe operária), o Estado e o empresariado, unidos, conferirão à resistência operária o estatuto de subversão política e à força bruta patronal a legitimidade de defesa da segurança e do desenvolvimento nacional.⁸⁵

Segundo a nova lógica, o projeto de desenvolvimento econômico das elites civis poderia ser viabilizado pelos militares, com a imposição dos seus interesses sobre as instâncias democráticas. O obstáculo à realização do projeto seria uma classe trabalhadora combativa como se encontrava no pré-64.⁸⁶ A saída encontrada era a articulação entre empresariado e força policial, prévia ao golpe, com os militares, configurando um novo regime nas fabricas. Essa aliança se operacionalizava com a presença de agentes infiltrados entre os trabalhadores, com o trabalho das ASI's e demais sistemas de informações vigilantes quanto a organização e mobilização operária. Por outro lado, havia o financiamento as atividades repressivas pelo empresariado beneficiado. Dessa forma, os rendimentos do crescimento econômico contavam com o aparato de segurança e favorecia a concentração de renda, tornando nítido o processo de modernização econômica conjugado ao atraso na política, fundamentada quase exclusivamente na coerção.⁸⁷

⁸⁵ Idem p.61

⁸⁶ Idem p.60

⁸⁷ Idem p.62

Porém, uma vez alcançadas as metas de crescimento econômico e hegemonia no sistema político nacional, caberia a readequação dos meios de dominação para que se chegasse a um cenário de dominação de classe em uma democracia limitada.⁸⁸

Na sociedade surgiram grupos de resistência armada, tanto nos centros urbanos, como em localidades rurais, promovendo ações e sendo completamente desmontadas até 1974, ano que pode se considerar que a luta armada tinha chegado ao fim.⁸⁹ O tema desperta uma série de questões polêmicas que o trabalho não poderá explorar com o devido cuidado. Apesar de estar diretamente ligado ao tema da anistia, o foco central da pesquisa será o movimento estudantil no processo de resistência democrática, e a atuação dos demais movimentos sociais no período da abertura, disputando (ou ao menos tentando) os rumos da transição para um novo tempo constitucional.

1.2.2 - A Abertura: mobilização popular *versus* o projeto oficial de transição lenta, gradual e segura.

O momento que marcaria a chamada abertura do regime seria justamente a virada do ano de 1974. Conforme veremos adiante os movimentos pela anistia, e o estudantil, começam a se rearticular publicamente a partir de então, e o “novo” governo toma posse com a promessa de liberalização. Nesse ponto começa a se desenhar o Estado constitucional subsequente. Aqui, cabe a análise das diferentes dimensões do cenário de abertura: as razões econômicas imediatas e de longo prazo (crise e modernização do capitalismo); questões de geopolítica internacional (Governo Carter nos EUA); a política interna no âmbito partidário e de organização dos movimentos sociais; e o projeto do novo governo em controlar todas as etapas da transição, conferindo um perfil conservador à democracia vindoura.

Primeiramente, ao buscar uma visão ampliada do ciclo autoritário, encontram-se indícios de o regime instituído em 1964, já havia se consumado:

⁸⁸ LEMOS, Renato . Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. Marx e o marxismo, v. 2, 2014. p.137

⁸⁹ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v. 2 p.381

[...] com a plena imposição do modo de produção especificamente capitalista no país, as tarefa histórica de remover pela violência os obstáculos políticos, sociais e institucionais ao desenvolvimento do capitalismo.⁹⁰

Por isso, conforme observa Renato Lemos, buscava-se refazer na esfera da dominação política, a relação entre coerção e consenso, reduzindo-se o primeiro em detrimento do segundo.⁹¹

Do ponto de vista econômico o momento era delicado, apesar do crescimento de 14% do PIB em 1973 (o mais alto desde 1928)⁹², a crise internacional do petróleo no mesmo ano, fez com que o governo utilizasse suas reservas e realizasse empréstimos externos, duplicando a dívida externa.⁹³ No entanto, é possível dizer que ao final dos anos Médici, o governo atingiu seu ponto mais forte, com a ameaça armada liquidada (os guerrilheiros foram mortos, presos ou exilados)⁹⁴, e as formas de mobilização democráticas estavam debilitadas. Essa questão foi ressaltada no voto do Ministro Ricardo Lewandowski no julgamento da ADPF 153.

A perda de sustentação do regime, como lembram os estudiosos, remonta à chamada “crise do petróleo”, ocorrida em 1973, acompanhada de um brusco e acentuado aumento nos preços do produto, que acarretou uma inesperada desestabilização na economia internacional, com pesados reflexos para o Brasil, levando, em especial, ao recrudescimento da inflação, combatida mediante restrições ao crédito, a redução de investimentos públicos e o controle de preços e salários, dentre outras medidas.⁹⁵

Além disso, a política do Estado norte-americano e a conjuntura internacional de forma geral, também influenciaram muito as etapas de modernização do capitalismo brasileiro. Em 1973, foi formada a Comissão Trilateral⁹⁶ que assessoraria a transição

⁹⁰ WERNECK VIANNA, Luiz. Travessia: Da Abertura à Constituinte de 1986. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986. p.226

⁹¹ LEMOS, Renato . Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. Marx e o marxismo, v. 2, 2014. p.137

⁹² SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização. In: STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 27-81. p.29/30

⁹³ Idem p.31

⁹⁴ Idem p.29/30

⁹⁵ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Arguição de descumprimento de preceito fundamental n. 153/DF. Voto do Ministro Ricardo Lewandowski p.9

Ementa, disponível em <http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2644116> Acesso em 31/10/2012

⁹⁶ “When the first triennium of the Trilateral Commission was launched in 1973, the most immediate purpose was to draw together—at a time of considerable friction among governments—the highest-level unofficial group possible to look together at the key common problems facing our three areas. At a deeper level, there was a sense

controlada de países sob ditaduras (em colapso), como Espanha e Portugal em 1974 e Grécia em 1975. Nesse mesmo ano se deu por encerrada a Guerra do Vietnam. Os Estados Unidos passaram a reformular suas relações com China e União Soviética em sentido reverso ao da Guerra Fria.⁹⁷

Em janeiro 1977, toma posse o presidente norte-americano Jimmy Carter, com o discurso sobre políticas de Direitos Humanos, que indicaria uma virada nas ações políticas internacionais. Um relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil chegou a causar atritos entre os governos. Outro fato curioso da história foi a sua visita ao Brasil em 1978, sem, no entanto fazer qualquer menção as violações de direitos humanos no Brasil, denunciadas por vários grupos.⁹⁸

O relacionamento entre o governo Geisel e a oposição tomou uma dimensão internacional quando a administração Carter, recém-empossada, decidiu fazer dos direitos humanos a preocupação central da política estrangeira americana. Quando em 1977 o Departamento de Estado publicou seu primeiro relatório sobre direitos humanos em países que recebiam assistência militar americana - requeridas pelo Congresso sob a Emenda Harkin para a ajuda estrangeira, de 1976 - o relatório foi bastante crítico em relação à situação dos direitos humanos no Brasil. O governo Geisel ficou furioso com o que considerou uma interferência intolerável nos assuntos internos do Brasil. Imediatamente cancelou-se um acordo de ajuda militar que vinha desde 1952, e no final de setembro todos os outros acordos de cooperação

that the United States was no longer in such a singular leadership position as it had been in earlier post-World War II years, and that a more shared form of leadership—including Europe and Japan in particular—would be needed for the international system to navigate successfully the major challenges of the coming years.

The “growing interdependence” that so impressed the founders of the Trilateral Commission in the early 1970s has deepened into “globalization.” That interdependence also has ensured that the current financial crisis has been felt in every nation and region. It has fundamentally shaken confidence in the international system as a whole.”

Quando o primeiro triênio da Comissão Trilateral foi lançado em 1973, o objetivo mais imediato foi o de reunir - em um momento de atrito considerável entre os governos do grupo não oficial de mais alto nível possível olhar juntos para os problemas comuns fundamentais enfrentados por nossas três áreas . Num nível mais profundo, havia uma sensação de que os Estados Unidos já não estava em tal posição de liderança singular como tinha sido nos anos anteriores pós-Segunda Guerra Mundial, e que uma forma mais compartilhada de liderança, incluindo a Europa e Japão, em particular - seria necessário para o sistema internacional para navegar com sucesso os principais desafios dos próximos anos.

A “crescente interdependência” que tanto impressionou os fundadores da Comissão Trilateral no início de 1970 aprofundou em "globalização ". Essa interdependência também garantiu que a atual crise financeira tem sido sentida em cada nação e região. Tem fundamentalmente abalado a confiança no sistema internacional como um todo.

Disponível em <http://trilateral.org/go.cfm?do=Page.View&pid=5> Acessado em 15 de julho de 2015

⁹⁷ LEMOS, Renato . Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. Marx e o marxismo, v. 2, 2014. p.137/138.

⁹⁸ BATISTA, Liz Há 35 anos, presidente Jimmy Carter visitava o Brasil - Líder americano frustrou brasileiros ao não criticar violações cometidas pelo regime militar Jornal O Estado de São Paulo 29 de março de 2013 Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,ha-35-anos-presidente-jimmy-carter-visitava-o-brasil,8960,0.htm> Acessado em 15 de julho de 2015

militar formal foram rompidos. Não haveria, assim, oportunidade de novos relatórios do Departamento de Estado.⁹⁹

Portanto, esse era o cenário internacional. Uma Nova Ordem Mundial, que planejava a globalização de forma que pudesse atingir cada vez mais lugares e pessoas, bem como seus modos peculiares de vida e de relação com o meio ambiente, enfraquecendo os poderes dos estados-nação e erigindo um sistema democrático com pretensões de universalidade, tendendo a homogeneização da vida no mundo. Assim além do cidadão e do Estado, surge o mercado como um novo ator social.

No Brasil, a posse do presidente Ernesto Geisel em 1974, teve como expectativa a indicação da abertura lenta, gradual e segura. Renato Lemos avalia nos discursos presidenciais, que o objetivo era permitir a formação de um centro político conservador, que desse apoio e legitimasse a nova forma de dominação pretendida, a democracia liberal.¹⁰⁰

No discurso proferido na troca de mando presidencial, em 15 de março de 1974¹⁰¹, Geisel ressaltou o fundamento no *binômio indissolúvel entre desenvolvimento e segurança*, destacando as características de dinamismo e modernização do movimento de 64. Na primeira reunião com os ministros, em 19 de março de 1974¹⁰², referiu-se aos dez anos da *Revolução modernizadora de 64*¹⁰³, exaltando a ostentação do sucesso econômico do governo Médici, advertindo por outro lado sobre a crise energética, a escassez de alimentos e matérias primas. Ao referir-se à transição, utiliza o termo aperfeiçoamento democrático, gradual, mas seguro, e quanto à formação de consenso e diálogo (para a institucionalização dos princípios de 64) convoca as elites responsáveis e como que de forma secundária, o povo.¹⁰⁴ Mesmo com o anúncio de uma pequena probabilidade de mudanças, reitera o aspecto de continuidade nas políticas econômicas, investindo no desenvolvimento de tecnologia para a indústria

⁹⁹ LEMOS, Renato . Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. Marx e o marxismo, v. 2, 2014. p.154/155

¹⁰⁰ LEMOS, Renato . Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. Marx e o marxismo, v. 2, 2014. p.138

¹⁰¹ GEISEL, Ernesto - Discurso da troca de poder. 15 de março de 1974. Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1974/02.pdf/at_download/file Acessado em 16 de julho de 2015.

¹⁰² GEISEL, Ernesto - Discurso na primeira reunião com ministros. 19 de março de 1974. Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1974/03.pdf/at_download/file Acessado em 16 de julho de 2015.

¹⁰³ Idem p.40

¹⁰⁴ “Quanto ao setor político interno, envidaremos sinceros esforços para o **gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático**, ampliando o **diálogo** honesto e mutuamente respeitoso e estimulando **maior participação das elites responsáveis e do povo em geral**, para a criação de um clima salutar de **consenso** básico e a **institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64**.” (Grifos nossos) Idem p.45

nacional, a agropecuária e a infraestrutura¹⁰⁵. Nesse quadro de crise na produção de alimentos e matérias primas, e pelo desenvolvimento tecnológico na agricultura, prega o estímulo à expansão da fronteira agrícola¹⁰⁶.

Diante dos pronunciamentos feitos à época, percebem-se nítidos os vetores de modernização econômica, com abertura política restrita, de forma que haja formação de consenso entre elites, e a transição seja operada “por cima” sem que ampliação da esfera pública da política pudesse obstaculizar os objetivos da ditadura e sua base social de sustentação. Com a promessa de abertura gradual, vinha a advertência que seria garantida a segurança e o (ou para o) desenvolvimento econômico.

1.2.2.1 - Estratégia de “Descompressão” Política

Golbery do Couto e Silva, que foi Chefe da Casa Civil do governo Castelo Branco, e esteve afastado do governo, como presidente da sucursal brasileira da empresa americana *DOW Chemical* durante os tempos de Costa e Silva e Médici, membro destacado da ESG e do IPES, planejava a mudança da ordem constitucional, e escolheu a indicação de Geisel como uma candidatura de consenso. Lemos desenvolve a questão se o ano de 1974 apresentava então uma nova presidência e realizaria a liberalização por dentro ¹⁰⁷.

A abertura gradual e segura, como conclusão de uma etapa no ciclo de modernização brasileira, começava ainda em 1974, dentro de uma estratégia de descompressão política, que evitasse qualquer ruptura na ordem política, sempre com a ameaça que o mal (violência e restrição política) poderia voltar. Essa estratégia de realização de mudanças “por cima” foi executada oficialmente pelos generais Golbery e Geisel. Apesar de ser adjetivado como moderado, o governo Geisel tomava medidas estratégicas, pois a repressão e a condenação às práticas de violações pelo regime, nunca deixaram de ser práticas institucionais e sistemáticas.¹⁰⁸

¹⁰⁵ Idem p.53

¹⁰⁶ Idem p.60

¹⁰⁷ Idem

¹⁰⁸ GASPARI, Elio A ditadura derrotada. O sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Cia. das Letras 2003.p. 235

Essa questão envolveu uma intervenção no plano intelectual, articulando teóricos da ciência política, como descreveu Lemos no artigo sobre as conexões entre a Universidade de Harvard e a definição das linhas políticas adotadas pelo governo na transição brasileira¹⁰⁹. O ator de destaque é o intelectual americano Samuel Huntington, que desde antes de 1964 já visitava o Brasil para palestras e conferências, e suas obras influenciavam os pesquisadores nacionais. No contexto de transição, identificado como um intelectual orgânico do capital transnacional¹¹⁰, suas análises nada desinteressadas, refletiam o que se passava no país, bem como a necessidade de reformulação do sistema político, para que o desgaste do autoritarismo não desfizesse as bases construídas neste ciclo. Dentre as referências mencionadas pelo historiador, destaca-se o trabalho de Huntington “Abordagens da descompressão política”, a partir do Seminário de Problemas Brasileiros do Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso (IPEAC), a que se seguiram debates com parlamentares.¹¹¹ A obra foi publicada pelo IPEAC em 1973 e em 1978 por Wanderley Guilherme dos Santos, junto com outros ensaios.¹¹²

Para Huntington, a distinção entre os países não deveria ser feita pela forma de governo (democracia e ditadura), mas pelo grau de governo que compreendia consenso, comunidade, legitimidade, organização, eficiência e estabilidade¹¹³. Nessa linha, observou que o maior problema da América latina era não conseguir uma participação regulamentada de movimentos sociais na política, o que gerava sempre uso de “violência”, como protestos e greves como forma de marcar suas reivindicações. Assim, ou essas manifestações causavam desestabilidade política, ou o governo deveria atender as demandas, prejudicando as atividades lucrativas do empresariado (chamado de economia para dar aspecto de universalidade).¹¹⁴

Nesse ponto merece destaque o papel do Direito na institucionalização e na estabilização política, que vem como a promessa de não utilização da violência (uso legítimo do monopólio da violência pelo Estado, de forma regulamentada), porém restringe a margem de mudanças na sociedade pela política. A manutenção da ordem capitalista construída a

¹⁰⁹ LEMOS, Renato . A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. Revista Tempos Históricos, v. 18, 2015. p. 559-590.

¹¹⁰ Idem p.560

¹¹¹ Idem p.580

¹¹² . SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Poder & política. Crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978

¹¹³ Idem p.567

¹¹⁴ Idem p.571

partir de 1964, não poderia sofrer eventuais ameaças ao desenvolvimento econômico oriunda das mobilizações populares.

Pelas análises fornecidas ao governo brasileiro, seria necessária a restrição de liberdades por um curto período, para conseguir em longo prazo um sistema político que não vá a sentido contrário ao desenvolvimento econômico. A palavra de autoridade de um intelectual norteou e foi adotada pela dupla Geisel-Golbery a ideia de descompressão sob o comando de um grupo restrito dentro do Estado, ampliando-se com a agregação de setores da oposição “moderados”¹¹⁵. A estratégia consistia na combinação no plano lógico de três diferentes concepções de descompressão: a) institucionalização de procedimentos para determinar a sucessão em cargos públicos, muito especialmente, na Presidência, mas também no Congresso e em cargos estaduais, e para elaboração de decisões entre os grupos pertinentes na formulação de políticas públicas; b) alargamento da participação na escolha de autoridades públicas e na elaboração de políticas, de modo a representar mais grupos de interesses legítimos e mais setores da população no processo governamental.; e c) liberalização de restrições em curso – de direitos individuais políticos e civis – e uma aberta discussão pública de questões governamentais e políticas.¹¹⁶

Muito embora as práticas da repressão não fossem extintas, a agenda de descompressão do Estado buscava a aglutinação de grupos oposicionistas que as demandas girassem essencialmente em torno das liberdades democráticas¹¹⁷. Desta forma, a base de sustentação do governo se ampliava com a presença de setores liberais legitimando os procedimentos e não atingindo questões de cerne da transição como a reforma agrária e as leis trabalhistas, formando um centro político mais conservador.

O que é valioso destacar é a presença de intelectuais nos planos de ação governamentais, bem como suas origens, financiamento e interesses que defendem. A presença dessas autoridades científicas também auxilia a reduzir a margem da política, uma vez que o Estado moderno deve adotar soluções técnicas formuladas por especialistas, que pela natureza da função alcançariam resultados imparciais e universalizáveis. Por isso, a universidade constituiu uma preocupação constante dos órgãos de repressão encarregados do controle social, pois de lá saiam vozes destoantes com a “Voz do Brasil”.

¹¹⁵ Idem p;.576

¹¹⁶ Idem p.575

¹¹⁷ Idem p.580

Essa estratégia liberalizante deveria ser executada por medidas que institucionalizassem a estabilidade, uma vez que a instabilidade política poderia alterar o quadro de forças e ameaçar a hegemonia do bloco histórico no poder, visto que a ideia do governo seria aumentar o campo de aliados agregando parte da oposição moderada, atacando assim somente a extrema esquerda e a extrema direita. Do ponto de vista político-constitucional, percebe-se o papel do direito em estabilizar relações, reduzindo a margem de mudança possível pela política. Essa possibilidade de abertura e de reconstrução da esfera pública parecia como uma possibilidade de disputa de hegemonia pelos movimentos sociais, por outro lado, o governo e as elites dirigentes, planejavam que a transição fosse gradual, lenta e segura justamente prevendo que qualquer gol do adversário o jogo fosse suspenso. Mesmo nessa fase de liberalização havia preocupação a infiltração comunista no MDB e nas universidades.

A influência das eleições, mesmo em um regime político estrito, fazia parte das análises governamentais, como é possível perceber na bibliografia estudada, e na amostra dos documentos pesquisados. Após 1974, com a vitória do MDB nas eleições, e o retorno das organizações de base como os movimentos operário e estudantil, e por outro lado, a resistência de parte das forças da repressão, o governo que fazia avanços e recuos de acordo com a conjuntura.

1.2.2.2 - Tempos de abertura: prisões, assassinatos e o Pacote de Abril.

Uma característica da ditadura brasileira foi a manutenção dos poderes legislativos, que em caso de contrariedade com o Poder Executivo, tomavam medidas de supressão dos seus poderes, e em outros momentos servia como forma de legitimação do governo e de suas ações. O MDB, que elegeu 87 deputados em 1970, conseguiu 161 cadeiras em 1974. Desta forma, tendo em vista que o Executivo não tinha o controle do Legislativo, após protestos contra as Forças Armadas, o presidente teria sofrido pressão dos setores ligados aos órgãos de repressão, e cassou com fundamento no AI-5, os deputados gaúchos do MDB Amaury Muller e Nadyr Rossetti. Três dias após, Lysâneas Maciel, parlamentar do MDB/GB, proferiu discurso contundente contra o governo no plenário da Câmara dos

Deputados, respondendo a um deputado situacionista “*Não dou aparte a torturador. Assassino de Estudantes!*”. Fato que lhe custou o mandato e o impôs o exílio.¹¹⁸

Em março de 1977, o Legislativo rejeitou proposta governamental de reforma do Judiciário. Nesse clima de diminuição do controle, Geisel coloca o Congresso Nacional em recesso, colocando em vigência o chamado “Pacote de Abril” conhecido como “Constituinte da Alvorada”, por meio do qual editou uma série de normas constitucionais: a) eleição indireta para governos estaduais e um terço do Senado (que tornou esses parlamentares conhecidos como “senadores biônicos”); b) modificou a representação na Câmara dos Deputados, de modo a favorecer a ARENA; c) criou as sublegendas para eleição do senado, mecanismo que alterava a fórmula de disputa; d) alterou o quórum mínimo para aprovação de emenda constitucional, modificando o número mínimo de assinaturas para proposição, o que na prática impedia propostas da oposição; e) alteração do mandato presidencial de cinco para seis anos.¹¹⁹

Durante o governo da abertura, as cassações, sequestros, torturas e assassinatos não cessaram. No entanto, dois casos são emblemáticos. O primeiro foi o assassinato de um preso político em outubro de 1975 acusado de ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), nas dependências do DOI-CODI em São Paulo-SP, o jornalista da TV Cultura Vladimir Herzog. Seu corpo foi encontrado na cela em uma cena de suposto enforcamento com comunicado oficial do II Exército, que não convenceu a opinião pública de sua veracidade, sendo desmentido oficialmente nos trabalhos da Comissão da Verdade Rubens Paiva do Estado de São Paulo e da CNV¹²⁰. O acontecimento causou grande comoção, com greve de alunos e docentes da USP, protestos do Sindicatos dos Jornalistas e da OAB, e atuação de D. Evaristo Arns, cardeal de São Paulo que realizou um ato ecumênico.

O segundo caso marcante foi em janeiro de 1976, a morte do operário sindicalista, Manuel Fiel Filho, também nas dependências do DOI-CODI do II Exército, oficialmente

¹¹⁸ TV Senado. Senado na História - O Pacote de Abril - Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nYxFFiOeQBs>, acessado em 18 de julho de 2015.

¹¹⁹ Brasil, Presidência da República. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 8, DE 14 DE ABRIL DE 1977. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc08-77.htm Acessado em 15 de julho de 2015.

¹²⁰ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v. 1 p.105.

divulgada como suicídio, provocando a derradeira demissão do comandante, o general Ednardo d'Avila.¹²¹

A relevância dos casos, além de exemplificares os casos de homicídio de presos sob a custódia estatal nas dependências policiais, se dá pela posição política ocupada por essas vítimas na sociedade. Eles faziam parte de setores aliados da esfera pública. O jornalista, visto como ameaça subversiva, tinha a atividade profissional cuidadosamente censurada, e da mesma forma o sindicalista operário, não poderia ter voz politicamente relevante, uma vez que contrariava interesses do bloco hegemônico. Nesses casos são visíveis as duas faces da ditadura, a violência, que incluía a eliminação física de opositores, e os interesses de hegemonia cultural e econômica. Essa relevância pode ser medida pelas manifestações públicas referentes a esses casos na amostra de documentos pesquisados.

Ao final de 1978, a presidência revogou mais de 120 ordens de expulsão de exilados, em sua maioria saída entre 1969 e 1970 nas trocas de prisioneiros por embaixadores sequestrados pelos militantes de organizações armadas. Porém, oito exilados não entraram nesta lista, dentre eles Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes.¹²² A dupla Geisel - Golbery deixara como legado para a sucessão a manutenção dos poderes arbitrários, com fundamentos na Lei de Segurança Nacional, a ausência de controle das verbas governamentais por parte do Poder Legislativo e manutenção do aparato repressor. A preocupação do governo Geisel com a descompressão era a eminência da reorganização de movimentos populares o desgaste do regime permitisse que outros atores ganhassem o espaço político, violentamente conquistado até então.

O novo governo enfrentou também acontecimentos importantes na área trabalhista. Em 1978 os trabalhadores da indústria automobilística no ABC, cinturão industrial de São Paulo, liderados pelo presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio Lula da Silva, entraram em greve, na primeira mobilização operária significativa desde a repressão das greves de Osasco e Contagem, em 1968. Um ano depois eles fizeram nova greve, estabelecendo uma das maiores ondas de greve na história do Brasil, afetando cerca e três milhões de operários. Em São Paulo, uma campanha maciça de apoio coletava dinheiro e alimento para os grevistas.¹²³

Essa mobilização também contava com o apoio do cardeal de São Paulo, D. Evaristo Arns. Nessa época, a CNBB, a OAB e a ABI eram vozes importantes contra as

¹²¹ Idem.

¹²² SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização. In: STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 27-81. p.48

¹²³ Idem p.51.

consequências da repressão e configuram setores médios liberais cujo diálogo com o governo, mesmo que difícil era possível. Por outro lado, essas organizações também congregavam uma elite intelectual, que mesmo em se tratando de uma elite, tiveram a supressão da vida pública e das liberdades democráticas.

No final de 1978 Figueiredo já havia sido comunicado que seria indicado como sucessor de Geisel, decisão sacramentada em abril de 1978 na convenção da ARENA, que escolheu o governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, para o cargo de vice. Uma vez encerrada a questão da sucessão, o presidente envia ao Congresso uma série de medidas por meio da EC nº 11 aprovada em outubro de 78, tendo a votação em segundo turno boicotada pela bancada do MDB que não queria legitimá-las, devido a sua insuficiência. Porém, extinguiu o AI-5, revogava o Decreto Lei nº 477 que fundamentava a repressão nas universidades. Além disso:

Transferia para o Supremo Tribunal Federal (STF) a responsabilidade de cassar mandatos parlamentares, com base em denúncias enviadas pelo Executivo. Restabelecia o habeas corpus para crimes políticos e abolia as penas de morte, prisão perpétua e banimento. Previa ainda o abrandamento das penas previstas na Lei de Segurança Nacional, a diminuição das exigências para a criação de novos partidos e a restauração do voto em separado do Senado e da Câmara na apreciação das emendas constitucionais.¹²⁴

Por outro lado, alguns mecanismos legais ainda tinham como finalidade a restrição das margens de atuação política. As regras eleitorais tinham sido montadas em abril de 1977, inclusive prevendo mandato de seis anos (cumpridos integralmente pro Figueiredo), dentre outros poderes mantidos ao Executivo. Ainda havia receio sobre a condução do processo pelas Forças Armadas, mas a situação econômica indicava a não duração do regime. Finalmente, em 28 de agosto de 1979, Figueiredo sancionou a Lei nº 6.683, a Lei de Anistia, cujo projeto fora enviado pelo governo e aprovado pelo Congresso.¹²⁵

Finalmente, o último elemento desse pano de fundo, é a posição de grupos esquerda, diante do contexto de transição para democracia. Tal abordagem justifica-se pela influência (talvez possamos até afirmar uma predominância) na reorganização movimento estudantil e mesmo pelas forças políticas que compuseram os movimentos por uma Anistia ampla, geral e irrestrita.

¹²⁴ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v. 1 p.106

¹²⁵ Idem

1.3 - A(s) esquerda(s) na transição brasileira e as análises de Luiz Werneck Vianna

O complexo jogo de forças políticas na transição brasileira merece uma abordagem ampliada, de forma que identifique o lugar e os dilemas da esquerda nesse cenário. A principal razão para tal, tem a ver com nosso objeto de estudo. Primeiramente, devido ao fato do Movimento Estudantil organizado, sobretudo a partir de 1974, ser composto e dirigido predominantemente por grupos de esquerda, como teremos a oportunidade de demonstrar adiante. Além disso, este segmento estaria incluído no rol de grupos aliados da esfera pública de cidadania, como os operários, camponeses, religiosos, artistas e intelectuais, porém em articulação para se reorganizarem.

Conforme descrito no item anterior, no momento de abertura política, as organizações de esquerda armada já estariam dizimadas. Ademais, a perspectiva revolucionária a esta altura já estava enfraquecida. Por isso, em consonância com o conteúdo do material pesquisado nos arquivos, denota-se que as liberdades democráticas estavam na pauta do dia, e que talvez o dilema da esquerda fosse a forma de se buscar um projeto, dentro de um contexto de Estado democrático.

Para isso, destacamos as análises e categorias utilizadas por Luiz Werneck Vianna, com o intuito de enxergar a transição no Brasil por outro viés. Com referências teórico-metodológicas nas obras de Antonio Gramsci, busca-se entender a transição pelo seu caráter, se foi de ruptura ou de continuidade. A abertura política seria o início de mudanças significativas no Estado brasileiro, ou seria uma nova fase de um processo contínuo de modernização capitalista? A ditadura civil-militar de 1964 foi uma quebra excepcional da normalidade institucional, ou foi uma etapa necessária para consolidar um capitalismo nacional, sem a interferência ou ameaças de setores das classes subalternas? Nesse sentido, a intervenção autoritária e violenta na esfera política, teria sido um “mal necessário” para preparar o terreno para a forma de gestão neoliberal de Estado, e a democracia liberal poderia ser considerada assim, outra face da mesma moeda.

A abordagem sobre o pensamento de Gramsci, imagina-se que pode elucidar aspectos pertinentes a esquerda na transição, sobretudo no que tange a atuação democrática.

Em interessante pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Michele Corrêa de Castro trata dos “renovadores “gramscianos” do PCB”, destacando a utilização das categorias de Antonio Gramsci para compreenderem a realidade nacional. Dentre os intelectuais estudados, está Luiz Werneck Vianna, juntamente com Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira.¹²⁶

A autora parte da hipótese de que esta corrente teria se apoiado na compreensão do caso brasileiro, em um momento emergente de recepção de Antonio Gramsci, especialmente no final da década de 1970, em um contexto de disputas internas no âmbito do PCB. Este grupo se destacou pela aproximação da defesa de um caminho democrático, diferente das diretrizes da Terceira Internacional Comunista.¹²⁷

Werneck Vianna, carioca, passou a integrar as fileiras do PCB em 1960, e em entrevista concedida para a referida pesquisa destacou que a morte de Getúlio teria deixado um trauma em sua geração, e estava claro que o mundo poderia ser transformado por uma intervenção política, a questão social tinha força relevante na época.^{[128][129]}

O que importa para nosso trabalho é apresentar o contexto em que o autor estava inserido e o ponto de vista a partir do qual teria desenvolvido suas análises. Como um intelectual de partido, considerou relevante para sua formação, o Centro de Cultura Popular (CPC) da UNE formado em 1962, e também o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1950 como um empreendimento para entender a realidade nacional e desenvolver um projeto de desenvolvimento econômico e social.¹³⁰

¹²⁶ CASTRO, Michele Corrêa de. Os renovadores “gramscianos”: o diálogo com Antonio Gramsci para a compreensão da realidade brasileira, a batalha das ideias no partido e a formação da revista Presença – Dissertação – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2013, 195 f.

¹²⁷ Idem p.1

¹²⁸ Idem p.39

¹²⁹ “Vianna graduou-se em Direito, em 1962, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), e em Ciências Sociais, em 1967, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fez o doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), tendo realizado sua defesa em 1976. Segundo entrevista realizada por Gisele Araújo, Christian Lynch, Joëlle Rouchou e Antonio Herculano, na Casa Rui Barbosa, soma-se à sua trajetória acadêmica a presidência da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e o cargo de professor do extinto Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), tendo então contribuído para o prestígio alcançado pela instituição. Atualmente, é professor do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio), coordenador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES) e membro do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça.” Idem p.40

¹³⁰ Idem p.40

O destaque na interpretação por categorias de Gramsci, se justifica pela influência concreta do autor sardo, nos intelectuais e grupos políticos de esquerda durante o período de abertura e transição. Na pesquisa, Michele Corrêa de Castro coloca como um terceiro momento de diálogo de Gramsci com a leitura da realidade brasileira. Esse período teria início em meados da década de 1970, justamente aonde inicia nosso recorte temporal, no contexto de abertura política e maior efervescência acadêmica.¹³¹

Se no Brasil, o instrumento da transição é o Estado, o que Gramsci denomina de “sociedade política” (aparelhos militares e burocráticos de dominação e coerção), enquanto a sociedade civil (o conjunto dos aparelhos “privados” por meio dos quais uma classe ou um bloco de classe luta pela hegemonia e pela direção político-moral) é gelatinosa ou subalterna, tem-se tendência ao fortalecimento do Estado. O regime militar, por exemplo, conseguiu em alguns momentos conquistar o consenso entre setores vastos da classe média, criou expectativa e fez o país crescer economicamente. Por outro lado, manteve as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais, mas sufocou a sociedade civil e, nesse sentido, desequilibrou a relação entre Estado e sociedade civil, tornando-se, aparentemente, pouco “ocidental”.¹³²

Dentre os fatores de identidade entre a realidade italiana, a partir da qual Gramsci desenvolve sua percepção, e a brasileira, está a modernização capitalista, levada a cabo por uma frente conservadora, em lugar de uma ruptura revolucionária. Nesse ponto, a explicação passaria pela ideia de revolução passiva, que se diferencia por se desenvolver em um cenário de debilidade econômica, suprido por uma supra estrutura. Esta seria uma solução para o desenvolvimento capitalista, encabeçado por medidas estatais, e ressalvadas as devidas proporções, teria se dado de forma semelhante na Itália e no Brasil.¹³³

Por isso, tomamos como referência inicial, a obra de Werneck, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*¹³⁴, coletânea de textos, nos quais o autor desenvolve a categoria “revolução passiva” e explica a existência de duas matrizes teóricas que teriam embasado parte significativa do pensamento político brasileiro. A importância de esta leitura vir em primeiro, é para compreender as bases sobre as quais, o autor vai elaborar sua análise.

¹³¹ Idem p.4

¹³² Idem p.7

¹³³ Idem p.14

¹³⁴ WERNECK VIANNA, Luíz. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Em um segundo momento, destacamos outras duas coletâneas¹³⁵, a primeira é *Travessia: Da Abertura à Constituinte de 1986* e a segunda *A transição: da Constituinte à sucessão presidencial*, cujo material trata sobre a questão da cidadania, dos intelectuais e de conjuntura, em uma perspectiva de compreensão do processo de modernização capitalista, do qual fariam parte o golpe, os governos militares e a própria abertura política.

1.3.1 - Revolução Passiva e as duas matrizes no pensamento político brasileiro

A ideia de revolução passiva auxilia o autor na leitura da nossa revolução burguesa, autocrática e prolongada no tempo. Muitos dos aspectos abordados remetem à década de 1930, considerando como marco histórico a tomada do Estado por Getúlio Vargas, de onde se extraem diversos elementos presentes na intervenção autoritária a partir de 1964. Nesse sentido, o autor destaca o conceito de liberalismo e a atuação da estrutura sindical corporativa do país.

Nessa linha, apoiando-se em Gramsci, salienta a interação entre a infraestrutura material e a dimensão intelectual e moral das formações sociais em mudança. Considerando a cultura como reflexo dos processos produtivos, é justamente a presença do intelectual que vai atuar na disputa de hegemonia dos processos de transformação. Essa é, grosso modo, a sistemática da revolução passiva.

O que Werneck busca em 1930 é, por um lado, a modernização da economia, com destaque para o crescimento da indústria e a urbanização, ainda incipiente. Por outro lado, a construção pelo Estado, de uma estrutura corporativa de representação que mobilizou as massas, para assim, definir uma esfera pública. Essa esfera pública seria a tentativa de legitimação sob a forma de Estado-Nação. Em 1964, essa estrutura sindical forte sofria outras influências, com a dos partidos comunistas, e frações das classes dominantes tinham interesse em conduzir os rumos do país no que tange a sua economia.

¹³⁵ WERNECK VIANNA, Luiz. *A transição: da Constituinte à sucessão presidencial* – Rio de Janeiro: Revan, 1989
WERNECK VIANNA, Luiz. *Travessia: Da Abertura à Constituinte de 1986*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.

Eles contém o diagnóstico de que à notável aceleração da acumulação capitalista sob o regime militar correspondia um progressivo deslocamento do segmento das elites que haviam dirigido a longa marcha da modernização brasileira até ali, bem como da cultura política que lhe for afim - o Estado e a esfera pública, tidos, desde a Revolução de 1930, como estratégicos à modernização e a democratização brasileiras, passaram a ser vistos como obstáculos ao livre desenvolvimento da sociedade e, muito especialmente, como lugares institucionais de reprodução dos padrões hierárquicos e socialmente iníquos que predominaram em nossa história.¹³⁶

Então, para compreender o conceito de revolução passiva, é necessário imaginar a figura do Estado ampliado gramsciana, que corresponderia à identificação entre Estado e sociedade operada “por cima”, configurando uma estatização da vida social. A figura do intelectual, também é essencial para o entendimento desses conceitos. Vianna compara o conceito a ideia de “via prussiana” de Lenin, que também seria uma forma de revolução sem revolução, ou revolução e restauração simultaneamente.

Nos dois autores, em Lênin, com a via prussiana de desenvolvimento capitalista, e em Gramsci, com a revolução passiva, admite-se a possibilidade de que a hora da passagem para o domínio burguês não necessariamente coincide com seu triunfo político e, menos ainda, com rupturas explosivas na estrutura do Estado. Nem por isso, em ambos, tais tipos de passagem deixam de ser consideradas como inaugurais da ordem burguesa, uma “revolução sem revolução”, à medida que levam ao aprofundamento de seu modo de produção em regime de hipoteca com as formas pretéritas de propriedade e extração do excedente. Daí podendo ser consideradas como “revoluções-restaurações”, via reacionária de modernização capitalista, que faz do público um lugar de relações condominiais entre os interesses dominantes, expropriando politicamente os setores subalternos da sociedade e intensificando modalidades autoritárias de controle social sobre elas.¹³⁷

Werneck Vianna ressalta a existência no Brasil, de duas matrizes teóricas que formam o pensamento político dominante. A primeira de origem ibérica, de perfil antiliberal, com destaque para a prevalência do público sobre o privado, e a segunda de origem americana, com caráter liberal. Tais características conciliadas teriam conformado o Estado constitucional pós-transição.

Penso que o grande resultado dessa Carta – embora sem estar, inicialmente, orientada por uma estratégia particular para enfrentar esta questão – foi ter sido capaz de arrumar, equilibrar essas duas matrizes presentes entre nós. O livre indivíduo, as liberdades econômicas, as grandes conquistas liberais estão todas escritas no texto constitucional. De outro lado, está a presença forte do público, a presença forte do Direito, de seus procedimentos e das

¹³⁶ WERNECK VIANNA, Luiz. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997 p.10

¹³⁷ Idem p.39

suas instituições na configuração da política brasileira. Esse resultado, do meu ponto de vista, resultou mais do inesperado, das circunstâncias, do que propriamente de uma estratégia, de um projeto definido.¹³⁸

A fusão entre o iberismo e o americanismo, teria possibilitado a coalizão que conservava as relações de poder político, mudando as estruturas econômicas do país.

O golpe militar de 1964, reivindicado como uma revolução, parecia termo de conclusão da revolução passiva brasileira. Na avaliação do autor, o primeiro governo valorizou o mercado em detrimento do Estado, e teria se empenhado em liberar a economia de fins políticos e abandonar a política externa independente. A derrota da Ibéria e das forças que a sustentava, teria aberto caminho para as reformas liberais da estrutura estatal e das ligações com a sociedade, realizando a americanização “por cima” e acertando as contas com a tradição antiliberal.¹³⁹

No que tange o papel dos intelectuais nessa configuração do Estado, no âmbito da modernização burguesa autoritária, a obra apresenta dois artigos. O primeiro de 1983, aborda a questão da política e organização dos intelectuais. O outro, de 1985, trata dos juristas e seu papel político na conjuntura nacional¹⁴⁰.

A explicação, montada com peças gramscianas, destaca as instituições culturais, fábricas, partidos e intelectuais orgânicos da burguesia, na gestão do estado burguês, buscando relacionar o Estado com a sociedade civil, e assim atribuir legitimidade e aspecto universal ao modo de dominação burguesa. Por outro lado, em um alinhamento de esquerda, as articulações e alianças se dão entre o movimento operário e os intelectuais.¹⁴¹

No Brasil, há uma peculiaridade entre os intelectuais, que teve influência em todo debate desde o golpe de 64, até a ADPF 153, passando pela luta pela democratização e pela Anistia ampla, geral e irrestrita¹⁴². É a presença de quadros políticos oriundos dos ambientes e

¹³⁸ WERNECK VIANNA, Luiz. Judiciário, Constituição e Democracia no Brasil in Revista da Escola da Magistratura Regional Federal / Escola da Magistratura Regional Federal, Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Cadernos Temáticos - Justiça Constitucional no Brasil: Política e Direito Rio de Janeiro: EMARF - TRF 2ª Região / RJ 2010 - edição de dezembro de 2010 p.32/33

¹³⁹ WERNECK VIANNA, Luiz. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997 p. 50/51
Publicado originalmente em “Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira.” Dados [online]. 1996, vol.39, n.3

¹⁴⁰ VIANNA, Luiz Werneck. Os intelectuais da tradição e a modernidade: os juristas-políticos da OAB. In: Travessia: da abertura à Constituinte. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.

¹⁴¹ Idem p.66

¹⁴² Além disso, o destaque para esse tipo de intelectual na configuração política do Estado brasileiro, justifica-se pela apresentação desta pesquisa em um Programa de Pós-graduação em Direito Constitucional.

instituições jurídicas. O artigo intitulado *Os Intelectuais da Tradição e a Modernidade: os Juristas-Políticos da OAB* (1985) abarca o papel desses intelectuais para a conformação do Estado, e por estabelecer uma ligação com o Direito, na relação entre coerção e consenso.¹⁴³ O autor aponta contradições, como o Estado burguês ser anterior à sociedade burguesa, o liberalismo como a filosofia política da elite, mesmo em um sistema escravagista, uma esfera política liberal, diferente da esfera econômica. Nesse sentido, quem teria a função de criar e desenvolver a Nação, era o Estado. Esse estado, desde sempre, afastado da sociedade e com projetos de transformá-la.¹⁴⁴

O jurista-político, assim como outros setores da elite política, saía da máquina do Estado, formado em universidades “que não cultivavam o saber desinteressado e o gosto pela indagação científica”.¹⁴⁵

O intelectual jurista, diante deste cenário de condução da vida social pelo Estado, é essencial para a ordem jurídica e o sistema político juridicamente organizado. Vianna questiona o estabelecimento do real, como o que deveria ser.¹⁴⁶ A criação da OAB, componente do estado ampliado, seria parte do poder, porém independente dele.

Uma instituição que seria depositária de valores e arrogada como guardião do bem comum, especificamente da ordem jurídica. Desta forma, verificamos que manifestou apoio ao golpe, e posteriormente se tornou protagonista na luta pela abertura. Há que se considerar, sobretudo, que com a ausência de qualquer coerência no funcionamento jurídico do Estado, os advogados e juristas perderam espaço. Agora com outra configuração constitucional, o próprio Conselho Federal da OAB recoloca em debate a interpretação da Lei de Anistia.

¹⁴³ “Eficaz para esse resultado, mas imprópria para a constituição de um estado-Nação dotado da capacidade de incorporar as classes subalternas ao seu sistema de ordem, criando um capitalismo que, ainda hoje, depende mais das formas políticas e repressivas de controle social do que econômicas, mais de coerção do que de consenso.” WERNECK VIANNA, Luiz. *Travessia: Da Abertura à Constituinte de 1986*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.p.79

¹⁴⁴ Idem p.80

¹⁴⁵ Idem p.85

¹⁴⁶ “A mudança e a modernização induzidas através de uma ordem jurídica e de um sistema político juridicamente orientados, provoca o reencontro do jurista-político com a sua utopia no terreno que lhe é natural. Mais: o legal não poderá se defrontar com o real como um limite externo e incoercível, diante do qual é preciso estancar. O real será o que deve ser, a realização de uma filosofia política e de um projeto de Nação, tudo o que existe merecendo ser implementado. O Estado invade a sociedade civil, território privado ocupado pela dimensão política que lhe apõe seus fins. O Estado usurpa a modernidade da sociedade civil, que se torna tradicional e atrasada diante do aparato renovado dele. Educação, cultura, indústria, cidadania, direitos sociais, são redefinidos em termos de atualização diante dos imperativos de reconstrução do Estado-Nação.” Idem p.97

Portanto, uma vez considerados os aspectos políticos da transição no Brasil, se faz necessária a relação entre o projeto de modernização econômica, aos instrumentos de controle social, que restringiram (ou extinguiram) a esfera pública de participação.

1.3.2 - A transição brasileira e o processo de modernização capitalista

A chamada travessia realizada desde a abertura até a constituinte, foi a sistematização de uma série de artigos e ensaios publicados na década de 1980. Os textos estão organizados de forma temática. Para o presente tópico destacamos a cidadania e a conjuntura, na qual está incluída a discussão sobre o papel de socialistas e comunistas na transição. Além deste ponto, na “transição da Constituinte à sucessão presidencial”, Vianna apresenta seis (sete) teses sobre a transição e que cabem ficar registradas.

A primeira relação estabelecida pelo autor é entre a cidadania, e o moderno na política nacional. Considerando a modernização reguladora e disciplinadora da sociedade, operada de cima para baixo, trazia consigo a novidade do industrialismo. Neste momento, o estado seria considerado mais moderno do que a própria sociedade. Essa sociedade atrasada frente ao estado iria tomá-lo como sua própria razão, e desta forma, os pequenos conflitos de interesses não poderiam constituir óbice para a formação da vontade nacional¹⁴⁷. Posteriormente, surge a necessidade de essa modernidade ser aplicada também no plano político.

Quanto à transição para democracia no Estado burguês, baseado na ideia de descontinuidade e de ruptura, Vianna coloca duas possibilidades. A primeira é a conquista da democracia política de forma progressiva, trazendo consigo uma contínua expansão. A alternativa são as reformas pontuais, que define o estado burguês com fins de liberar a economia, das amarras da política que se orienta por interesse próprios e autônomos em relação a ela. Essa mudança conservadora estaria preparada para frear a democratização da

¹⁴⁷ Idem p.16/17

sociedade assim que pudesse.¹⁴⁸ Para Werneck, o novo adviria da relação estado-sociedade civil, com um sistema plural de partidos.

A questão da cidadania no momento da transição é ponto central da pesquisa. Após um período de graves restrições e o dismantelamento violento da esfera pública, grupos subalternos tentavam juntar os cacos para participarem do jogo de xadrez da transição, uma vez anunciada a abertura. Nesse contexto se insere a estratégia de descompressão política do governo, a reorganização do Movimento Estudantil, a as perspectivas de ação democrática da esquerda. Outro conceito relevante para compreender essa relação de forças na abertura política, é o de bloco-histórico. Em artigo intitulado “O problema da cidadania na hora transição democrática”¹⁴⁹, é possível enxergar essa ilustração do quadro político.

Assim, através da instrumentalização da política, a via autoritária de desenvolvimento capitalista eleva a modernização burguesa a um patamar superior. E isso na medida em que garante sua continuidade sob forma burguesa, cortando com a possibilidade de um bloco histórico nacional-popular sob a hegemonia da classe operária, e define como meta principal a recriação da própria ordem burguesa.¹⁵⁰

No caso brasileiro, nossa transição autoritária para o capitalismo moderno apresenta uma série de ambiguidades, em torno da modernização econômica, sem institucionalização da esfera política. Vianna bem destaca, que a transição como um processo que é, desafia a teoria diante da prática de sujeitos coletivos, que buscam seus objetivos da seara política. O movimento estudantil poderia ser considerado um desses atores, muito embora as obras do autor tomem como referência predominante, o movimento sindical operário.

Assim sendo, constituiu-se no Brasil um capitalismo apartado na Nação, em termos de Gramsci, altamente coercitivo e minimamente consensual. As intervenções autoritárias permitiram o desenvolvimento do Estado-Nação em momentos distintos, um de imposição de um modelo de capitalismo global, e por outro lado, em atraso, a formação da livre cidadania. “É a percepção da continuidade, por detrás de uma aparência descontínua, que

¹⁴⁸ Idem p.21

¹⁴⁹ VIANNA, Luiz Werneck. O problema da cidadania na hora transição democrática. In: Travessia: da abertura à Constituinte. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.

Publicado originalmente em Dados: revista de ciências sociais. -- Imprensa: Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, (1966). Referência: v. 26, n. 3, p. 243–264, 1983.

¹⁵⁰ VIANNA, Luiz Werneck. Travessia: da abertura à Constituinte. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986. p.28

permite captar a singularidade da revolução burguesa brasileira, transcendendo o singularismo que decorre das análises empiricistas.”¹⁵¹

No aspecto conjuntural, o tema da continuidade/ruptura perpassa toda a análise. Em “O Problema da Ruptura”¹⁵², baseado no binômio transição-revolução, o autor aduz que entre 1974 e 1984, a vida política do país tem se pautou pela transição de um estado autoritário para a democracia, e nessa época emergiu o “mais vasto e profundo movimento”, ainda que não orgânico na sua maioria, em favor da inclusão das classes subalternas à cidadania.¹⁵³ Ele salienta atuação de intelectuais, como as transformações nas tradicionais Associação Brasileira de Imprensa e Ordem dos Advogados do Brasil, deixando de lado a pauta corporativa e colocando-se como instituições-líderes da sociedade civil. No artigo está reiterada uma ideia defendida na introdução, de compreender a transição brasileira, não só pelo sistema político estrito, mas pelo projeto maior de modernização.

Assim, a especificidade da transição brasileira não pode ser alcançada a partir de uma leitura que considere exclusivamente o sistema político *strictu sensu*. Abarca - e esta é a lógica que organiza todo o processo - o tema da modernização, da recriação de uma nova ordem burguesa, embora a força do regime e a debilidade da burguesia invertam a questão ao nível da sua primeira aparência. A transição se cumpre, repito, mais pelos temas impostos pelo regime do que por aqueles que diriam respeito à atualização da ordem burguesa à nova realidade do país.¹⁵⁴

Desta maneira, a democracia seria uma conquista da ruptura.

Ainda no ano de 1984, em “Contribuição para um Debate”, cita a deflagração da transição, através de eventos marcantes como o protesto estudantil em 1977, as greves no ABC paulista de 1978, e depois generalizando-se para outros setores industriais, de serviços, servidores públicos e categorias de intelectuais, guiadas por uma nova lógica da política e dos movimentos sociais. A abertura teria favorecido, para Werneck, a emergência de massas em escala nunca vista no Brasil. Então, o avanço das mobilizações pela democratização, associado ao processo de modernização capitalista nos dez anos compreendidos entre 1974 e 1984, criou novos sujeitos “sociais e políticos” reivindicando direitos. O autor os considerou ainda em fase pré-política.¹⁵⁵ Werneck atribui a derrota do regime, em maior proporção à

¹⁵¹ Idem p.39

¹⁵² VIANNA, Luiz Werneck. O Problema da Ruptura in Travessia: da abertura à Constituinte. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986. p.211/215

Publicado originalmente em Presença n ° 3, São Paulo Caetés, maio 1984

¹⁵³ Idem p.211

¹⁵⁴ Idem p.213

¹⁵⁵ Idem p.219/220

atuação da coligação democrática de oposição, do que sua desintegração e sua incompatibilidade com a modernidade econômica. Na explicação, distingue entre o projeto e o processo de abertura, cada um regido por uma lógica distinta e contraditórias entre si. O projeto, de caráter defensivo e inibidor, enquanto o processo tem caráter ofensivo, emergente.

No limite, a progressão continuada dos dois movimentos - do projeto e do processo - apontava para a negação da concepção pela auto-reforma embutida no projeto, com a sua superação pelo processo de abertura. Uma dupla condição impunha limites à possibilidade de uma contínua reprodução política do regime: por um lado, a divisão das oposições e a neutralização dos descontentes por meio da introdução e reformas graduais em sua natureza, impedindo sua coligação; por outro, uma relativamente baixa presença dos movimentos sociais.¹⁵⁶

Entretanto, há de se considerar que tal contribuição foi feita com base em um período maior do que o da pesquisa. Entre 1979, marco temporal do nosso trabalho, e 1984, ano de publicação do ensaio, ocorreram fatos importantes para o processo de transição, que, no entanto, escapam à delimitação de nosso objeto de estudo.

Nos ensaios sobre o papel da esquerda na transição, bem como suas eventuais alianças com democratas e liberais, e principalmente, vislumbrar a possibilidade de realizar as mudanças na esfera pública de participação política em uma situação democrática. As demandas sociais, não teriam chances de prosperar senão pelos caminhos da democracia e das instituições. Para Vianna, existiam condições para que a transição não se resumisse a um pacto entre grupos da elite, uma vez que o regime de 1964 não deixara um legado institucional com possibilidade de sobrevivência.¹⁵⁷

Além das considerações sobre o recorte temporal da pesquisa, também é digno de consideração, que alguns dos ensaios dialogavam diretamente com a dinâmica política da época em que foi publicado¹⁵⁸.

Em toda a incerteza que permeava a abertura, havia a ação de grupos conservadores para reduzir a transição há uma auto-reforma, norteado pelas novas vestes do neoliberalismo, já em moda nos Estados Unidos e Europa.

Ao contrário da suposição ingênua, não se trata para estas elites de tentar provocar um retorno à situação de domínio militar. E, sim, de viabilizar um

¹⁵⁶ Idem p.227

¹⁵⁷ Idem p.247/248

¹⁵⁸ “Comunistas, Esquerda e Liberais na Transição para a Democracia” Publicado originalmente em Boletim Presença - Rio, nº 1, documento de circulação restrita, Rio 1985.

novo padrão hegemônico burguês, à “americana”, redefinindo-se o caráter do estado, muito especialmente para expurgá-lo dos elementos de “welfare state” e de intervencionismo e do corporativismo, desde a sua construção na década de 30.¹⁵⁹

Essas formam as contribuições de Werneck Vianna para analisarmos de outra forma a transição para a democracia no Brasil, e para auxiliar na compreensão acerca dos documentos pesquisados. Porém, antes de encerrarmos esse tópico, cabe registro o artigo “Seis teses sobre a conjuntura da Transição”¹⁶⁰, apresentado um tempo depois, em 1989. Na publicação, Werneck Vianna apresenta seis, que na verdade são sete, teses sobre a transição.

A primeira tese diz que o processo de transição não teria sido articulado pela opinião pública ou pela sociedade organizada, mas sim por uma coalizão de centro-esquerda composta por liberais e trabalhistas. Nesse caso, ele reitera a existência de duas matrizes do pensamento político.¹⁶¹

O segundo ponto colocado pelo autor, novamente tange os aspectos econômicos. A “modernização autoritária” foi amplamente apoiada pelos empresários e as camadas médias urbanas inicialmente. Porém, após a crise do “milagre” econômico, os setores emergentes da modernização capitalista e o novo sindicalismo se posicionaram pelo fim do regime.¹⁶²

A terceira tese desenvolvida na obra tem base na formação dos partidos políticos, a o processo histórico de formação da Constituinte.

Na raiz do processo de transição manifesta-se o encontro no campo liberal, da esquerda e do sindicalismo, de velhos e novos personagens sociais e políticos. A nova e impetuosa força da ordem privada vai querer acertar suas contas com a forma do Estado.¹⁶³

A quarta tese aduz que a transição não tinha direção, e nem política. Seria um processo sem sujeito, no qual as forças disputavam o centro político. Seguindo o raciocínio, o quinto tópico, realça que a socialdemocracia não era aceita pelos neoliberais, porém, a rejeição da institucionalidade, poderia abrir o caminho para mais uma intervenção violenta.

¹⁵⁹ VIANNA, Luiz Werneck. Travessia: da abertura à Constituinte. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986. p.287

¹⁶⁰ WERNECK VIANNA, Luiz. Seis teses sobre a conjuntura da Transição in A transição: da Constituinte à sucessão presidencial – Rio de Janeiro: Revan, 1989 p.91/103

Publicado originalmente em Presença n°13, Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa e Difusão Cultural. 1989.

¹⁶¹ WERNECK VIANNA, Luiz. A transição: da Constituinte à sucessão presidencial – Rio de Janeiro: Revan, 1989 p.92

¹⁶² Idem p.93

¹⁶³ Idem p.94

Por fim, o autor conclui com o sexto ponto, sobre a recomposição das forças políticas, que teria sido favorecido pela sucessão presidencial.

Diante dos seis pontos apresentados pelo autor, percebe-se a tradição política de conciliação entre duas matrizes aparentemente antagônicas, e a de decisão dos rumos políticos por uma elite, afastada na sociedade civil organizada e de uma opinião pública.

Superada essa parte introdutória sobre os contornos do conceito de transição, e sobre o debate do caso brasileiro, buscamos compreender, ou ao menos obter indícios, de como essa modernização influenciou (e foi influenciada) o modelo educacional brasileiro, especificamente a Educação Superior e o sistema público de universidades.

O processo de transição, conforme visto, continha vários projetos de modernização do país, e essa disputa se irradiava para todos os campos do Estado. Na educação, sobretudo nas instituições públicas, não foi diferente. As intervenções na universidade possuíam duas finalidades: a primeira diz respeito ao próprio sistema educacional e sua importância para a organização da sociedade; a segunda tem a ver com a posição política de professores, funcionários e estudantes universitários e o grau de mobilização dessas categorias.

A pesquisa está apoiada em documentos referentes ao Movimento Estudantil, nos arquivos da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) de uma universidade federal. Desta forma, após a contextualização sobre o panorama nacional durante o período selecionado, passamos à situação em que se encontravam os estudantes no que diz respeito a sua organização e manifestação política. Além disso, é necessário situar a importância do sistema público de educação superior, e a conjuntura política nas universidades durante a ditadura civil-militar.

Nessa linha, antes de adentrarmos na descrição dos documentos, é possível destacar três eixos, sob os quais se desenvolviam praticamente todas as reivindicações estudantis. Em muitos casos essa divisão não é estanque, pois essas diferentes esferas dialogam, e isso é o que tentaremos expor. O primeiro dizia respeito a questões internas da universidade, como qualidade do ensino, falta de estrutura e professores, conteúdo dos currículos e cobranças de anuidades.

O segundo conjunto é composto por reivindicações sobre a liberdade de organização, expressão e manifestação dos estudantes. A reorganização das entidades livres já se apresentava na pauta, e essas demandas tem relação direta com o terceiro grupo. O último eixo corresponde às liberdades democráticas, abordando aspectos de conjuntura nacional, como prisões arbitrárias, e assassinatos. Muitos casos deixam explícita essa relação entre a conjuntura nacional e as restrições a atuação política dos estudantes especificamente na UFF.

Neste terceiro eixo também se encaixam as manifestações por liberdade de presos políticos e a luta pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, que em uma perspectiva maior traz a demanda por democratização do país como um todo.

O presente capítulo também tem como finalidade, apresentar alguns efeitos das políticas dos governos pós-1964 nas universidades federais. Essas políticas tem relação direta com o projeto de modernização, embutido em todo o contexto do golpe, e com as disputas pelos rumos da transição.

A outra face da modernização é a repressão sistemática no meio universitário, de forma a retirar os possíveis obstáculos ao projeto. A própria existência das ASI's, do Departamento de Segurança e Informações do Ministério de Educação e Cultura (DSI/MEC) integrados ao Sistema Nacional de Informações (SNI) já é sintomático.

As intervenções autoritárias e violentas, sobretudo após 1968 no segundo ciclo repressivo, ocasionou o fechamento de centros acadêmicos, e da própria UNE, entidade máxima de organização dos estudantes, que contava com influência no governo de João Goulart.

A reorganização do movimento estudantil, a partir de 1974, no contexto de abertura e descompressão, em que suas atividades começaram a ser toleradas e se desenvolverem, sem, no entanto, deixarem de ser controladas, como é possível denotar da existência da ASI na universidade. As intervenções ocorriam em casos de “ameaça de radicalização”. Em determinado momento, era mais estratégico permitir que os alunos reivindicuem questões internas, do que deixar os grupos de esquerda explorarem os problemas da faculdade como vetores de mobilização da base estudantil.

Nesta época, o Movimento Estudantil se reorganiza, refunda a UNE fora da clandestinidade, e volta a ampliar a esfera pública de atuação política, ainda com muitas restrições e intervenções violentas. As forças políticas que compunham o movimento, predominantemente de esquerda, poderiam ser parte de um bloco histórico contra-hegemônico na transição, que teria formado a frente pela Anistia ampla, geral e irrestrita, que é a hipótese do nosso trabalho.

O capítulo é embasado em trabalhos desenvolvidos na área da História. Inicialmente, as informações sistematizadas no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, especialmente nos cadernos temáticos, o referente as “Violações de Direitos Humanos nas Universidades”. Além disso, a referência sobre a reorganização do movimento

estudantil, foi a Tese de Doutorado em História Social¹⁶⁴ de Angélica Muller, historiadora que também compôs os trabalhos da CNV.

A outra fonte bibliográfica sob a qual se apoia o capítulo é o trabalho¹⁶⁵ do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, com destaque para os diferentes projetos que disputavam os rumos das políticas para a universidade brasileira. A pesquisa do autor foi realizada sobre os arquivos das ASI's da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os trabalhos do autor também foram tomados como referência na elaboração do Relatório da CNV.

Além da abordagem sobre a modernização conservadora e sua incidência na política educacional, nos interessa o ponto de vista do autor, a partir de suas fontes de pesquisa, que são arquivos de natureza muito similar aos arquivos pesquisados no âmbito da UFF. Em “Os olhos do regime militar brasileiro nos campi”, faz observações sobre o risco de maniqueísmo nas pesquisas sobre o tema. Na relação entre os reitores e o DSI/MEC, ele apresenta uma variedade de categorias em que se poderiam classificar: colaboração irrestrita; colaboração com limites; e tentativa de minimizar os efeitos da repressão.¹⁶⁶

As pesquisas analisam a estrutura e o funcionamento das ASI's. Um ponto curioso, percebido também nos arquivos da UFF, foram as ações de contrapropaganda e contra-informação, com seus manuais oriundos de Brasília. As ações incluíam a divulgação de panfletos com manifestos forjados, com a assinatura de entidades falsas como o Centro Acadêmico Castro Alves (CACA) e o Movimento Ação Revolucionária Integração Nacional (MARINA). Segundo o autor:

Nos arquivos da AESI/UnB há um documento da DSI/MEC contendo a lista dos chefes de todas as AESI universitárias ativas em junho de 1973. Havia 43 AESI em funcionamento na área do MEC (33 universitárias e as outras ligadas a órgãos e departamentos do MEC), e mais as 5 ARSI. Os registros dos chefes não revelam a presença de oficiais militares, e em alguns casos foi possível identificar que eram professores ou funcionários. Segundo

¹⁶⁴ MÜLLER, Angélica. A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁶⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. v. 1. 429p.

¹⁶⁶ MOTTA, R. P. S. Os olhos do Regime Militar nos campi. As Assessorias de Segurança e Informações das Universidades. Topoi (Rio de Janeiro), v. 9, p. 30-67, 2008.

relatos orais, alguns chefes de AESI eram de fato militares, mas esses indícios demandam mais pesquisas.¹⁶⁷

Diante do exposto, seguimos com as violações aos direitos humanos no meio universitário, os projetos de modernização e a reorganização do Movimento Estudantil, durante a época de abertura política no contexto da transição.

2.1 - As violações aos direitos humanos nas universidades: a contribuição da Comissão Nacional da Verdade.¹⁶⁸

A Comissão Nacional da Verdade¹⁶⁹ (CNV) sistematizou muitas das informações até então pesquisadas, e assumiu um ponto de vista, contextualizando politicamente às violações aos direitos humanos, com especial referência aos cadernos temáticos, em que elaboram o relatório com recortes específicos.

A abordagem realizada pelos trabalhos da CNV, de forma dialética, relaciona as graves violações de direitos humanos, a interesses e projetos econômicos com locais e agentes bem definidos. O acesso das corporações a exploração dos recursos naturais, obstado pela presença dos camponeses e indígenas, ou a organização política estudantil e sindical, combatendo a superexploração do trabalho na indústria nacional, são exemplos fundamentais para que o grau de atrocidade dos crimes cometidos pelos agentes do Estado, não camufle o projeto principal, articulado entre setores civis e os militares.

As universidades brasileiras sofreram forte intervenção dos governos a partir de abril de 1964, incidindo sobre atividades de professores e sobre a vida política dos estudantes, atores destacados no cenário político do governo João Goulart. A junta militar que assumiu o país levou a cabo punições e cassações no ambiente universitário com fundamento no AI-1,

¹⁶⁷ Idem p.38

¹⁶⁸ Grande parte dos dados trazidos aqui foi sistematizada nos Textos temáticos desenvolvidos no Volume II do Relatório da CNV, especialmente no Texto 6 - Violações de direitos humanos na universidade Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v.II p.257-288

¹⁶⁹ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Fonte: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>

promovendo uma chamada “Operação Limpeza”, identificando e tentando eliminar os que classificavam como inimigos.

As instituições universitárias se tornariam, juntamente com sindicatos, alvos da ação repressiva dos governos militares, considerados locais privilegiados para a difusão de doutrinas revolucionárias e de recrutamento para as organizações de esquerda. Logo após o golpe militar, as primeiras semanas de aula nas universidades foram suspensas e foi colocada em ação a chamada Operação Limpeza, nome utilizado por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. Dois tipos de motivação estiveram presentes nos afastamentos de dirigentes universitários: alguns, por serem considerados *persona non grata* pelo regime recém-instalado, caso da Universidade de Brasília (UnB); e outros, por começarem a colocar obstáculos às ações repressivas. Nesse caso, o afastamento visou facilitar o processo de expurgo de docentes e estudantes. Estão identificados oito casos de afastamento de reitores pelo regime militar e o de um reitor que pediu afastamento devido às pressões recebidas.¹⁷⁰

Não somente as atividades acadêmicas estrito senso configuravam ameaças ao novo comando do país, mas, sobretudo, as organizações estudantis. No dia do golpe, estudantes da Faculdade Nacional de Direito (FND) quedaram-se de vigília no prédio até o dia seguinte, com receio de um ataque do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Um grupo de militares se dirigiu ao prédio da faculdade na Praça da República que estava cheia de alunos, com o intuito de metralhar e ou incendiar a unidade com as pessoas dentro, sendo impedido pelo Capitão Ivan Proença, que viria a ser cassado pela atitude de salvar os alunos. Na FND atuava desde 1916 o Centro Acadêmico Candido de Oliveira (CACO), um dos mais influentes do Brasil, tendo participado da formação da UNE. No dia seguinte, com a retirada segura dos discentes, o prédio foi tomado e o centro acadêmico fechado por aproximadamente um ano.¹⁷¹

A própria UNE teve sua sede incendiada na madrugada do dia primeiro de abril. A propósito, a UNE foi objeto de investigação em uma Comissão parlamentar de Inquérito (CPI) por oito meses, até o dia 27 de maio de 1964, quando do encerramento dos trabalhos, publicaram uma resolução (56) criando uma Comissão Especial que elaborasse um projeto de lei para regulamentação da representação estudantil, transferindo a sede da UNE para o Distrito Federal. A Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964, extinguiu a UNE e demais entidades, disponho sobre os órgãos de representação discentes, tuteladas pelas universidades

¹⁷⁰ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v.II p. 261

¹⁷¹ Idem p.206/261

e conseqüentemente pelo governo. A lei, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, nome do Ministro da Educação e Cultura, determinava como órgãos de representação dos alunos do ensino superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade;
- c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
- d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal.¹⁷²

O relatório da CNV¹⁷³ descreve, por etapas divididas somente por critérios cronológicos, diferentes momentos do movimento estudantil no Brasil em relação à ditadura. A primeira etapa seria correspondente ao período imediatamente anterior ao golpe, e baseia-se no engajamento dos estudantes organizados ao projeto nacional-desenvolvimentista do governo Jango, bem como aos seus projetos de reforma de base. O documento destaca a formação dos Centros Populares de Cultura (CPC) e a direção da UNE com orientação política de esquerda, e a apatia no movimento entre a interrupção do governo de João Goulart e meados de 1966. A segunda dessas etapas compreende o período entre as primeiras manifestações declaradamente contrárias ao regime em 1966, com reivindicações que iam desde questões específicas como as políticas do governo para a universidade, a carência de vagas e a estrutura da educação superior, até pontos gerais da política nacional como custo de vida e liberdades políticas. Nessa fase, os protestos constantes acirraram relação entre estudantes e militares, e se esgotaria em uma sexta-feira, 13 de dezembro de 1968 com a promulgação do AI-5. A partir de então, com o fechamento total do campo político legal, a solução para o movimento estudantil teve um desdobramento, uma parte das pessoas decidiu voltar para as universidades e buscar ou aguardar novas formas de militância política, e outros aderiram a organizações de luta armada. Esta terceira etapa iniciada após o endurecimento das

¹⁷² Idem p. 263

¹⁷³ “Texto 9 - A resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos

Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da conselheira Maria Rita Kehl. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas pela assessora da Comissão Nacional da Verdade e professora da UFMG Heloisa Maria Murgel Starling e pelos pesquisadores do Projeto República (UFMG) Ana Emília de Carvalho, Ana Marília Carneiro, Bruno Viveiros Martins, Davi Aroeira Kacowicz, José Antônio Souza Queiroz, Juliana Ventura de Souza Fernandes, Pedro de Castro Luscher e Wilkie Buzatti Antunes.”

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v.II p.329-402

normas de repressão, significou a reflexão e reorganização, tendo a universidade como centro irradiador das atividades do movimento. Mas a reformulação política fica mais clara após o fim dos grupos armados, por exílio forçado ou pela morte da maioria de seus membros.¹⁷⁴

O AI-5 se efetivava nas universidades intermediado pelo Decreto-Lei nº477/1969, que previa infrações disciplinares para alunos, professores e funcionários¹⁷⁵, tendo como alvo principal no início os estudantes. Não há consenso quanto à estimativa de pessoas atingidas, em algumas listas fornecidas por militares chegava a quase 800 nomes. O projeto *Brasil: nunca mais* levantou o número de 245 atingidos pelo decreto 477.¹⁷⁶

Finalmente, a quarta etapa corresponde ao período estudado na pesquisa, que começa nos primeiros anos da década de 1970, a partir da qual surgem as críticas às formas de oposição ao regime, que incluía a luta armada e o distanciamento dos militantes das massas.

Interessante notar que, na década de 1960, no período relativo a primeira fase, o movimento estudantil realizava a disputa de hegemonia pela atuação no campo da cultura e reivindicação de participação nos órgãos de deliberação das instituições. O ano de 1961 reflete essa disputa, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) com perfil mais conservador e a fundação da Universidade de Brasília (UNB) em projeto desenvolvido por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, com uma proposta inovadora no campo político pedagógico. Em 1961 a UNE também participou ativamente da Campanha da legalidade defendendo a posse do cargo de Presidente da República por João Goulart.¹⁷⁷

Entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, a UNE realizou três grandes seminários para debater a reforma universitária. Entre os pontos de discussão destacava-se a questão da democratização entendida como a própria democratização de poder na universidade. Contrários à hegemonia dos professores catedráticos, os estudantes passaram a defender sua participação nos órgãos colegiados. Paralela à atividade política, e conjuntamente com ela, foi na UNE que nasceu no início da década de 1960 uma das mais relevantes experiências culturais do país. Trata-se do Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, que ambicionava não só mudar a cultura dentro das universidades como também representava um papel preponderante para a mudança da realidade social do país. A ideia do CPC da UNE prosperou e acabou por reunir uma quantidade expressiva de jovens artistas e intelectuais

¹⁷⁴ Idem p.331

¹⁷⁵ Vide Nota 32

¹⁷⁶ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v.II p.268

¹⁷⁷ Idem p.258/259

que, posteriormente, viriam a se tornar nomes de expressão das artes brasileiras.¹⁷⁸

No caso das prisões por razões políticas, a CNV não conseguiu estimar os números. Relata que enviou ofícios aos reitores de universidades públicas solicitando informações sobre prisões de alunos, professores e servidores entre 1964 e 1985, e dentre as cinquenta respostas, apenas oito continham dados¹⁷⁹.

Desta forma, é possível destacar o ambiente universitário e o movimento estudantil como setores da sociedade ativos politicamente e fortemente atingidos pelos atos de exceção do regime. A construção de democracia nas instituições estatais tem como um de seus elementos, o sistema educacional e sua importância na formação de intelectuais e pesquisadores.

2.2 - Os projetos de modernização da universidade brasileira

A situação das universidades durante o regime civil-militar instaurado em 1964 pode ser analisada, por meio dos impulsos de mudança, que traziam grupos políticos de diferentes matizes, no fluxo mais amplo que era a modernização do país. A disputa dos rumos da política educacional tinha ao menos dois projetos de reforma.

No que tange a face modernizadora da universidade, se passa algo similar ao fundamento de legitimação do regime. Inicialmente tem-se a derrubada de Jango por forças heterogêneas, convergindo em uma pauta negativa, de impedir as reformas pelo governo. No segundo momento, a pressão por desenvolvimento, com a modernização da universidade, coloca-se a questão de como realizar tal finalidade. Rodrigo Mota expõe, que os desejos de reformas vinham tanto da esquerda quanto da direita.

À direita (incluindo os liberais) a intenção não era reformar as universidades em qualquer sentido “popular”, mas torna-las mais eficientes e produtivas, visando à formação de quadros para o desenvolvimento econômico e a administração pública. Bem ao contrário do projeto de esquerda estudantil, aqui a mudança teria o propósito de atrasar o “carro da revolução”, pois a

¹⁷⁸ Idem p.259

¹⁷⁹ *UFMS, dois funcionários e dois professores; UFPA, quatro professores; Unicamp, dez professores; UFSC, dois professores; UFRGS, 31 professores; UNESP, 23 professores; UFRRJ, três professores e três funcionários; e UFMA, um professor.* Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v.II p.258

modernização era pensada nos termos das ciências sociais norte-americanas, ou seja, no sentido de superar as carências de um país a fim de podar o ímpeto revolucionário.¹⁸⁰

Os setores liberais, aí incluídos membros do IPES, propugnavam por reformas para o modelo norte-americano. Um modelo que tivesse como finalidade precípua a profissionalização, com a previsão de cobrança de taxas¹⁸¹ e funcionassem juridicamente como fundações. Por outro lado, setores do campo militar, de perfil nacionalista, defendiam investimentos estatais, e uma educação voltada para o desenvolvimento nacional. O autor destaca a influência estrangeira no MEC, na figura do consultor norte-americano Rudolph Atcon. O governo do Marechal Castello Branco teria sido o mais pró-americano.¹⁸²

Aliás, este tema foi um repetido ponto na pauta de reivindicações do movimento estudantil, que denunciava intervenção estrangeira no plano educacional, pela série de convênios estabelecida entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), que previa assistência técnica e financeira para a modernização a educação brasileira. A USAID cessou suas atividades no Brasil no ano de 1976.¹⁸³

A influência estrangeira ocorre desde a formação das universidades no Brasil, e isso pode ser considerado um fato normal. No entanto, é importante notar que, após 1959, o Estado norte-americano começa a disputar institucional e estrategicamente os rumos da educação no Brasil. Em um quadro de lenta saída do regime autoritário, preferindo o estabelecimento de uma democracia liberal (ou neoliberal), não era útil para os interesses norte-americanos uma radicalização, nem para estimular grupos de esquerda, nem uma eventual guinada nacionalista de grupos da direita militar.

¹⁸⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá . As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p.70

¹⁸¹ A cobrança de mensalidade era uma bandeira dos liberais, mas os militares tinham receio que virasse fator de mobilização e fortalecimento de lideranças estudantis.

“As estratégias moderadas sugeridas por esses agentes de repressão eram parecidas com as defendidas por autoridades do MEC, e os objetivos eram os mesmos: não oferecer estímulos para protestos radicais, tentar desmobilizar os espíritos, evitar a má publicidade decorrente dos atos repressivos. Entretanto, deve ficar claro que essa era posição minoritária nas agências de repressão, nas quais havia inúmeros militares e policiais de estilo “durão”, para quem transigir era sinônimo de fraqueza e servia para fortalecer o inimigo. Além disso, esses agentes “moderados” não eram contra o uso da repressão, queriam apenas graduar a força e reservar a “munição pesada” para os líderes efetivamente “subversivos”. Alguns desses agentes “moderados” poderiam estar sob a influência dos valores liberais, como o que defendeu a importância do debate eleitoral para formar jovens democratas, porém, tratava-se antes de pragmatismo. O uso adequado da repressão iria gerar maior eficiência, enquanto a aplicação indiscriminada da força implicava risco de instigar o radicalismo da oposição.” Idem p.299

¹⁸² MOTTA, Rodrigo Patto Sá . As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p.77

¹⁸³ Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v.II p.285

Por essa razão, apesar de haver influência, não é possível afirmar que as políticas educacionais seguiram exclusivamente o contido em um dos projetos de modernização.

Avaliações negativas desse tipo refletiam debates em curso nos Estados Unidos sobre o resultado da política externa do país, nos quais se tornou influente o argumento do fracasso da Aliança para o Progresso na América Latina. O governo dos Estados Unidos havia prometido salvar a região da tirania comunista e lançá-la numa era de progresso e democracia, mas por toda parte se viam governos autoritários e repressores, e nenhuma melhoria social. Os debates e críticas internas nos estados Unidos se somaram ao processo de paulatino afastamento político entre os dois países. O ponto de culminância foi em 1977, com o rompimento de acordo militar que vigorava desde o início dos anos 1950.¹⁸⁴

O período da ditadura apresentou resultados desta reforma, de 21 universidades federais e algumas faculdades isoladas antes de 1964, este número elevou-se para 33 em 1979. O aumento na rede privada foi maior, e ademais, houve expansão da pós-graduação e da estrutura para pesquisa.¹⁸⁵

Entretanto, apesar das influências externas, o influxo da cultura política nacional, com seu perfil conciliador, é apontado como fator condicionante. A postura de docentes e dirigentes universitários, além da adesão e da resistência, havia também um tipo de acomodação, de sujeitos que eram favoráveis a determinadas mudanças, porém não enfrentavam abertamente o regime. Motta aponta que impulsos contraditórios (conservadores e modernizantes) geraram resultados paradoxais.

De forma paradoxal, o poder autoritário construído sob o argumento de expurgar a esquerda revolucionária e manter a ordem social foi usado pelo estado militar também para alavancar os projetos de modernização, vencendo obstáculos e impondo os caminhos escolhidos por seus tecnocratas. Isso foi particularmente visível no caso da reforma universitária, como se mostrou.¹⁸⁶

As forças liberais e nacionalistas que compunham o governo ditatorial compartilhavam o instrumental autoritário para alijar a esquerda socialista, e avançar suas ações modernizadoras no campo tecnológico e econômico, sob a lógica do “Desenvolvimento com segurança”.

¹⁸⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá . As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p.136

¹⁸⁵ Idem p.248

¹⁸⁶ Idem p.290

O autoritarismo do regime, diferente de outros momentos, atingia um grande número de pessoas, de classes médias, e independente do perfil político-ideológico. Nessa linha, o autor aduz que a máquina da repressão não era integralmente eficiente, os vínculos pessoais e interesses políticos dos que a compunham, direcionavam muitas das ações. Muitos membros das universidades tinham laços familiares com integrantes do governo e das forças de segurança, e como é a sociedade brasileira (concentração de recursos culturais e educacionais), muitas lideranças acadêmicas de esquerda e lideranças do Estado militarizado haviam convivido nos mesmo grupos sociais e instituições educacionais.¹⁸⁷

Por fim, do tensionamento entre os liberais e nacionalistas, saiu uma reforma em versão autoritária, tecnocrática e elitista, porém paradoxalmente, inspirada em ideias da esquerda acadêmica de antes de 1964.¹⁸⁸

Novamente, a percepção dos diferentes grupos e frações de classe com seus interesses, ajuda a compreender as influências que incidiram nas universidades brasileiras. A esquerda que aproximava-se do governo de Jango, depois os militares e civis que compunham os governos da ditadura, propugnavam por reformas e tinham projetos para tais. Essas ideias, podem ser notadas nos documentos do Movimento Estudantil recolhidos pela ASI, estavam imbricadas as questões internas, a atuação política dos estudantes e a abertura política no país após 1974.

Nesta época, as forças políticas se organizam e refletem uma possível reformulação, para atuação na esfera democrática, e, sobretudo, fora da clandestinidade.

2.3 - O Movimento Estudantil, sua reorganização e atuação: tolerância e controle

O período de abertura entre 1974 e 1979 é considerado de reorganização do movimento estudantil apesar da forte repressão. Mesmo com todas as dificuldades, o movimento ampliou suas bases nos primeiros anos do governo Geisel.¹⁸⁹ Nos anos de 1974 e 1975 os estudantes retomaram a organização de greves, apresentando reivindicações

¹⁸⁷ Idem p.292

¹⁸⁸ Idem p.293

¹⁸⁹ MÜLLER, Angélica. A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.96

referentes à realidade universitária.¹⁹⁰ Nessa época o movimento teria atuado de forma mais contundente contra a ditadura, e teria ocorrido a reorganização das entidades de representação como os DCE's, que possibilitaram a organização das UEE's, até conseguir reconstruir legalmente a UNE.¹⁹¹

Após dois Encontros Nacionais de Estudantes (ENE) em 1976, houve três tentativas frustradas de reconstrução da entidade. A primeira em Belo Horizonte, em junho de 1977, foi encerrada antes mesmo de começar. Somente em 1978, com a organização do IV ENE, decide-se pela reconstrução em um congresso em Salvador-BA, em maio de 1979. Mesmo proibido o evento atraiu aproximadamente dez mil estudantes.¹⁹²

As Reuniões da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (SBPC) em 1976 e 1977, com a presença de intelectuais cassados e líderes de oposição¹⁹³, também constituiu espaço de organização de membros da comunidade acadêmica em oposição ao regime, tanto era, que foram acompanhados pelos órgãos de controle da ditadura.

A conjuntura político-partidária também refletia nas disputas internas. Em época de abertura, algumas forças de esquerda decidiram apoiar, ou mesmo atuar dentro do MDB, enquanto outras ainda denunciavam a oposição consentida que o partido representava e até pregavam o voto nulo. No decorrer na década de 1970, o governo sofreu derrotas eleitorais, que inclusive culminaram no já referido “Pacote de Abril”.

Uma primeira surpresa para os militares aconteceu bem cedo, no fim de 1974, quando o partido de oposição, o MDB, colheu resultados expressivos nas eleições legislativas. os estrategistas oficiais desejavam melhora no desempenho do MDB para convencer os setores oposicionistas de que a política institucional valia a pena, porém, não estava nos planos crescimento tão vertiginoso do voto oposicionista. A vitória do MDB foi influenciada pela atitude dos meios acadêmicos, ao mesmo tempo que exerceu sobre eles notável impacto. A campanha do partido foi incrementada com o apoio de intelectuais (alguns expurgados), que forneceram dados e argumentos para

¹⁹⁰ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v.II p. 271

¹⁹¹ MÜLLER, Angélica. A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.97

¹⁹² Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. v.II p. 271

¹⁹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá . As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p.332

criticar o governo; sua votação subiu também porque, entre os estudantes universitários, arrefeceu a campanha pelo voto nulo.¹⁹⁴

Se em 1968 os estudantes denunciavam a usurpação do poder constitucional e o imperialismo, na segunda metade da década de 1970, a primeira-dama norte-americana era procurada para denunciar violações aos direitos humanos, clamavam por “liberdades democráticas” e novas demandas como anistia e constituinte.¹⁹⁵

A distensão, estrategicamente definida nos gabinetes do poder, em maior proporção do que imposta pela oposição teria iniciado o desmonte do aparato de controle na universidade. No entanto, inclusive para não desagradar um conjunto de pessoas que se beneficiavam com a existência de tais órgãos, as atividades se mantiveram por longo tempo. O Ministro da Educação no governo Figueiredo, sucessor de Geisel, era Eduardo Portella, intelectual alinhado com setores liberais do governo. Os Decretos 477 e 228 foram extintos em sua gestão, mas o fechamento das ASI's implicava o descontentamento de poucos membros da comunidade de informações. A extinção das ASI's teria sido ordenada pela DSI/MEC em maio de 1979, o que não significaria o fim da vigilância, uma vez que as delegacias regionais permaneciam em funcionamento.¹⁹⁶ Nos arquivos da UFF, é possível encontrar diversos documentos produzidos na década de 1980.

Apesar da intervenção violenta, sistemática e duradoura, as forças de esquerda se faziam presentes e organizadas, embora enfraquecida, no jogo da transição. No que tange às ideias, essas retomavam forças e ganhavam adeptos.

Capítulo 3 - O Movimento de Luta pela Anistia no Contexto de Transição para a Democracia no Brasil - 1975-1979

¹⁹⁴ Idem p.329

¹⁹⁵ Idem p.331

¹⁹⁶ Idem p.335

O processo histórico da transição democrática, no Brasil, pós-1964, tem sido objeto de análise e inúmeros debates na esfera pública e na sociedade civil. Um ponto controvertido até hoje foi a promulgação da Anistia em agosto de 1979, considerado um marco histórico da transição. Essa foi uma das razões que nos despertou interesse pelo tema. Esse marco histórico apresenta uma ambiguidade: por um lado temos os movimentos de luta pela anistia formando uma frente pela democratização do país; por outro, o núcleo de comando do governo, com um projeto específico, colocando no tabuleiro da transição, a sua estratégia.

Em 2008, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), ajuizou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental questionando a Lei de Anistia (6.683/79) no que diz respeito à perseguição criminal de perpetradores de graves violações de direitos humanos, agentes de repressão do regime, bem como sua cadeia de comando, a partir da interpretação conforme a constituição no ponto sobre crimes conexos.¹⁹⁷ Durante o julgamento, que teve como resultado a improcedência do pedido, levantou-se as condições históricas sob as quais se concebeu a anistia no Brasil em 1979¹⁹⁸.

Desta forma, ampliou-se na esfera pública, o debate sobre as condições em que se deram a luta e as medidas estatais que culminaram na volta de diversas pessoas a vida pública, o retorno de exilados políticos, e a liberdade de alguns presos.¹⁹⁹ A medida que anistiou parcialmente presos, exilados e perseguidos políticos, precedeu a volta do pluripartidarismo, a campanha por eleições diretas para presidente, em 1984 e o Congresso Constituinte a partir da Emenda Constitucional (EC) 26/85.

¹⁹⁷ Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. LEI 6.683 de 28 DE AGOSTO DE 1979.

¹⁹⁸ Sobre o tema ver LUZ, V. C. ; SANTANA, L. C. P. . A Lei de Anistia (6.683/79) no contexto da transição Democrática e sua Interpretação Histórica pelo Supremo Tribunal Federal (ADPF 153).. In: Iranice Gonçalves Muniz; Edjane Esmerina Dias da Silva. (Org.). Memória, verdade e justiça de transição. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. , p. 69-89.

¹⁹⁹ Não foram incluídos no alcance da anistia, os condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal (Artigo 1º § 2º da Lei 6.683/79.)

Na sociedade, desenvolveram-se várias formas de luta democrática, com especial destaque para os movimentos de luta pela anistia, que denunciavam as violações cometidas, exigiam os direitos das vítimas, como um primeiro passo, para as demandas que se seguiram por revelação da verdade, punição dos agentes do regime, reparações dentre outras. Além disso, trazia no seu bojo uma frente pelo reestabelecimento da democracia no país, lutando pelas liberdades democráticas, e por um novo Estado constitucional.

Nessa linha, o recorte temporal da pesquisa, coincide com a formação do Movimento Feminino pela Anistia (MPFA) em 1975, e posteriormente, a formação de diversos Comitês Brasileiros de Anistia (CBA) espalhados pelo país, congregando familiares e amigos de vítimas, trabalhadores, estudantes, intelectuais, exilados políticos e organizações não-governamentais.²⁰⁰

No âmbito institucional, destaca-se a decisão do STF na ADPF 153, pela manutenção na aplicação da Lei de Anistia, e em sentido contrário, a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 24 de novembro de 2010²⁰¹, pela persecução criminal dos agentes do regime e esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram as violações, para fins de construção da memória e da história, como medidas de justiça.²⁰²

No sentido de revelação da verdade e fortalecimento da memória, dimensão cuja complementaridade é indispensável às outras, foi formada a Comissão Nacional da Verdade para apuração de graves violações de direitos humanos no período compreendido entre 1946 e 1988.²⁰³ É nesse contexto, de constante e intensa mobilização de setores da sociedade civil e da esfera pública, portanto, que se inicia o processo de pesquisa e de reflexão sobre a história da recente democracia brasileira, relacionando aspectos normativos e institucionais com questões sociológicas e políticas, com destaque para o período de 1975 e 1979.

Por isso, elegeu-se o momento da reorganização dos movimentos populares, que se congregam na frente pela anistia ampla, geral e irrestrita em 1975, até a promulgação da lei em agosto de 1979, como marco histórico da abertura que iniciou a transição para a democracia e o Estado constitucional de 1988. Ao longo do trabalho, busca-se a compreensão

²⁰⁰ GRECO, Heloísa Amelia. Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia. 2003. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

²⁰¹ Caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf

²⁰² Sobre o tema, caberia o aprofundamento sobre a categoria justiça de transição, que por ora não será feito.

²⁰³ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

histórico-sociológica dos fatos, com ênfase na cidadania e nos movimentos sociais, e por outro lado, as medidas institucionais, sempre de forma crítica quanto ao conteúdo subjacente, que remete às forças que compõe o governo ditatorial e a conjuntura diante dos diferentes interesses de classes e frações de classes e fases da modernização capitalista.

Os períodos considerados de transição para democracias liberais compreendem um elemento recente denominado justiça de transição.²⁰⁴ Essa nova forma de justiça, estruturada gradativamente a partir do humanitarismo oriundo do pós-fascismo europeu, não envolve somente procedimentos judiciais, mas também outras dimensões, como: reforma das instituições perpetradoras de violações aos direitos humanos; revelação da verdade e fortalecimento da memória; reparação às vítimas; e reestabelecimento do Estado de Direito e processamento dos crimes passados.²⁰⁵ Para Kai Ambos, o êxito da justiça de transição pode ser mensurado para qualidade nas reformas institucionais e de que forma contribuem para a construção e consolidação da democracia e do judiciário nacional.²⁰⁶

O estudo sobre a chamada Justiça de Transição²⁰⁷ não prescinde de uma contextualização, e de um resgate histórico em que se possa buscar a compreensão sobre a transição de que para o que, e a conjuntura de forças políticas que compõem esse movimento de transição. Nesse sentido, apesar de importante acúmulo do debate no Direito Internacional, o que se busca na presente pesquisa são as peculiaridades do caso concreto, para atribuir o sentido adequado ao movimento de luta pela anistia, seja como primeiro passo para as medidas de justiça de transição²⁰⁸, seja em sentido diverso, mas não oposto, de sua dimensão instituinte, na mobilização social pelo fim do regime²⁰⁹.

²⁰⁴ GOMEZ, Jose Maria - Justiça transicional, humanitarismo compassivo e ordem global liberal pós-guerra fria. In: Bethânia Assys; Carolina de Campos Melo; João Ricardo Dornelles; José María Gómez. (Org.). Direitos Humanos: Justiça, Verdade e Memória. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2012, v. 1, p.

²⁰⁵ ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. O sistema brasileiro de reparação aos anistiados políticos: contextualização histórica, conformação normativa e aplicação crítica. REVISTA OAB/RJ – Volume 25, Número 2 – Julho a Dezembro de 2009 - Rio de Janeiro p. 168

²⁰⁶ AMBOS, Kai. EL MARCO JURÍDICO DE LA JUSTICIA DE TRANSICIÓN in Justicia de transición: informes de América Latina, Alemania, Italia y España. AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel e ELSNER, Gisela (Orgs). Justicia de transición: informes de América Latina, Alemania, Italia y España. Montevideo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2009. p.27

²⁰⁷ TEITEL, R. (2011) Genealogia da Justiça Transicional. Em: REÁTEGUI, Félix. Justiça de transição: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, p. 135-171.

²⁰⁸ MEZZAROBBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro./ Glenda Mezzaroba. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo 2003.

²⁰⁹ GRECO, Heloísa Amelia. Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia. 2003. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

3.1 - Movimento de luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita.

O período selecionado para a pesquisa apresentou a organização de movimentos sociais de resistência ao regime, a crise do milagre econômico alcançado nos anos anteriores, o planejamento da transição de forma controlada pelos militares e as necessidades globais de reestruturação do mercado. Não se pretende aqui, responder se a crise do regime se deu pela pressão dos movimentos sociais, pela crise econômica ou pela ação do Estado que já terminara seu ciclo autoritário de reorganização social. O que se busca, é perceber todos esses fatores e de que forma foram importantes para o direito e o Estado constitucional pós-64.

Por isso, o ano de 1975 no qual já se achavam superadas as questões da sucessão presidencial entre *costistas* e *castelistas*, e os manifestos pela anistia política, tolerados pela ditadura no plano individual, ensejam a formação do Movimento Feminino pela Anistia por Therezinha Zerbini.²¹⁰

A anistia é uma reivindicação antiga, que começa com o próprio Estado de exceção, a partir das primeiras cassações em 1964 após a promulgação do AI-1. O escritor católico Alceu de Amoroso Lima²¹¹, ainda em 1964, apelou por anistia ao presidente Castelo Branco durante pronunciamento em uma emissora de rádio na cidade do Rio de Janeiro. No mesmo ano o general Pery Constant Bevilaqua, ministro do STM também defendeu a medida. Em 1967 foi formada a “Frente Ampla”, liderada por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, que clamava por uma anistia geral para que se apaziguasse o clima de guerra civil eminente no país.²¹²

O ato institucional inaugural da ditadura, em 60 dias de vigência, fundamentou a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos de 441 pessoas. Dentre os atingidos estavam três ex-presidentes, seis governadores estaduais, 55 parlamentares federais, além de muitos oficiais das Forças Armadas, diplomatas, funcionários públicos e lideranças do

²¹⁰ LEMOS, Renato . Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. Marx e o marxismo, v. 2, 2014. p.138

²¹¹ Amoroso Lima, que usava o pseudônimo Tristão de Athayde, realizou outros balanços e escritos sobre a questão da anistia e o retorno das liberdades políticas em 1964 e 1965.

²¹² MEZZARROBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro./ Glenda Mezzaroba. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo 2003. p.13

trabalhismo, numa ação de extirpar forças divergentes da política a ser imposta pelo movimento civil militar que tomara o poder.²¹³

O debate sobre a anistia no Congresso perdurou. O tema perpassou a votação do Estatuto da Terra, ainda em 1964, aventando a possibilidade de concessão da anistia a Jango e Brizola. O governo rechaçava tal possibilidade, assim como qualquer competência ao Poder legislativo para fazê-lo. Em sentido diverso, muitos pediam pela revisão dos processos (atos) de cassação, uma vez que a anistia pressupunha a configuração de um delito. Delito esse não cometido pelas autoridades cassadas.²¹⁴

A esperança de abertura, considerando os elementos históricos debatidos até aqui, sobre as vítimas da repressão estatal, as condições econômicas, a pressão internacional e de setores médios moderados, compôs o cenário de reorganização dos movimentos operários e estudantil, e a organização coletiva de um movimento de luta pela anistia. Aliás, se levado em conta o aspecto formal, seriam dois: o Movimento Feminino pela Anistia- MFPA e o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia- CBA em 1978 em São Paulo.

Um ponto crucial no debate, até hoje em aberto, foi a solução encontrada para anistiar previamente a qualquer tipo de julgamento ou esclarecimentos, os agentes estatais ou coligados, que cometeram graves violações de direitos humanos em suas práticas. A utilização do termo crimes conexos que acabou cunhada no ato legislativo de anistia, serviu como forma de acobertar os perpetradores.

A luta pela anistia recebe duas abordagens interessantes em pesquisas no âmbito da pós-graduação, em História e em Ciência Política. Heloísa Greco, em sua tese²¹⁵, destaca a dimensão instituinte do movimento pela anistia, que desempenhou um papel de cidadania ativa, em contraposição ao modelo de cidadania passiva e transformações pelo Estado, como pregou e impôs o estado constitucional pós-64. Nesse sentido a luta por anistia, bem como a volta das liberdades democráticas, estria em um processo contínuo que mobilizaria forças populares por eleições diretas em 1984 e pela constituinte, que só saiu via emenda constitucional (EC 26/85) em 1987.

²¹³ RIBEIRO, Denise Felipe. A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia / Denise Felipe Ribeiro. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense – 2012. p.16

²¹⁴ Idem p.21

²¹⁵ GRECO, Heloísa Amelia. Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia. 2003. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

O segundo trabalho também utiliza a ideia de um processo político de longa duração, que vai da reivindicação por anistia, à forma de reparação e atenção às vítimas e outras medidas próximas dos mecanismos de justiça de transição, como a busca pelos desaparecidos por amigos e familiares, mesmo que seja pela localização de corpos ou esclarecimentos de circunstâncias, que ensejou a Lei dos Desaparecidos (9.140/1995) sancionada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, dezesseis anos após a anistia, que previu reparações e a criação de uma comissão. Outra medida tomada nesta mesma esteira, foi a Lei nº 10.559/2002²¹⁶ sobre a condição de anistiado político e a formação da Comissão de Anistia em 2001.²¹⁷ As duas pesquisas datam do ano de 2003. Desde então até janeiro de 2015, a Comissão de Anistia recebeu 74.750 requerimentos, dentre os quais foram apreciados mais de 60 mil e, submetidos à decisão final do Ministro da Justiça.²¹⁸ Ainda, como medida destacada no âmbito governamental foi a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), bem como das comissões estaduais e municipais.

Por isso, para fins da análise de documentos a ser empreendida na esfera da universidade, elege-se o ano de 1975 por ser o ano em que foi firmado o abaixo-assinado e criado o Movimento Feminino pela Anistia, sob a liderança de Therezinha Zerbini.

No ano de 1978, foi constituído o Comitê Brasileiro pela Anistia, com organização nos estados da federação e em outros países, formado por exilados políticos. Os movimentos, em suas reuniões e debates formulavam um conjunto de reivindicações, com a palavra de ordem na frente, pela “Anistia ampla, geral e irrestrita”.

3.2 - Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA)

Durante os anos de ditadura, vítimas de violência e perseguições, exilados e familiares, clamaram contra o Estado com suas violações sistemáticas e institucionais aos

²¹⁶ BRASIL, República Federativa. Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm Acessado em 20 de julho de 2015

²¹⁷ MEZZARROBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro./ Glenda Mezzaroba. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo 2003

²¹⁸ Sítio eletrônico da Comissão de Anistia/ Ministério da Justiça Disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/comissao> Acessado em 20 de julho de 2015.

direitos humanos, pedindo no bojo da anistia, liberdade de prisioneiros, retorno de exilados, retorno aos cargos e a vida política de cassados, assim como a possibilidade de livre manifestação e organização. Em 1975 essas reivindicações se condensam no Movimento Feminino pela Anistia, em São Paulo. A organização objetivava conscientizar organizações da sociedade civil sobre a relevância da pauta da anistia para a democratização do país, e em sentido imediato, amenizar o sofrimento das vítimas diretas.

A reivindicação de anistia, já havia sido aprovada em congresso clandestino do PCB em 1967, e em 1974, o MDB como partido legalmente constituído tinha a anistia geral em seu programa. Therezinha Zerbini, mulher de um general legalista cassado, que lançou o MFPA, coletou mais de vinte mil assinaturas, conseguiu entregar carta à primeira-dama dos Estados Unidos em visita ao país, saudando o governo Carter pela anistia aos resistentes de guerra.²¹⁹

A prisão ainda constituía grande risco a integridade pessoal, vide os casos das mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, e em outubro de 1975, quando um grupo de presos em São Paulo enviou uma carta à presidência da OAB pedindo providência quanto às violações sistemáticas de seus direitos.²²⁰

Em 1977 começam a se articular os Comitês Brasileiros de Anistia, ganhando vida no ano seguinte. O CBA do Rio de Janeiro é o primeiro lançado oficialmente, em fevereiro de 1978, por advogados, parentes e amigos de presos e exilados.²²¹ O primeiro evento organizado foi a 1ª Reunião Conjunta dos Movimentos pela Anistia em Brasília, nos dias 5 e 6 de agosto de 1978. Logo em seguida é organizado o Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia entre 7 e 9 de setembro em Salvador.

A “Carta de Salvador”, documento tirado do encontro, ressaltava que a conquista da anistia dependeria da transformação da luta em movimento de massas, que se ampliasse em relação a regiões e grupos sociais. O documento dizia que sem ódio, mas também sem

²¹⁹ MEZZAROBBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro./ Glenda Mezzaroba. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo 2003 p.16

²²⁰ Idem

²²¹ Idem p.19

esquecimento, virariam a página da exceção. Neste encontro é definida a comissão organizadora e é feita a chamada para o primeiro Congresso Brasileiro pela Anistia.²²²

A articulação para o I Congresso Nacional pela Anistia se inicia na 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em julho de 1978 em São Paulo. Então, ocorre em São Paulo, em novembro de 1978 o congresso. O congresso aconteceu nas dependências da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e do Instituto Sedes Sapientiae, e contou com a presença de aproximadamente mil pessoas, e 21 entidades de anistia no Brasil. A imprensa foi proibida de cobrir o evento por determinação do Departamento de Censura da Polícia Federal.²²³

Os objetivos do movimento, declarados no congresso elementos fundamentais do eixo político, transformar em luta de massas o movimento pela anistia, popularizando a reivindicação, denunciando permanentemente as violações de direitos e a se inserindo na luta pelas liberdades democráticas. Ademais, manifestou repúdio a qualquer forma de anistia parcial ou outra que não seja ampla, geral e irrestrita.²²⁴

Heloisa Greco ressalta que o CBA foi o primeiro movimento legal, declaradamente contra a ditadura e sua estrutura ideológica constante na Doutrina da Segurança Nacional. A autora transcreve em sua obra trecho da resolução política tirada no congresso, segundo a qual condena o exagero das penas de morte, de prisão perpétua, as cassações sem tempo determinado e o silenciamento da imprensa. A sacada do movimento foi quanto à necessidade do regime de retomar bases de apoio e adquirir nova roupagem para continuar. Desta forma, as reformas propostas pelo governo tinham como finalidade perpetuar a exceção e as arbitrariedades, ainda nos moldes da DSN. Por isso, além das reformas, clamavam pela supressão do aparato repressivo, fim dos centros de tortura de todos os tipos (oficiais ou clandestino, civis ou militares), e desde então já defendiam responsabilização dos agentes que investidos nas funções estatais praticaram torturas e assassinatos clamando, todavia, pelo fim da impunidade aos “órgãos paramilitares”.²²⁵

Apesar de uma dura batalha pela divulgação do movimento pelas universidades, fábricas, igrejas e associações de bairro, o governo e outros setores médios estavam alertas

²²² Idem p.61

²²³ GRECO, Heloísa Amelia. Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia. 2003. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p.63

²²⁴ Idem

²²⁵ Idem p.59/60

para a possibilidade de disputa de hegemonia por um movimento de base, com potencial para se transformar em uma frente de massas. Nessa época, apesar da classificação oficial como abertura, os aparelhos de controle e espionagem, como as Assessorias de Segurança e Informações estavam funcionando a pleno vapor, ainda preocupados com a “infiltração comunista” na política tolerada.

O Ministro da Justiça do governo Figueiredo, Petrônio Portella, figura política que associou sua imagem à liberalização, solicitou ao jurista Raymundo Faoro para que ampliasse a divulgação do tema da anistia. Seno atendido, a OAB redobrou seus esforços e buscou as reformas para facilitar a sua concessão.²²⁶ Por esse motivo, alega-se até hoje um suposto pacto da sociedade civil para a concessão de anistia prévia e incondicionada aos agentes do regime.

O movimento pela anistia enfrentava uma dupla dificuldade, apresentando, portanto, uma dupla face de lutas para enfrenta-la. A primeira em defesa dos atingidos pela repressão, sua reivindicação precípua, e a segunda, a defesa dos que militavam em prol da anistia naquele momento, grupo formado por setores médios e pelo movimento operário-popular. A denúncia e os pedidos de responsabilização judicial dos agentes sempre estiveram presentes.²²⁷

Em 28 de agosto de 1979 finalmente é promulgada pelo presidente Figueiredo, a Lei 6.683/1979²²⁸, conhecida como Lei de Anistia. Apesar de todo o acúmulo gerado a partir dos debates e articulações feitas pelos movimentos de anistia, que pediam pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelo esclarecimento dos fatos, pela responsabilização judicial, pelo o fim da repressão e o restabelecimento das liberdades democráticas, saiu nos moldes previstos pelos estrategistas do governo como veremos em tópico específico.

Desta forma, o dilema estaria em torno do que fazer a partir de então. A anistia concedida em si não satisfazia às demandas, e, além disso, a mobilização atingida e a possibilidade de organização de outros setores em uma frente declaradamente contra a ditadura alimentavam esperanças quanto ao surgimento de novos sujeitos históricos e formação de novos blocos que disputassem os rumos do Estado brasileiro na sua transição

²²⁶ MEZZARROBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro./ Glenda Mezzaroba. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo 2003 p. 20

²²⁷ GRECO, Heloísa Amelia. Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia. 2003. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p.98

²²⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683compilada.htm Acessado em 22 de julho de 2015

para um Estado constitucional democrático.²²⁹ A sociedade acabou engolindo “uma barganha política da oposição”, com o uso da expressão crimes conexos, para que fosse possível a anistia e a abertura do regime.

Articulação de um contra discurso que institui uma nova gramática na luta pelos direitos humanos e construção da contra memória enquanto direito ao passado cujo núcleo é o direito à verdade. Na disputa desigual pela hegemonia a partir desse formidável legado é que devem ser buscadas as raízes da cronificação da crise do movimento.²³⁰

Portanto, o argumento de legitimidade dos acordos políticos que desaguaram na Lei 6.683/79 é o que se busca compreender, e a partir de referências no caso concreto, entender os fatores que de fato sustentaram a anistia restrita e todas as ações de controle durante a transição. Essa disputa por hegemonia, na busca pelo direito a memória e à verdade, tem relevância justamente por permitir a compreensão do presente e das forças políticas e econômicas que atuam dentro do Estado.

3.3 - A Lei de Anistia

O dia 28 de agosto de 1979, dia da promulgação da Lei de Anistia e considerada histórica, valorizada como ação governamental em direção à democracia, de forma que permitisse o protagonismo de políticos liberais da oposição e amenizasse a potencialidade do movimento por anistia se converter em um movimento de massas. A reivindicação por uma anistia ampla, geral e irrestrita, teria sido suplantada por meio do Legislativo, por uma medida parcial e condicionada, com a cláusula de crimes conexos, cuja interpretação poderia significar anistia prévia aos agentes do Estado e colaboradores que fossem denunciados por violência contra as vítimas do regime.²³¹

A lei concedeu anistia a todos que desde 2 de setembro de 1961, tivessem presos ou exilados pro crimes políticos, com exceção dos que houvessem praticado “crimes de sangue”, prevendo também o restabelecimento de direitos políticos dos atingidos pelos atos

²²⁹ SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização. In: STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 27-81. p.53

²³⁰ GRECO, Heloísa Amelia. Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia. 2003. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p.356

²³¹ LEMOS, Renato . Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. Marx e o marxismo, v. 2, 2014. p.139

institucionais, ainda que o reingresso nos quadros estatais não fosse automático, nem tampouco qualquer forma de compensação²³².

Nas contas oficiais, o governo esperava que 195 condenados estivessem excluídos do projeto, para o Superior Tribunal Militar (STM) ficariam de fora da anistia 320 pessoas. Em 1979 haveria 55 presos políticos no país, grande parte dos perseguidos que não condenados, foram mortos ou se exilaram, e dentre os condenados uns haviam cumprido a pena e outros não seriam abarcados.²³³ A limitação do projeto era admitida oficialmente, como o Ministro da Justiça Petrônio Portella, alegou que a anistia não se daria nos termos requisitados pela oposição, pois o Estado não poderia reconhecer o terrorismo como instrumento político.²³⁴

Isso mostra como o caso brasileiro não se tratou do fim de um conflito armado, e que a anistia possibilitasse o armistício. A contar pelo fato de qualquer tentativa de organização armada já estava totalmente dizimada em 1979, e por outro lado se absolveu previamente os agentes estatais que tomavam medidas de exceção contra cidadãos sem que estivessem de fato em um contexto de guerra. O projeto vitorioso em agosto de 1979 foi de fato limitado e buscava assegurar um caráter conservador a transição, controlando a ampliação da esfera pública de participação política.

Dentre os parlamentares que se destacaram na luta pela anistia, está o senador alagoano Teotônio Vilela que ficou conhecido como o Senador da Anistia. Vilela foi o presidente da comissão mista no Congresso formada para discutir o projeto enviado pelo governo, realizou visitas a presos políticos em presídios e contribuiu com a repercussão do tema e a ampliação do debate na sociedade. Era um usineiro alagoano, apoiou o golpe, e teria sido convocado pelo MDB (partido que tinha se filiado recentemente) para apoiar a acusa. Segundo o próprio a anistia não era um tema exclusivamente estatal, mas deveria ter seus parâmetros, limitações e alcance definidos pela sociedade criticando a discriminação feita no projeto oficial.²³⁵

²³² BRASIL, República Federativa. Lei 6.683 de 28 de setembro de 1979. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683compilada.htm Acessado em 22 de julho de 2015

²³³ MEZZARROBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro./ Glenda Mezzaroba. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo 2003 p.28

²³⁴ Idem

²³⁵ Idem p.32

A atuação dos parlamentares do MDB nas visitas aos presídios enalteciam princípios jurídicos e questões de igualdade e se solidarizavam com os presos “operários-políticos, estudantes e intelectuais como perigoso delinquentes contra a organização geral da sociedade (João Gilberto - MDB/SP)”²³⁶. Havia indícios que por um lado se abriria a esfera política para frações de classes médias, sem indicar que essa liberalização promovesse por si só, uma democratização nas bases materiais da desigualdade social, como acesso à terra e aumento de salários.

Conforme visto em diferentes momentos da ditadura, o governo utilizava o Congresso Nacional como instância legitimadora de seus atos e da mesma forma não o-fazia facilmente. Um tema tão central para a política do Estado gerou debates e uma grande quantidade de contribuições. No entanto, o projeto desejado pelo governo foi imposto, com todas as circunstâncias de tensionamento político do dia 28 de agosto de 1979, como o cerco militar das casas do Poder Legislativo no dia da aprovação da lei.

A anistia de agosto saiu após uma batalha travada, por forças que buscavam as condições das pessoas a serem anistiadas em vistas do futuro da política no país, por outro lado a grande força da máquina governamental, também com vistas ao futuro da vida política, buscado a construção de um esquecimento e impedindo a anistia total aos seus opositores. A ARENA, partido do governo, contava com a maioria dos parlamentares e ainda havia a existência de “senadores biônicos”, um terço da casa foi eleito indiretamente por conta das mudanças introduzidas com o “Pacote de abril”. O projeto votado no dia 22 de agosto e sancionado no dia 28 de agosto pelo Presidente da República, com o veto a uma parte do *caput* do artigo primeiro, retirando o termo *outros diplomas legais*²³⁷. Essa ação de Figueiredo restringiu ainda mais o âmbito de incidência da anistia, que se dirigia a pessoas punidas com fundamento nos atos institucionais e complementares²³⁸ e *outros diplomas legais*.

As punições impostas por meio dos atos institucionais, complementares e afins, da mesma forma que a anistia, do ponto de vista jurídico, apresentou aspectos criminais e

²³⁶ Idem p.33

²³⁷ FIGUEIREDO, João Batista. Mensagem de veto nº267/79. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/antecedentes/98/vet267-L6683-79.pdf Acessado em 23 de julho de 2015

²³⁸ BRASIL, República Federativa. Lei 6.683 de 28 de setembro de 1979. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683compilada.htm Acessado em 22 de julho de 2015

administrativos. Isso tornou mais difícil a reparação de vítimas que além que perseguições penais, tiveram atingidas suas vidas profissionais nos quadros do Estado.²³⁹

Por isso, a importância até hoje, quase três décadas após a saída dos militares da presidência, de medidas de justiça de transição como a Comissão de Anistia e a Comissão Nacional da Verdade, visto que o projeto vitorioso foi o do esquecimento, sem que a reconciliação se fizesse de fato na sociedade, mantendo abertas questões relacionadas a indivíduos atingidos, e instituições estatais que ainda não funcionam nos moldes democráticos constitucionais, mesmo pelo ponto de vista liberal. Essa frente de luta contra a ditadura segue até o presente nos movimentos por Memória, Verdade e Justiça, que hoje reúne vítimas e familiares, bem como membros do governo e parlamentares, entidades como a OAB e diversos pesquisadores e intelectuais.

3.4 - A Luta pela Anistia como luta pela democratização

As lutas travadas no decorrer do regime clamando por anistia estiveram associadas com o retorno da democracia, com o Estado de Direito, com o reconhecimento e a proteção dos direitos humanos.²⁴⁰ O II Congresso Nacional pela Anistia, ocorreu em Salvador em novembro de 1979, posteriormente à promulgação da Lei de Anistia.

A Comissão Executiva Nacional propõe uma pauta para debate da seguinte forma: I - A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e as lutas democráticas (legislação e aparato repressivo; trabalhadores da cidade e do campo; liberdade de organização partidária); II - Defesa dos atingidos pela repressão política (Mortos e desaparecidos; excluídos da anistia parcial; reintegração social e política); III - Formas de luta dos movimentos pela anistia. Essa proposta foi duramente criticada pelo CBA Niterói, segundo qual o movimento não possuía pretensões de formar um partido político, portanto não deveria intervir em questões de

²³⁹ GRECO, Heloísa Amelia. Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia. 2003. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p. 306

²⁴⁰ MEZZARROBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro./ Glenda Mezzaroba. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo 2003 p.18

transformação social e econômica, devendo pro outro lado, concentrar as forças pela anistia ampla, geral e irrestrita que ainda não haviam alcançado.²⁴¹

A capilarização do movimento na sociedade, por todo o território nacional, fez com que surgissem constantemente ideias novas. Antes da votação já havia o debate sobre as próximas ações. O CBA-BA “defendia o apoio à interpelação judicial e as ações dos familiares em relação aos mortos e desaparecidos, a ênfase na apresentação dos casos que quem não se beneficiaria da lei e a manutenção da luta contra a Lei de Segurança Nacional e o restante da legislação repressiva”.²⁴² Em ocasião do II Congresso, o MFPA já se preocupava com a luta pela instalação de uma Assembleia Constituinte²⁴³.

A liberdade partidária ainda em 1979 veio como uma estratégia do governo para fragmentar a oposição e forçar a formação de novos blocos políticos no âmbito institucional. As eleições diretas para a presidência, apesar de todo o apelo público da campanha das “Diretas Já” em 1984, não foram aprovadas por meio de emenda constitucional, tendo que aguardar até a promulgação da Constituição Federal de 1988. A assembleia constituinte, apesar de sua suposta natureza de poder constituinte, veio por meio da Emenda Constitucional 26/85 convocada pelo próprio regime.

Em relação às vítimas diretas e indiretas da ação do Estado nesse período, mesmo com a formalização do Estado constitucional democrático, permanecem em aberto algumas questões como a interpretação da Lei de Anistia, os desdobramentos de uma Comissão Nacional da Verdade, e sobretudo a hegemonia política e social de grupos de conduziram a intervenção autoritária e a liberalização como duas faces da mesma forma de dominação.

As medidas de justiça de transição, seja com característica de justiça restaurativa ou retributiva, devem levar em consideração no caso brasileiro, que a anistia foi incondicionada e absoluta, não foi um armistício, nem um acordo entre grupos políticos opostos, imprescindível para a construção democrática. Pelo contrário, se tratou de acomodações entre os militares e setores liberais, que permaneceram como elite políticas no país. Ainda assim, é possível colocar como uma frente contra hegemônica o movimento pela

²⁴¹ GRECO, Heloísa Amelia. Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia. 2003. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p. 353

²⁴² MEZZAROBBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro./ Glenda Mezzaroba. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo 2003 p.45

²⁴³ Idem

anistia, e os movimentos sociais por memória e justiça, como a Comissão de Familiares e Amigos de Desaparecidos Políticos e o Grupo Tortura Nunca Mais.

Desta forma, analisados o contexto sócio-político da época estudada, os desdobramentos na esfera universitária e os movimentos políticos de estudantes, e por fim, breves características dos movimentos de luta pela anistia e suas formas de organização, buscamos identificar como essas questões aparecem nos documentos sobre o Movimento Estudantil recolhidos nos arquivos da Assessoria de segurança e Informações da UFF no período compreendido entre 1974 e 1979.

Capítulo 4 - O Movimento Estudantil da UFF na transição, a partir dos arquivos da Assessoria de Segurança e Informações (ASI).

A primeira parte da pesquisa desenvolveu-se com base em fontes bibliográficas, que abordavam a Teoria Política e a História da transição no Brasil. O propósito dos primeiros capítulos foi de colocar o ponto de vista a partir do qual se analisam os arquivos, as fontes diretas. A segunda parte da pesquisa incide diretamente nos arquivos da Assessoria de Segurança e Informações da UFF / Gabinete da Reitoria, que atualmente encontram-se na Seção de Arquivo Permanente da universidade.

O acesso aos arquivos da ASI/UFF tornou-se possível, primeiramente, a partir da criação da Comissão Municipal da Verdade de Niterói²⁴⁴, e também pela reivindicação do Movimento Estudantil. Por um lado, cabe ressaltar que o presente trabalho não é resultado do trabalho da Comissão, nem tampouco seu autor foi membro da Comissão. No entanto, ainda que seja um trabalho individual no âmbito do curso de Mestrado, tem como finalidade contribuir com os pesquisadores e com a análise de documentos. Dentre os objetivos das “comissões da verdade” estão a localização de mortos e desaparecidos, o esclarecimento de crimes, a estrutura e organização da repressão (formal e clandestina) e recomendações de reformas institucionais. Neste caso, em se tratando de uma pesquisa acadêmica em Direito Constitucional, buscou-se a exploração das informações sistematizadas pelas comissões, com problematizações de acordo com as especificidades da disciplina.

Inicialmente, se faz necessária uma explanação sobre as fontes, sobre o método, e sobre as classificações dos documentos, antes de adentrarmos propriamente no conteúdo dos documentos.

A segunda parte do capítulo toma como referência o conteúdo dos documentos, por meio de uma abordagem com duplo viés. O principal é identificar no material pesquisado, informações sobre a luta pela anistia, no que diz respeito com o Movimento Estudantil. A face complementar desta abordagem permite enxergar o debate político na UFF de forma mais ampla.

Assim, os documentos selecionados conforme o recorte temporal e temático são relatados conforme o ano, as escolas ou faculdades de onde provieram ou fazem referência, e a referência direta a grupos e organizações políticas ligados ao Movimento Estudantil. Por fim, apresenta-se um relatório em torno de conclusões a partir do que pode ser visto no acervo pesquisado.

4.1 - Excurso metodológico

²⁴⁴ “A Comissão Municipal da Verdade foi instituída pela lei 29/2013. Vai funcionar por dois anos e será composta por sete membros - dois vereadores, um advogado indicado pela OAB –Niterói, um advogado indicado pela OAB-RJ, dois representantes da Universidade Federal Fluminense e um cidadão indicado pela sociedade civil.” Sítio eletrônico da Prefeitura de Niterói. http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1569&Itemid=1 Acessado em 30 de janeiro de 2016

A metodologia foi escolhida conforme os pressupostos teóricos previamente apresentados, e as características do arquivo estudado. A princípio, por amostragem, realizou-se uma análise geral do material, para então decidir quais os documentos selecionáveis, e a classificação por ano, por *campi*, e por grupo político, além obviamente, da incidência da luta pela anistia nos documentos.

O passo seguinte foi a análise do todo o acervo, documento por documento, em cada uma das pastas, desorganizadas em vinte e seis caixas conforme será explicado adiante. O material físico era digitalizado com uma câmera fotográfica, sem a utilização de flash, e ao todo foram feitas mais de sete mil fotografias.

Nas primeiras caixas, registrava-se um número maior de documentos, posteriormente com a repetição de muitos tipos de documentos, concentrou-se mais no que seria efetivamente importante para o trabalho. Esse registro mais amplo no início foi necessário para conhecer o acervo e os tipos de documentos encontrados. Assim, para definir os critérios de seleção dos documentos, e apresenta-los, é imprescindível analisar e mencionar o que foi “descartado” e por que.

Esse espaço serve para descrevermos melhor as fontes, a classificação dos documentos e a identificação do tema principal, a luta pela Anistia, no âmbito da UFF no período entre 1975 e 1979. Não tudo o que ocorreu, nos diversos campi da universidade e com membros da comunidade acadêmica, mas o que foi registrado e arquivado pela ASI, os olhos e ouvidos da repressão.

4.1.1- Fontes

As Assessorias de Segurança e Informações (ASI's) foram criadas a partir de janeiro de 1971 no âmbito do plano Nacional de Informações do Ministério de Educação e Cultura (MEC)²⁴⁵, inicialmente como Assessoria Especial de Segurança e Informações

²⁴⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá . As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. v. 1.195

(AESI) posteriormente nomeada ASI. Era um órgão que funcionava dentro do Gabinete da Reitoria.

A ASI da UFF se dirigia à Assessoria Regional de Segurança e Informações da Guanabara (ARSI/GB), que por sua vez, se dirigia à Divisão de Segurança e Informações (DSI/MEC), parte do Serviço Nacional de Informações. Havia uma estrutura de serviços de inteligência desde o Estado Novo, mas em meados de 1964 foi criado o SNI, inicialmente somente com o propósito de investigações, não como repressão ou segurança. A reestruturação do aparato governamental criou a DSI nos ministérios civis²⁴⁶.

No arquivo pesquisado os primeiros documentos datam de 1964, como o processo de uma Comissão de Inquérito (Caixa 14 Pasta 06), e os últimos datam de 1989 (Caixa 20 Pasta 04 - “Jornais e publicações do DCE 1983-1989”), portanto, havia um órgão de vigilância antes da criação oficial da AESI, e permanecia mesmo depois da extinção oficial das ASI’s, e mais grave, já em período de vigência da Constituição Federal de 1988²⁴⁷.

O arquivo, segundo informações dos funcionários da Seção de Arquivo Permanente da UFF, estava organizado por dossiês de pessoas e entidades, e continham, por exemplo, um Pedido de Busca, a Resposta, a Ficha Individual (Anexo - Figura 2). Em 2001 os documentos foram desorganizados em pastas dentro das caixas, sem ordem cronológica ou mesmo por assunto, mas somente por tipo de documento, por exemplo, Pedidos de Buscas, Informações, panfletos e jornais apreendidos etc. Isto pode ser comprovado pelos documentos do Núcleo de Documentação da UFF de 04 de julho de 2001²⁴⁸.

Desta forma, foram analisadas todas as pastas e caixas, registrando os documentos selecionados conforme o tema e o recorte temporal.

4.1.2 - Método e Variáveis

²⁴⁶ MOTTA, R. P. S. . Os olhos do Regime Militar nos campi. As Assessorias de Segurança e Informações das Universidades. Topoi (Rio de Janeiro), v. 9, 2008. p.34

²⁴⁷ Na Caixa 02, Pasta 16, consta um exemplar do Regimento Interno da AESI do ano de 1971. Outro documento relevante sobre a história da ASI/UFF é a saída do professor Almeno de Souza Ferreira (Assessor) em abril de 1979, conforme o documento 04 (Caixa 15, Pasta 07).

²⁴⁸ Por exemplo: Pasta 12 (11) - Of. exp. - Saúde Escolar e estudo sobre a “Cannabis Sativa”- 1976

A classificação dos documentos verificados no arquivo se deu da seguinte forma. Inicialmente quanto à fonte, ou seja, quem produziu o documento. Poderia considerar que todo o arquivo foi produzido pela própria Assessoria, visto que correspondiam à recolhimento de materiais.

No entanto, devido a “reorganização dos documentos” mencionada anteriormente, os panfletos, manifestos e jornais produzidos pelas organizações estudantis, encontravam-se em pastas próprias, separadas dos respectivos Pedidos de Busca, Informações, Inquéritos ou Processos Administrativos. Na presente pesquisa, não foi possível remontar a reorganização anterior do acervo.

Nesse sentido, classificamos como fontes: (a) o Movimento Estudantil; (b) a ASI/UFF, ARSI/GB e o DSI/MEC; (c) Reitoria e Unidades da UFF; d) Outros. O interesse precípua da investigação são os documentos classificados no item (a), que correspondem predominantemente a manifestos, panfletos e jornais, produzidos por Diretórios Acadêmicos, pelo Diretório Central dos Estudantes, por chapas de estudantes para eleições de entidades, de grupos e “partidos”²⁴⁹ políticos.

Os demais documentos ajudam a entender o contexto da universidade, a relação com o poder central, representado pela estrutura do SNI, e a análise das forças políticas presentes. Há documentos que apresentam mapas dos resultados eleitorais de DA’s e do DCE, identificando as forças políticas que compõem as chapas vencedoras.²⁵⁰

O segundo fator de classificação dos documentos foi quanto à sua origem dentro da universidade, conforme o campus ou o Curso. Dentro desta classificação também podemos inserir a referência ao Diretório Acadêmico do curso, ao DCE e a Reitoria.

O terceiro é o fator cronológico. Conforme a análise bibliográfica da primeira parte, que menciona acontecimentos ligados, sobretudo ao governo, os documentos são classificados pelo ano de produção, justamente com a finalidade de estabelecer uma relação entre a conjuntura nacional e o que estava sendo discutido no interior na universidade.

Por fim, o último fator de classificação dos documentos, foi quanto ao conteúdo. Esta classificação se aplica aos documentos elaborados pelos estudantes, entidades e forças

²⁴⁹ Com exceção de fatos relacionados ao MDB, não existia outros partidos formalmente constituídos, como o PCB e a Convergência Socialista.

²⁵⁰ Por exemplo: Pasta 20 (02) - Informação 108/1978 Eleições da UFF

políticas, uma vez que se referem basicamente a protestos e demandas. É digno de nota, que esta não pretende ser uma classificação estanque, pois no segundo capítulo ressaltamos que os aspectos ligados ao projeto modernizante das universidades envolviam o funcionamento da universidade, a luta política dos estudantes, e a conjuntura política geral na Região Metropolitana do Rio (Grande Rio) e no país como todo.

No que se refere às questões internas: (a) específicas do funcionamento da universidade. Ex. Qualidade do ensino, estrutura, corpo docente, cobrança de anuidades e taxas, etc; (b) específicas das organizações políticas da universidade (estudantes, professores e funcionários). Ex. Liberdade de organização, expressão e manifestação.

Por outro lado, no que tange os aspectos da macro política: (a) ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA; (b) Liberdades democráticas; Eleições e partidos; Constituinte e; (c) Política econômica e desigualdade social. Imperialismo e influência norte-americana.

Desta forma passamos, finalmente, à análise do conteúdo do material de investigação. A princípio separado conforme o ano de produção, com apontamento de onde incidiu o tema da Anistia, e relato sobre outros pontos constantes nos debates que colaborem para o entendimento sobre o papel do Movimento Estudantil da UFF na transição para a democracia.

4.2 - O Movimento Estudantil da UFF aos olhos da vigilância

A assessoria da universidade reuniu vasto material do movimento estudantil, especialmente os jornais e boletins das entidades como os Diretórios Acadêmicos dos cursos e do Diretório Central. Além da política interna, a reorganização nacional dos estudantes aparece nos encontros nacionais e nas ações articuladas na esfera do Grande Rio.

Devido às condições do arquivo, separamos por ano, a incidência na pauta dos estudantes, a anistia aos perseguidos políticos, para posteriormente, buscar quais eram os grupos políticos e setores da universidade em que teria aparecido.

Conforme destacado anteriormente, não é possível apresentar um quadro do movimento estudantil como um todo, mas tão somente o que foi captado e registrado pela vigilância.

4.2.1- 1975

O ano de 1975, escolhido como marco inicial para o recorte temporal da pesquisa pelas razões já apresentadas, foi muito significativo para a organização política estudantil fluminense. No arquivo, é possível perceber neste ano alguns periódicos com a indicação de “ANO I”²⁵¹, ou seja, reiniciando as atividades de alguns setores da imprensa estudantil.

A formação do Movimento Feminino pela Anistia, o Ano Internacional da Mulher, e figuras como Therezinha Zerbini e Heloneida Studart foram pontos de observação da ASI. Nas mobilizações políticas do ME foram especialmente observadas as organizações da Semana da Cultura, Semana da Mulher e a mais polêmica, a Semana dos Direitos Humanos.

A luta pela anistia apareceu nos documentos referentes a esses três eventos, com preocupação de assessores em Pedidos de Busca e Informações, panfletos de divulgação, notas em jornais e cartazes. O último evento foi o que teve mais desdobramentos e maior repressão.

A Semana da Cultura realizada entre os dias 18 e 27 de maio de 1975, consistiu em debates sobre teatro, cinema e imprensa. Na programação²⁵² constavam nomes como Heloneida Studart, Gerardo Melo Mourão, Maurício Azedo (não compareceu), Roland Corbisier, Sebastião Nery (não compareceu), Tristão de Athayde (idem), Montenegro e Júlio Mesquita Neto (idem), e ao lado dos nomes, de forma manuscrita, a indicação dos presentes. Nesta ação, apesar de não fazerem referência direta à Anistia, figuras como Tristão de Athayde e Heloneida Studart na programação do evento justificam o registro.

O Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975 foi muito importante para o movimento pela anistia, e o fato de ser apoiado pela ONU fez com que os vigilantes na UFF preferissem permitir a realização da Semana da Mulher.

²⁵¹ Por exemplo: Pasta 14 (02) - 03) ALTERNATIVA Diretório Acadêmico Raimundo Soares Ano I, n 2 setembro/1975 ; Pasta 14 (03) - 10) De repente, olha nós de novo. Jornal dos alunos de engenharia da UFF Diretório Acadêmico Octávio Catanhede Ano I n3 Novembro 1975; Pasta 14 (03) - 19) Movimento DCE ano I n. 2 outubro/1975; Pasta 21 (09) - 07) Não agiu dançou. Ano II, n.8 novembro de 1976

²⁵² Pasta 23 (07) - 04) Semana da Cultura. 18 a 27 de maio.

Os dois primeiros documentos sobre a Semana da Mulher são um informe sem data nem assinatura sobre o evento e o tema, e o Processo Administrativo que solicitou autorização para a realização do evento, obrigatoriedade para qualquer atividade a ser desenvolvida nas universidades.

No informe, o sujeito passava ao Assessor Chefe, que entre 29 de setembro a 03 de outubro de 1975, foi realizado o Seminário sobre a participação da mulher no contexto “atual”, com a presença do médico cassado Mario Vitor de Assis Pacheco, de Heloneida Studart, e Terezinha Zerbini (Movimento Feminino em prol da Anistia), fornecendo detalhes sobre as falas dos convidados.²⁵³ (Anexo)

O Processo Administrativo 13736/75 de 22 de setembro de 1975²⁵⁴, conta com uma carta de apoio do funcionário da ONU no Brasil (anexo), e por outro lado, cópia de fragmentos de textos como “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia”, “Movimento 22/09/75 DIREITO”, “A denúncia da “Anistia Internacional””, e “Anistia e Reconciliação - Tristão de Athayde”. A realização do evento, no entanto, foi permitida.

Em 09 de outubro de 1975, a ARSI/RJ/DSI/MEC enviou o Pedido de Busca nº 2260²⁵⁵, solicitando a informação se a Semana de Debates sobre a Mulher foi autorizado e onde se realizou. Esse tipo de documento apresentava as informações conhecidas e as informações solicitadas.

O que tinham conhecimento era sobre o programado pelo DCE, e a data de realização. A abertura contou com a participação de um funcionário da ONU, que informava sua satisfação de ver a juventude voltada para assuntos de real interesse.

Em relação aos convidados, demonstrou-se preocupação com os mesmo citados acima. Primeiramente, Heloneida Studart que estaria participando de diversas conferências, como a Semana de Arte, Semana de debates sobre Direitos Humanos, todas patrocinadas pelo departamento da juventude do MDB de Niterói. Depois o médico Mario Vitor de Assis Pacheco e finalmente, Thereza Zerbini e uma referência expressa ao MFPA.

²⁵³ Pasta 01 (10) Diretório Central dos Estudantes Doc. 35) Tal documento teria servido de base para a elaboração da Informação 58/75, descrita adiante.

²⁵⁴ Pasta 01 (10) Processo Administrativo 13736/75 de 22 de setembro de 1975 DCE “Programa referente à Semana de debates de 29 de setembro a 3 de outubro de 1975.”

²⁵⁵ Pasta 09 (06) - Pedido de busca (receb. ARSI/RJ/DSI/MEC) - 01) PB 2260 09/10/1975 Semana de debates sobre a mulher.

A resposta por meio da Informação 58/75²⁵⁶ de 16 de outubro de 1975, com base no texto mencionado acima²⁵⁷, traz o seguinte conteúdo sobre a “Semana de debates sobre a mulher”: (a) autorizada tendo em vista a Coparticipação do Centro de Informações das Nações Unidas. (b) Conferência realizada no DCE. (c) Heloneida Studart “uma libertação da mulher no sentido Político e Social; que a mulher tem o dever de participar, atuando juntamente com o homem para uma democracia ampla e sem as atuais restrições impostas pelo atual regime”. (d) Conferencista médico, Dr. Mario Vitor de Assis Pacheco (consta ser cassado). (e) Conferencista Thereza Zerbini é organizadora de um movimento denominado MOVIMENTO FEMININO EM PROL DA ANISTIA (grifo original), cuja sede é em São Paulo. (f) Ressaltam no documento que o movimento conta com o inteiro apoio da CNBB.

...ela compara a atual situação política com os anos de 40. Diz que o povo brasileiro encontra-se dentro de uma caverna sem luz e com medo, mas que a luz não tardará a surgir para o nosso povo. Na época em que falava, dizia-se muito em distensão, ela possuía uma esperança, a de que o Presidente Geisel partisse para uma reabertura das instituições democráticas, castradas pelo atual regime, mas suas esperanças foram curtas que suas esperanças foram afogadas pelo monte de asneiras proferidas pelo Chefe da Nação, quando do seu pronunciamento ao povo brasileiro.²⁵⁸

Ao final do ano de 1975, a programação da Semana dos Direitos Humanos para novembro de 1975, teve como resposta a proibição e a repressão policial para impedir que o evento acontecesse. Tais atos provocaram indignação dos estudantes, manifestados em diversos cartazes e notas publicadas.

Há um interessante documento, que atribui a organização do evento aos estudantes da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG - Atualmente UNIRIO), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC), e trazia um texto base para as discussões com 13 páginas.²⁵⁹ Cumpre notar, que não aparecia o nome da UFF no documento, embora o local de realização fosse a sede de seu próprio DCE.

²⁵⁶ Pasta 10 (01) - 02) Informação 58/75 16/10/1975 PB 2.260/ARSI/RJ/DSI/MEC/1975

²⁵⁷ Ver Nota 232

²⁵⁸ Pasta 10 (01) - 02) Informação 58/75 16/10/1975

²⁵⁹ Pasta 01 (11) - Periódicos de Diretórios Acadêmicos 76-77 54) Semana de Direitos Humanos. Novembro/1975 UFRJ, FEFIEG, PUC. Local DCE UFF.



Imagem 1 - Capa do documento. Ver Nota 238

Trata-se de um documento com conteúdo riquíssimo, que apresenta como mote “Pela liberdade de expressão e de organização; pela anistia geral a todos os presos e exilados políticos”. O trabalho começa com um Editorial, no qual menciona a Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 27), seguido de um capítulo Histórico em que faz referência aos “...organismos reivindicatórios e políticos dos trabalhadores (CGT), estudantis (UNE), e de outros setores da população são postos na ilegalidade.” O texto apresenta uma crítica ao modelo econômico, relacionando-o aos direitos humanos.

PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ORGANIZAÇÃO PELA
ANISTIA GERAL A TODOS OS PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS.
(grifo original)²⁶⁰

Diversos periódicos²⁶¹ da universidade divulgaram a Semana e serviram de instrumento para mobilizar os alunos, como por exemplo, o Jornal ALTERNATIVA²⁶² do Diretório Acadêmico Raimundo Soares. O material trazia como pontos de debate: o currículo do curso; o ensino pago na universidade pública; a manutenção do decreto 477 e obviamente a

²⁶⁰ Idem

²⁶¹ A Pasta 14 (03) reúne diversos documentos divulgando a Semana dos Direitos Humanos, separados por curso aonde foi apreendido o material.

²⁶² Pasta 14 (02) - Jornais de Diretórios Acadêmicos / “Semana de Direitos Humanos” - 1975 03) ALTERNATIVA D.A.R.S Ano I, n 2 setembro de 1975

situação dos Direitos Humanos no país. Além disso, trazia a história do Sargento Raimundo Soares, legalista vítima do regime, e que dava nome ao diretório.²⁶³

Em outro documento²⁶⁴ consta como promotores do evento as “Entidades estudantis do Grande Rio”.

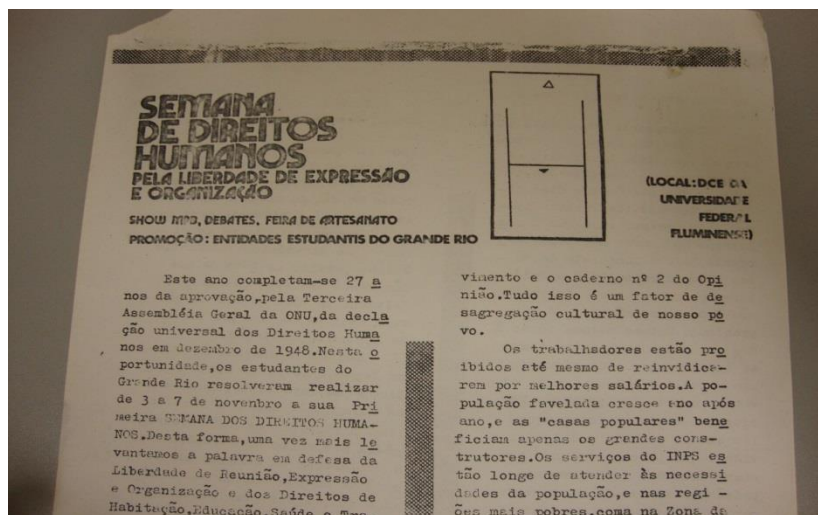


Imagem 2 - Material de divulgação da Semana dos Direitos Humanos. Ver Nota 243.

A proibição do evento teve repercussão dentre os alunos e órgãos de informações. A quantidade de notas emitidas e cartazes colados pelas paredes dos campi, era proporcional a quantidade de documentos produzidos pela assessoria e solicitados pela assessoria regional.

O comunicado oficial foi feito pro meio do Ofício do Gabinete do Reitor nº 694/75 de 03 de novembro de 1975²⁶⁵, endereçado ao presidente do DCE, segundo o qual, a reitoria houve por bem proibir a realização da Semana dos Direitos Humanos, que seria realizada na sede do DCE. Informaram ainda, que apesar do impedimento, os promotores do evento se dispunham a tentar seus propósitos. Por isso seria proibido o ingresso de pessoas estranhas à diretoria do DCE.

²⁶³ Um segundo exemplo: Pasta 14 (03) 09) GERAL Jornal dos alunos da ECO-UFF (1975)

GERAL 2 - Marcuse fala de universidade e política. Prisão de estudantes em Minas por causa do saco de água e projeto de lei de Lysaneas Maciel, que prevê a comunicação da prisão imediatamente ao juiz da comarca. direitos humanos - será realizada no DCE entre 3 e 7 de novembro a SDH, com a presença de Sobral Pinto, Dom Waldyr Calheiros, Terezinha Zerbini. Ensino pago (Rudolph Atcon).

²⁶⁴ Pasta 14 (03) 18) Semana de Direitos Humanos novembro/1975 UFRJ, FEFIEG, PUC, UFF.

²⁶⁵ Pasta 14 (03) - 08) Of. GR n694/75 03/11/75 Para a presidente do DCE.

A proibição foi comunicada oficialmente também às demais reitorias do Grande Rio²⁶⁶. Conforme o documento, a agitação teria iniciado no curso de História no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, descreve a divulgação em outras unidades e conclui:

12. Face as afirmativas da presidente do DCE da UFF, houve por bem o Magnífico reitor solicitar ao Departamento de Polícia federal, que elementos daquele órgão, fossem postos a sua disposição, no sentido de se fazer cumprir a determinação de negativa de realização da Semana de Direitos Humanos, impedindo a entrada de pessoas que não os componentes da diretoria, no prédio onde se acha instalado o DCE da UFF.²⁶⁷

A reação da comunidade acadêmica apareceu em periódicos²⁶⁸ e na divulgação de uma “Carta aberta sobre a Semana dos Direitos Humanos”²⁶⁹ O documento narra que o show de abertura teria vinte dos mais expressivos nomes da MPB. Porém, no dia marcado, o prédio do DCE foi cercado pela Polícia Militar. Os alunos se encaminharam todos para o ICHF, onde foram suspensas as aulas noturnas e fechadas as portas.

No entanto, a saga dos jovens continuava. O Batalhão de Choque invadiu a escola por volta das 19:30, e ao retornarem para a cidade do Rio de Janeiro, juntamente com outras pessoas que estavam em frente a sede do DCE, tomaram a barca que saía às 21:30. Ao final, quando chegaram na Estação da Praça XV, foram recebidos por outro choque da PM.

Estes fatos só ratificam as posições tiradas na reunião geral da sexta (31/10) que contava com 600 pessoas onde seriam analisadas as pressões que a SEMANA vinha sofrendo em contrapartida ao apoio que vem recebendo de várias entidades, jornalistas, advogados e representações estudantis de todo o país (Os 35 000 alunos e professores em greve na USP apoiam e divulgam a Semana, apoio referendado pelo DCE e DA's da universidade Federal da Bahia e de outros estados).

[...]

Estes fatos servem para mostrar a justeza da proposição de realização da SEMANA na luta de todos os brasileiros pela LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ORGANIZAÇÃO E PELA ANISTIA GERAL.²⁷⁰

A Semana dos Direitos Humanos, e a reação a sua proibição geraram uma série de cartazes feitos pelo movimento estudantil.²⁷¹

²⁶⁶ Pasta 14 (02) - 02) “Semana dos direitos humanos” Serviço público Federal, encaminhado a reitorias de outras instituições do Grande Rio.

²⁶⁷ Idem

²⁶⁸ Pasta 14 (03) 10) De repente, olha nós de novo. Jornal dos alunos de engenharia da UFF DAOC Ano I nº3 Novembro 1975.

²⁶⁹ Pasta 14 (02) - 05) Carta aberta sobre a Semana dos Direitos Humanos.

²⁷⁰ Idem

A repressão ao evento também aparece nas Informações e Pedidos de Busca sobre pessoas, como Gisálio Cerqueira Filho:

Pasta 07 (01) - 04) PB 781 14/03/1977 Gisálio Cerqueira Filho. Resposta: Inf. 29/77 25/03/1977

Efetivamente, desde 1975, principalmente para sermos mais preciso, na 2ª quinzena de outubro as atividades no ICHF, Faculdade de Economia, IACS, Faculdade de Direito, faculdade de Medicina, Curso de Arquitetura, desencadeou nesta Universidade um movimento intensivo de atividades de esquerda, visando principalmente o ressurgimento da UNE, através do Movimento Estudantil da área do Grande Rio, tendo como fachada a “Semana dos Direitos Humanos” que não foi autorizada e foram necessários esforços conjugados da área de Segurança para cumprimento do deliberado.

As conversas entre professores e alunos no ICHF tornaram-se intensivas. José Nilo Tavares, Nancy Alessio Magalhães e Gisálio com o grupo de alunos Luiz Carlos Azedo, Wendel Suassuna, Léa Ayres de Mattos, Silas Ayres de Mattos, Fernando Pires Peixoto.²⁷²

Por fim, para encerrar o tópico referente ao ano de 1975, destaca-se o manifesto sem assinatura de autor ou entidade, com o título “DEFENDER OS PRESOS POLÍTICOS E DENUNCIAR OS CRIMES DA DITADURA”. O documento reivindica que:

A ditadura tem que responder pela vida dos presos políticos. apoie o movimento de solidariedade aos presos políticos. Denuncie as prisões, torturas e assassinatos da ditadura. Os crimes não poderão ficar impunes. Pela completa anistia a todos os perseguidos políticos do país. Leia e passe adiante.”²⁷³

Desta maneira, destacamos os fatos ocorridos na UFF relativos à luta pela Anistia no ano, e já se pode perceber a presença de figuras como Therezinha Zerbini e Heloneida Studart, e a preocupação dos setores de vigilância nas ações do Movimento Feminino pela Anistia. A Semana da Mulher, que contava com a promoção da ONU devido ao Ano Internacional da Mulher, foi tolerada, porém vigiada com o registro das presenças e discursos. Por outro lado, a Semana dos Direitos Humanos, foi proibida e gerou uma série de

²⁷¹ Pasta 14 (02) - 02) Cartazes SDH 75 - “Eis a causa da invasão da UFF.” 4361 “UFF, UFRJ, UERJ, FEFIEG” 3.nov.75 DCE UFF 4368

13) Boletim do DAEV 10/1975 Cartaz apreendido na Fac. de Direito: “Pela extinção de atos, decretos e normas excepcionais; - pela Anistia geral aos presos políticos; pelo retorno integral da instituição do “habeas corpus”; pela liberdade de organização e expressão. Semana dos Direitos Humanos.

20) Cartaz SDH Conferência: Padre Egidio (CIMI), Padre Valdir Calheiros (Bispo de V. Redonda), Therezinha Zerbini (MFPA), Sobral Pinto (Adv), Raimundo (jornalista - movimento).

²⁷² Pasta 07 (01) - 04) PB 781 14/03/1977 Gisálio Cerqueira Filho. Resposta: Inf. 29/77 25/03/1977

²⁷³ Pasta 22 (07) - Ofícios receb. Convite, Relações de Cursos e de Alunos, Carta aberta contra a Ditadura - 1971-75 04) “DEFENDER OS PRESOS POLÍTICOS E DENUNCIAR OS CRIMES DA DITADURA”

documentos, reunidos principalmente na Caixa 14, inclusive separados por locais onde fora apreendido o material.

4.2.2 - 1976

Nos arquivos da ASI/UFF, os documentos produzidos em 1976, continuam apresentando as reivindicações por anistia aos presos, exilados e perseguidos políticos e pelas liberdades democráticas em geral. Além disso, apareceram questões ligadas às eleições municipais e o apoio ou não ao MDB. Uma preocupação tanto de estudantes, quanto dos assessores e informantes, foi a reorganização do movimento estudantil, do fortalecimento das entidades e o objetivo final de reconstrução da UNE, que se buscava por meio da realização de encontros nacionais de estudantes, gerais e específicos por curso.

No âmbito da universidade, também foram reunidos muitos documentos sobre as eleições para representação discente, para os Diretórios Acadêmicos, e indiretamente para o Diretório Central.

Para o presente tópico, destacamos uma convocatória para ato em São Paulo, em defesa dos Direitos Humanos, protestando dentre outras coisas, por Anistia ampla, geral e irrestrita. Destacam-se também documentos com informações trocados pelas agências de informações sobre o movimento estudantil no ano de 1976.

Por fim, selecionamos alguns periódicos de DA's e de chapas que disputavam as eleições daquele ano, que tivessem na pauta a luta pela anistia.

Uma convocação datada de março de 1976²⁷⁴, assinada pela “Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos da Unicamp”, e “Comissão Universitária da USP” propunha encontro para o dia 03 de abril de 1976 na USP, buscando definir critérios de representação e votação. Como objetivos do ato estavam:

- a) Luta contra o 477, o AI-5 e toda a legislação repressiva; b) fim das prisões, torturas e assassinatos políticos; c) Pela anistia geral a todos os presos e exilados políticos; d) Pela criação de um amplo organismo nacional de defesa dos Direitos Humanos e das liberdades democráticas; CPI dos

²⁷⁴ Pasta 16 (01) a (06)- 17) Convocação. São Paulo março de 1976.

direitos humanos; f) liberdade de organização, manifestação e organização; g) pela instituição das mais amplas liberdades democráticas.²⁷⁵

Essa e muitas outras movimentações foram notadas pelos vigilantes. Em 31 de maio de 1976, o Serviço de Inteligência e Contra-Informação do DSI/MEC, expede a Informação 052/76 ²⁷⁶, para o conhecimento dos reitores, sobre a situação do Movimento estudantil no país e no mundo. A Informação menciona a “Revista Mundo Estudantil”, com sede em Praga, que teria publicado o artigo “Los nuevos combates de los estudiantes brasilenos al fascismo”. No documento, são transcritos textos, para confirmar a informação que em 1972 o ME se articulava sob as diretrizes do “Movimento Comunista Internacional” e a parcela estudantil envolvida em subversão no contexto do Movimento Comunista Brasileiro (MCB).

O texto acima transcrito critica a ditadura, fala em movimentos de resistência, sobre o decreto 477 e a organização do movimento estudantil, sobretudo a formação de executiva de cursos e a construção de um “movimento estudantil de massas, a partir das escolas mais importantes, das universidades-chaves e dos Estados que concentram a maior parte dos estudantes” (Parte grifada por quem transcreveu). Dentre as medidas sugeridas pela revista estariam:

[...] organizar a denúncia e a luta contra a política educacional da ditadura;...-criar entidades por áreas de estudo, de nível municipal, regional, estadual e nacional;...-lutar pelas liberdades democráticas;...lutar pela inclusão dos DA e DCE na organização das escolas;...- aprofundar as alianças entre alunos e professores;...-reforçar e ampliar a rede de periódicos estudantis;...- defesa da cultura nacional e luta por seu fortalecimento.²⁷⁷

O segundo ponto abordado no documento, foi a “Revista Debate - BRASIL 75” , editada em francês, e vendida na “França, Portugal, Suécia e Itália”, comenta a situação do Movimento Comunista Brasileiro (MCB) à época, sob o título “A plataforma para a união dos comunistas”. O trecho transcrito fala em forças democráticas e antimonopolistas, aliança histórica dos trabalhadores das cidade e do campo, e “setores combativos do movimentos popular: estudantes, intelectuais, padres e artistas progressistas, das camadas médias assalariadas.”

²⁷⁵ Idem

²⁷⁶ Pasta 18 (04) - 02) Informação 052/SICI/1/DSI/MEC/76 31/05/76 Assunto: Movimento Estudantil no país. Difusão: ASI/UFF (Para conhecimento do Reitor)

²⁷⁷ Idem

O terceiro ponto da informação trata da influência dos partidos comunistas, abordando a publicação “Perspectivas políticas e orgânicas para o ME”, do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), para discussão interna na Unicamp e a proposição de reunião nacional de estudantes realizada na USP em 30 de abril de 1976.

Nessa linha, o quarto ponto indica como uma conquista do ME de matiz comunista a aprovação dos estatutos de diretórios e encontros estudantis. O documento chama atenção para a rearticulação da UNE, em 17 de janeiro de 76, em Campinas, pela Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos da Unicamp, com a presença de escolas de 5 estados (SP, MG, RJ, DF e RS). Um segundo encontro teria ocorrido nos dias 13 e 14 de março no Rio de Janeiro com maior representatividade dos Estados (RS, PR, SP, DF, MG, BA, PE e Grande Rio), e finalmente em 03 de abril, uma terceira reunião nacional importante com a presença de representantes de oito Estados (RS, PR, SP, RJ, ES, MG, BA e DF).

A orientação contida na informação era a seguinte:

5. O primeiro passo importante para combater o ME, enquanto obra do MCI, consiste em tomar consciência de sua realidade e conhecer sua natureza e seus objetivos. Somente assim, saber-se-á, depois, tomar as medidas adequadas para evitar, com firmeza e destemor, que ele continue estendendo-se e fortificando-se, qual avalanche destruidora.²⁷⁸

As agências de segurança e informações identificavam um predomínio das ideias de esquerda no movimento estudantil nacional, as ações em defesa dos direitos humanos como meios para mobilizar e reorganizar a UNE e demais entidades estudantis.

Em outra informação oriunda da DSI/MEC²⁷⁹, sobre o cenário para o movimento estudantil no Brasil, aduzem que entre 1975 e 1976, cresceu de forma alarmante, vertical e horizontalmente, e que sua reorganização teria iniciado em 1972.

As análises referentes às eleições municipais se faziam presentes nos periódicos, e as eleições discentes na UFF também geraram material para a ASI.

O jornal “ECOS”²⁸⁰, traz na capa uma pomba, e diz-se “está mais para Falcão do que para pomba” em referência a Lei Falcão do Ministro da Justiça Armando Falcão. O jornal questiona se as eleições são realmente livres e faz um balanço extenso.

²⁷⁸ Idem

²⁷⁹ Pasta 18 (04) - 04) DSI MEC Informação 040 10 de maio de 1976. Movimento estudantil no país.

O periódico aborda ainda, a suspensão do AI-5 e do Decreto 477, a revisão da Lei de Segurança Nacional e a concessão da ampla anistia²⁸¹. Interessante trecho sobre os direitos humanos, em que fazem referência à pressão internacional pela Anistia Internacional, e ao movimento pela anistia em São Paulo, a comissão de anistia do DCE Livre da USP.

Direitos Humanos - A Anistia Internacional, em seu IX Congresso Mundial, declarou preocupação com o aumento das torturas, assassinatos políticos, sequestros e desaparecimento de cidadãos na Argentina, Chile, Brasil e uruguai.

[...]

A propósito do aniversário da morte Wladimir Herzog, a comissão de anistia do DCE Livre da USP ressaltou a importância da continuação da “luta contra todas as prisões, torturas e assassinatos”, pedindo “ampla e irrestrita anistia”.
²⁸²

No âmbito interno, denunciam a invasão e o fechamento do DCE em outubro de 1976, por elementos policiais, com a justificativa de impedir uma reunião de estudantes do Grande Rio sobre as eleições municipais do dia 15 de novembro.

Quanto às eleições da UFF, indicam algumas de suas divergências com a “chapa 10”. No documento deixam claro que os editores compõem a “Chapa Liberdade”.

O material de campanha da “Chapa Liberdade”, traz como motes as liberdades democráticas, independência do movimento, a união de todos os estudantes, o fim das censuras dos murais e jornais, pela discussão em sala de aula, livre candidatura de qualquer estudante eleições livres e diretas para o DCE e DA’s.²⁸³

Na análise de conjuntura, inicialmente destacam as consequências do fim do milagre econômico, lembram mais uma vez a morte de Herzog do estudante Vanuchi. No que tange ao cenário político, abordam o papel dos movimento populares, que retomam suas reivindicações, o novo presidente (Geisel) e sua estratégia de “distensão”.

tentando principalmente ganhar a classe média para apoiar o governo e conciliar os setores da classe dominante. A esta nova política chamou-se “distensão”.²⁸⁴

²⁸⁰ Pasta 01 (11) - Periódicos de Diretórios Acadêmicos 76-77 43) ECOS n° 9 nov.76 ICHF.UFF

²⁸¹ Idem p.5

²⁸² Idem p.8

²⁸³ Pasta 16 (08) 26) Chapa Liberdade. 1976

²⁸⁴ Idem

Ao fim do documento, na definição dos princípios básicos do seu programa, encontram-se no ponto “4)” as liberdades democráticas e a Anistia ampla, geral e irrestrita.

O mês de novembro foi muito rico na produção de documentos. Outro periódico desta época, o jornal “FOCA Comunicação - UFF”²⁸⁵ começa tratando sobre o assunto das eleições municipais, o papel dos estudantes e tecem críticas ao MDB e ao Vereador Edgar de Carvalho Junior (Edgarzinho).

O Editorial é uma resposta contundente às acusações de subversão sofridas pelo diretório. Interessante perceber no documento, as alegações de que o combate ao comunismo e à subversão na verdade, serviam como pretexto para a promoção de interesses pessoais dentro da burocracia universitária.

A verdadeira subversão está em colocar os interesses pessoais acima dos interesses gerais. Em usar, de forma deturpada a palavra **subversão** para impor a autocracia da mediocridade.

Subversão é administrar uma escola sem convocar os órgãos colegiados existentes por força de lei.

Subversão é demitir, por ato de vontade pessoal, os mais competentes e se justificar de tal ato evocando um falso conceito de subversão.

Subversão é admitir, por escolha pessoal e ilegal, e para substituir aqueles, uma mediocridade satélite, pondo em risco o já deficiente nível de ensino da escola.²⁸⁶

O restante do material discutia o currículo dos cursos e equivalência de créditos; trazia poemas e contos; e a “Pastoral ao povo de deus”, que seria um encontro da Comissão representativa da CNBB, realizado em 19 a 25 de outubro de 1976.

Por fim, destaca-se mais um material de campanha, desta vez da “Chapa Perspectiva”, em nota “Extra”²⁸⁷ anunciando um racha na “Chapa Alternativa”, nas eleições do DARS, do ICHF.

O panfleto trazia como pautas o fortalecimento do DARS e o Direito de Livre Organização, e apontava algumas divergências presentes no debate do movimento estudantil. Para eles:

²⁸⁵ Pasta 16 (01) a (06)- 01) FOCA Comunicação UFF Novembro 76 n ¾

²⁸⁶ Idem

²⁸⁷ Pasta 16 (01) a (06)- 03) Perspectiva Extra “Racha na chapa Alternativa do DARS ICHF.”

A política desenvolvida pelo DARS é basicamente agitativa.

[...]

Portanto achamos necessário abandonarmos uma política de agitação pura e simplesmente, por uma política de mobilização consequente, capaz e atingir o conjunto da escola.

Uma das principais divergências era para não retirar as “liberdades democráticas” da carta plataforma. A luta contra o Decreto 477, o AI-5, e pela Anistia, identificando como atores políticos desta frente os estudantes, os trabalhadores do campo e da cidade, os intelectuais, setores da igreja etc.

Portanto, em um ano com uma disputa eleitoral para representação discente com debate público com vasta produção de material, eleições municipais que causaram preocupação ao regime, e a reorganização do movimento estudantil, dirigido predominantemente por forças e esquerda. Esses elementos, diante de um quadro de “distensão” controlada, iam a sentido contrario ao planejado pelas forças hegemônicas dentro do Estado brasileiro.

4.2.3 - 1977

A luta pela anistia e pelas liberdades democráticas ganha força no ano de 1977, tanto que o governo acusa o golpe e busca alterar as regras durante a partida, como o caso do Pacote de Abril visto anteriormente. Essa emergência dos movimentos de oposição reflete nos arquivos pesquisados, nos quais se pode visualizar um maior número de documentos com o tema em pauta.

Neste ano se destacam também os eventos de reorganização das entidades estudantis, como o Encontro Nacional dos Estudantes. Além disso, as eleições para diretórios também agitaram a política estudantil trazendo elementos da política nacional para o debate na universidade.

Esse acúmulo de forças se apresenta nos documentos. Além da maior quantidade de incidências, aparecem menções ao Comitê Primeiro de Maio pela Anistia, sua organização e relação com o movimento estudantil da UFF.

A décima edição do jornal “ECOS”²⁸⁸ em março, no ICHF, traz como temas de capa primeiramente os direitos humanos, e secundariamente a UNE, a política salarial e os vestibulandos. No editorial, denuncia a invasão do Centro Estudantil de Física e Matemática (CEFISMA) da USP pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e pelo Movimento Anti-Comunista (MAC) e relembram a repressão ao DCE na Semana dos Direitos Humanos em 1975.²⁸⁹

O documento tece um conjunto de denúncias de violações aos direitos humanos, como os 28 estudantes presos pelo DOPS em Brasília, quando realizavam pedágio a fim de angariar fundos para o restaurante do Diretório Universitário e a apreensão do jornal “Poeira”, do DCE da Universidade Estadual de Londrina, pela Polícia Federal. “Na UFF, alguns DA’s foram arrombados e tiveram suas instalações semi-destruídas e pichadas”. Retomam o ano de 1976 listando as mortes do operário Manoel Fiel Filho e do Padre João Bosco Burnier; a censura a diversos órgãos de imprensa, peças de teatro, músicas, livros e filmes; e a imposição de restrições ao debate eleitoral.

Seguindo nesta linha, falam sobre o Massacre da Lapa, uma operação policial na qual assassinaram três pessoas (entre as quais Pedro Pomar, deputado à Assembleia Constituinte de 1946), e realizaram a prisão de outras doze pessoas. O destaque da matéria fica para um dos presos, Aldo Arantes, suas condições físicas no cárcere, a luta da família pela sua libertação e o fato de ter sido presidente da UNE. O documento prega que esta denúncia deve ser uma tarefa de todas as entidades do movimento estudantil.

Neste ponto, os autores do jornal colocam em letras maiúsculas a bandeira da anistia ampla e irrestrita, como um primeiro passo em direção a conquista de outros direitos.

Problemas relacionados a prisões políticas não são novidade em nosso país. Compreendemos que só serão resolvidos através de uma AMPLA E IRRESTRITA ANISTIA. Manifestamos também nossa crença em que essa exigência se liga a uma outra, mais ampla, a de um regime onde as agressões que vimos sofrendo não mais existam, onde todas as correntes de opinião popular possam se manifestar livremente e onde o povo brasileiro possa decidir soberanamente o seu próprio destino.²⁹⁰

²⁸⁸ Pasta 03 (01) - 03) ECOS n 10 - março de 1977.

²⁸⁹ “Por outro lado, até hoje está gravada em nossa memória uma imagem de há 2 anos atrás: choques da polícia nas ruas de Niterói, o DCE ocupado e cercado militarmente, e uma multidão de estudantes voltando para casa sem ter podido assistir a um show de música popular que inauguraria a Semana de Direitos Humanos.” Idem

²⁹⁰ Idem

Ainda, o jornal trazia um capítulo específico sobre direitos humanos, com notícias de prisões, de censura, manifesto de intelectuais, e o debate sobre a reforma do judiciário que viria pelo Pacote de Abril um mês depois. Havia também, uma propagando do jornal “MOVIMENTO”, seguido de uma história curiosa.

No ICHF existia uma cooperativa autorizada, mas proibida de vender jornais, pois na época vendia justamente o “Movimento”.

A diretora disse que a unidade não foi feita para vender jornais, e o aluno retrucou: “Não foi feita pra vender pipoca e vende.”

Ela respondeu: “-Pipocas não trazem ideias”

Aluno “- As ideias são perigosas?”

Diretora “- Exatamente, você está entendendo o que eu digo.”

Por fim, o jornal traz um capítulo sobre a UNE²⁹¹, em que narra a história da UNE, desde a sua fundação até o golpe de 1964. Menciona sua extinção pela Lei Suplicy de Lacerda; seu Congresso em 1966 realizado em Belo Horizonte; a morte do estudante Edson Luis; o Congresso de Ibiúna em 1968 e mais dois congressos, um em 1969 e o outro em 1970 elegendo Jean Marc e Honestino Guimarães.

No mês de maio (13/05/1977) é apreendido no ICHF e em outros lugares da UFF, uma “Carta aberta à população”²⁹² aprovada em ato publico na PUC/SP em 10 de maio de 1977 que pedia:

Pela imediata libertação dos estudantes e operários presos em São Paulo; Pelo fim das prisões, torturas e assassinatos políticos; Liberdade para os presos políticos; Pela anistia ampla, geral e irrestrita; Pela liberdade de organização e manifestação dos estudantes, trabalhadores e demais setores explorados e oprimidos da população; Pelas liberdades democráticas. Carta aberta aprovada em ato público na PUC/RJ 10 de maio de 1977. ²⁹³

A carta tratava de fatos ocorridos em São Paulo, atacando o arcabouço legal da repressão e apresentando a pauta de denúncia às violações de direitos humanos e pelas

²⁹¹ “UNE: uma história de lutas” Idem

²⁹² O documento aparece repetido em duas pastas distintas. Pasta 01 (11) - 51) e Pasta 20 (04) - 34) Carta aberta a população Aprovada em ato publico na PUC/SP em 10 de maio de 1977

²⁹³ Idem

liberdades democráticas, para que talvez assim, pudessem atuar na esfera pública da transição democrática.

O Boletim Informativo do DCE²⁹⁴ de julho também segue essa linha, mas aborda ainda dois aspectos relevantes da transição: os eventos de reorganização dos movimentos sociais na comunidade acadêmica (Reunião Anual do SBPC, Encontro Nacional dos Estudantes) e sobre a política partidária e a Assembleia Constituinte.

Na análise do DCE, maio, junho e julho de 1977 representaram o ressurgimento do movimento estudantil no cenário político nacional em manifestações. Dentre os temas abordados pelo jornal estavam: libertação de estudantes e operários presos; Reunião do SBPC; Luta por liberdades democráticas: contra o Decreto 477 e o AI-5; pela anistia ampla, geral e irrestrita; e pela convocação de uma ANC livre, democrática e soberana.

Questões internas como estrutura da universidade e os projetos privatizantes, e questões culturais, como o samba também foram trabalhados pelos estudantes, porém para os propósitos da presente pesquisa, não nos deteremos nesse pontos apesar de entender necessário o registro.

O DCE da UFF compôs a comissão executiva do III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), previsto para o dia 21 de setembro em São Paulo. O encontro foi transferido para São Paulo, devido à repressão policial em Belo Horizonte, onde seria realizado em junho. Todos esses dados são retirados exclusivamente da publicação em comento.

O documento apresenta textos complexos, com longas análises de conjuntura política. No texto “Por que uma Assembleia Constituinte?” classifica o Pacote de abril, como uma manobra diante da possível derrota eleitoral da ARENA, e destaca que setores democráticos que até pouco tempo defendiam a manutenção do regime, começavam a se descontentar. O texto fala dos impasses do MDB a partir da cassação de Alencar de Castro - MDB, o MDB deveria definir sua proposta de convocação de uma ANC. Existiam correntes no MDB, uns mais reacionários e entreguistas, outros com mais compromisso com a democracia.

²⁹⁴ Pasta 20 (04) - Jornais e publicações do DCE 1983-1989 29) Boletim DCE Ano I - n 4 - Julho/77

Em outro texto, “Aumenta a violência nas férias”, alerta para o crescimento no número de sequestros no Rio, de vinte e cinco prisões pela polícia política, e mais uma vez o Pacote de Abril. Denunciam a prisão de novecentos estudantes na tentativa de realização do II ENE.

Vinte e cinco foram sequestrados no Rio - O Comitê Primeiro de Maio pela Anistia, composto por entidades representativas dos estudantes e outros setores sociais, assumiu a denúncia das prisões, que foi feita através de nota distribuída aos jornais, entidades representativas como a ABI, OAB, Igreja etc. e também mediante a distribuição e leitura de notas em teatros, portas de cinema, bares e restaurantes.²⁹⁵

Em Belo Horizonte, 156 estudantes teriam sido enquadrados na LSN que participaram do III ENE acusados de tentarem reorganizar a UNE.

Por fim, o jornal publica uma “carta do DCE” à 29ª Reunião Anual da SBPC, na qual reivindica uma anistia ampla e se solidariza com a entidade, diante das dificuldades de organização do evento e das liberdades tolhidas de estudantes, professores e pesquisadores.

Ainda, por razões desconhecidas, junto do referido boletim informativo, encontra-se uma cópia da "Carta ao Brasileiros" de Goffredo Telles Junior publicada pela Folha de São Paulo em 09 de agosto de 1977.

Outro periódico que trouxe os mesmos temas à discussão, foi o “JornalEco”²⁹⁶ do D. A. Herman Júnior da Faculdade de Economia e Administração - UFF, em setembro. O jornal apresentava uma proposta de construção colaborativa, para que se fomentasse a diversidade de opiniões. As matérias publicadas, não são assinadas por nenhum estudante. Segundo eles, teriam sido “coletadas da urna”.

O documento possui artigos interessantes quanto ao conceito de governo e democracia, conceitos filosóficos a partir da leitura de Marx, até críticas a qualidade do ensino e organização de jogos de futebol no bairro de São Francisco.

No entanto, para o momento, nos vale salientar a análise do cenário político nacional. O artigo “Brasil: Uma comédia em 5 atos” descreve a situação da seguinte forma: 1º ato: A bancarrota. O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do Governo

²⁹⁵ Idem

²⁹⁶ Pasta 01 (11) - 44) JornalEco Ano I nº 1 Setembro/77.

Geisel, que envolviam empresas públicas como a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Tubarão, Carajás e a crescente inflação; 2º Ato: “O nosso grande irmão do Norte”. A política de Jimmy Carter de crítica aos regimes autoritários (Portugal, Grécia, Espanha); 3º Ato: A própria burguesia tupiniquim que já não era mais unânime quanto à manutenção do regime sob o comando dos militares; 4º Ato: O Movimento de Massas. “O movimento de massas tem hoje na sua vanguarda a classe média, particularmente o movimento estudantil aderindo as campanhas políticas pela anistia, por eleições livres e até por uma Assembleia Constituinte.”²⁹⁷; 5º Ato: As reivindicações por eleições livres e diretas, por liberdades democráticas. O apoio de setores médios como setores das Igrejas, do MDB, a OAB, a ABI, sindicatos e entidades estudantis.

Conforme visto, é traçado um roteiro da transição, apontando possíveis fatores do enfraquecimento da ditadura, e ao final, a identificação de um bloco histórico que atuaria na luta pelos direitos e garantias fundamentais.

POR ELEIÇÕES LIVRES DIRETAS PARA PRESIDENTE; POR UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE LIVRE E SOBERANA!; POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS. (Diretório Acadêmico Herman Júnior Faculdade de Economia e Administração).²⁹⁸(Grifo original)

Por fim, o jornal anuncia que em substituição ao encontro reprimido em Belo Horizonte no mês de junho, seria realizado dia 21 de setembro na USP, o III Encontro Nacional de Estudantes, conclamando aos estudantes a participarem da reconstrução de uma entidade nacional, pela liberdade de organização, manifestação e reunião.

A troca de informações entre as agências também registrou elementos importantes para entender o contexto político durante a transição. Em um conjunto de “Informações” fornecido pela ASI/UFF e enviados para a ARSI/GB/DSI/MEC localizados na Pasta 07 (02) sobre movimentos estudantis, professores e servidores no ano de 1977, há apontamentos sobre ações do MDB, por Anistia e por uma Assembleia Constituinte.

A Informação 112/77²⁹⁹ aponta que havia rumores, sobre a preparação de uma reunião do DCE marcada para os dias 26 e 27 de outubro. Nesta reunião, haveria uma noite de debates sobre: Constituinte, Anistia, Eleições Diretas, com a presença de Modesto da Silveira e Dep. José Alves de Brito da ALERJ, Dep. João Gilberto Coelho (RS), Antonio

²⁹⁷ Idem p.11

²⁹⁸ Idem p.12

²⁹⁹ Pasta 07 (02) - 08) Inf. 112/77 24/10/77

Carlos de Carvalho, vereador do Rio de Janeiro e Carlos Augusto Coimbra de Mello, vereador de Niterói e antigo militante da AP, membro do Grupo do Jornal Movimento.

Ao final, anunciam que apesar do Reitor estar recém-operado em sua residência, o Vice-Reitor iria tomar as medidas necessárias para sustar a reunião.

No informe seguinte³⁰⁰, sobre a reunião convocada para o dia 21 de outubro no DCE, encaminharam panfleto distribuído no ICHF. O documento ostentava o título “Constituinte - com Liberdade e Anistia // DCE”, e já deixava claro o seu propósito. Na introdução, alertavam que a grande imprensa já falava sobre a CONSTITUINTE, e consignava que o objetivo era promover o debate (com vereadores, deputados, advogados, jornalistas e outros) para o esclarecimento sobre o tema.

O panfleto traz dois artigos sobre a ideia de Constituinte. O primeiro, “Nosso dia a dia e a constituição”, traça um histórico com breve resumo das constituições do Brasil e estabelece uma relação entre a constituição e a destinação de verbas públicas. O segundo artigo, “Porque a constituinte”, traz reivindicações que caráter social, como o ensino público, o direito à terra, melhores condições de vida à população e a soberania nacional. Para tanto, seria fundamental a revogação do AI-5, do Decreto 477 e a Anistia.

Interessante notar que hoje, passada a experiência histórica da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, mesmo em seus contornos tortuosos, sua definição foi construída no imaginário popular. Naquele momento, havia a necessidade de colocar na esfera pública a discussão sobre o que seria o Poder Constituinte.

Uma semana após, na Informação 114/77³⁰¹ a ASI informa que a reunião do DCE não foi consentida na área da universidade, e foi transferida para a sede regional do MDB de Niterói, onde teriam comparecido cerca de 150 pessoas.

O último documento selecionado foi a Informação 120/77³⁰², que em novembro, noticiou uma reunião realizada no dia 04, do grupo Ponto de Partida com “elementos” na faculdade de Engenharia. Dentre cerca de vinte e cinco pessoas que teriam comparecido, identificaram os alunos Luiz Carlos Beakline, Luiz Emilio Beakline e Luiz Roberto Arueira

³⁰⁰ Pasta 07 (02) - 08) Inf. 113/77 25/10/77

³⁰¹ Pasta 07 (02) - 08) Inf. 114/77 01/11/77

³⁰² Pasta 07 (02) - (07) Inf. 120/77 - 08/11/77

da Silva. Segundo consta no informe, o “elemento que pode se aproximar do local, ouviu discussões sobre Constituinte, Anistia, presos Políticos, sem mais detalhes”.³⁰³

Em 1977, percebe-se que além das denúncias e da luta pela anistia, uma nova constituição já está no campo de visão de forças de oposição (moderada ou radical). Há uma convocatória do MDB para uma reunião no dia 17 de novembro “Pelo fim da ditadura militar; por uma constituinte soberana e democrática; pela construção do PS no Brasil.”³⁰⁴ Os nomes dos participantes listados na programação forma os seguintes: Deputados João Gilberto (MDB-RS), Alves de Brito e Edson Khair (MDB-RJ), Vereadores Antonio Carlos carvalho (MDB-RJ), Carlos Augusto Coimbra Mello (MDB Niterói), Advogado Sobral Pinto. O documento também apresenta uma lista de apoiadores: DA Economia UFF, DA Arquitetura UFF, DA Engenharia UFF, Marco Zero UFF, Novo Curso UERJ e PONTO DE PARTIDA(Grande Rio) UFF.³⁰⁵

As eleições para diretórios, da mesma forma que o ano anterior gerou uma série de documentos para os arquivos da ASI, e dentro de uma lógica de distensão, as análises foram se tornando mais extensas e complexas. O que foi muito bem percebido pelos vigilantes.

Em um balanço das eleições realizado pela ASI³⁰⁶, em um documento sem data e sem assinatura, manuscrito “análise ~~prévia~~ preliminar”, registra o seguinte para repassar aos órgãos superiores:

Foi ampla a liberdade de propaganda, sabendo-se a priori que haveria excessos, principalmente em alguns setores, onde sabidamente localizam elementos de esquerda, a respeito do AI-5, 477, DL 228 etc.³⁰⁷

Dentre as conclusões, consta que os moderados conquistaram o Diretório Acadêmico Evaristo da Veiga (Direito) com vantagem; “os elementos centristas perderam os DA’s de Geografia e Química, em razão de preparo longo e bem efetuado pelos alunos do Curso de Ciências Sociais que obtêm créditos nesses dois Institutos”; em Serviço Social e Letras não foi identificado o perfil; e na Educação mantém linha centrista.

³⁰³ Idem

³⁰⁴ Pasta 01 (11) - 52) “Convocação - A constituinte e novos partidos.”

³⁰⁵ Idem

³⁰⁶ Pasta 03 (05) - Eleições - Análise preliminar 1977

³⁰⁷ Idem

Gestão	Número de Diretórios
Esquerda	10
Centro	9
Dependem de análise mais profunda.	3

Tabela 1

Por fim, observa-se que na escola de engenharia, apesar da maioria dos alunos não ser de esquerda, esta foi eleita com 991 votos, devido ao desinteresse e que ademais, a abstenção foi de 33%, e as chapas registradas não trouxeram o nome de legenda de propaganda.

No material de campanha apreendidos para análise pela assessoria, também é possível encontrar referências ao processo de democratização com demandas por liberdades democráticas, organização estudantil, anistia e por um novo estado constitucional.

O panfleto da “Chapa Liberdade”³⁰⁸propõe um plebiscito pelo fortalecimento do DCE contra a tomada pelo inimigo a “chapa da reitoria”. Anexado ao documento há uma cópia do panfleto “Ponto de Partida”³⁰⁹.

No programa da chapa estava:

Universidade: melhores condições de ensino, formação técnico-científica, ensino crítico e voltado para a realidade nacional, assistência aos estudantes.

Entidades: Contra as normas, 228 e 477, diretórios fortes e representativos, eleições livres e diretas para o DCE, reorganização das UEE’s e UNE.

Sociedade: melhores condições de vida e trabalho, revogação do AI-5 e demais atos de exceção, Anistia geral, ampla e irrestrita e convocação de uma ANC eleita livremente pelo povo.

Lutas imediatas: bandeijão, professores, curso de férias, atestados de ideologia, horários, liberdade aos da’s, eleições livres.

³⁰⁸ Pasta 03 (01) - 02) DCE Chapa Liberdade (panfleto) 1977

³⁰⁹ Pasta 20 Documento 21). PONTO DE PARTIDA

Por um ensino melhor pelas liberdades democráticas.³¹⁰

O jornal Viramundo³¹¹, uma iniciativa de alunos do ICHF que correspondeu a uma plataforma comum aos grupos ECOS e o CORRENTE (gestão na época) na reformulação dos trabalhos.

O documento apresenta críticas às eleições, pontuando as diversas restrições como a de manifestação em época eleitoral, a Lei de Falcão imposta ao pleito de 1976, as eleições indiretas para governador e para um terço do senado, e as tentativas de impedir o crescimento da oposição parlamentar.

O conteúdo sobre as questões internas da universidade, os projetos de privatização, e a liberdade de atuação política estudantil também apareciam no jornal. Além disso, verifica-se demandas sobre as condições de vida, a defesa da cultura popular e das riquezas nacionais, a abolição imediata do AI-5 e de todos os atos e leis de exceção. Finalmente, em letras maiúsculas, a reivindicação “POR UMA ANISTIA AMPLA, NACIONAL E IRRESTRITA” e por uma Assembleia Nacional Constituinte.

A “Chapa Ponto de Partida” disputou as eleições de vários diretórios. Na Faculdade de Economia e Administração, por exemplo, se declarou como uma chapa composta por membros da “atual” gestão, proposta como alternativa à proposta de outros membros. No material³¹² traz as bandeiras das liberdades democráticas, e sua relação com a situação econômica: “O fato é que com a crise econômica, ficou cada vez mais difícil manter a harmonia entre os diversos grupos de empresários.”³¹³

O grupo pedia eleições diretas para o DCE e assim como em diversos documentos do movimento estudantil, a luta contra o AI-5 e o Decreto 228; a liberdade de organização, manifestação e expressão para todos os setores da população brasileira.

Em outro documento³¹⁴ do Grupo Ponto de Partida, destaca-se a importância da política interna. Um dos objetivos é o de impedir o aumento da influência da Reitoria sobre alguns DA's, e por eleições diretas para o DCE. Na mesma linha do outro documento,

³¹⁰ Pasta 03 (01) - 02) DCE Chapa Liberdade (panfleto) 1977

³¹¹ Pasta 03 (01) - 05) Viramundo s/d 1977

³¹² Pasta 03 (01) - 04) Chapa Ponto de Partida para o DA de Economia e Administração. s/d 1977

³¹³ Idem

³¹⁴ Pasta 20 (04) - 31) DCE Carta Programa Chapa Ponto de Partida. 1977

relembra o fim do milagre brasileiro e a crise que afeta as condições de vida da população, e o movimento contra a carestia.

Na esfera partidária, ironizam a posição dos partidos frente ao governo, que a diferença entre a Arena e o MDB, é que um diz sim, o outro diz sim, senhor. A pauta de reivindicação da Chapa Ponto de Partida para as eleições de 1977 era a seguinte:

- Pela representação igualitária de professores, estudantes e funcionários em todos os níveis de decisão da universidade.
- Pela autonomia Universitária com o fim da intervenção policial-militar.
- Pelo fim do Atestado Ideológico.
- Pela liberdade de Manifestação, organização e expressão.
- Pelo fim das prisões políticas.
- Pela anistia ampla e irrestrita a todos os presos políticos e a volta dos exilados.
- Por eleições livres e diretas. Pela defesa do voto popular.
- Liberdade para os partidos políticos.³¹⁵

Portanto, diante do vasto material recolhido no acervo da ASI/UFF³¹⁶ no ano de 1977, verifica-se que a luta por anistia, e por liberdades democráticas ganha força, e começa a aparecer associado aos anseios por uma nova realidade constitucional, por meio de uma Assembleia Constituinte.

O último ponto a ser destacado para o presente tópico é o Comitê Primeiro de Maio pela Anistia. O jornal “Boca no Trombone”³¹⁷ elaborado por algumas entidades (na UFF somente o D.A. Comunicação), contém uma rica análise do cenário político e um artigo sobre o comitê, que merece transcrição.

No documento há denúncias de violações aos direitos humanos, sobre o projeto de “Autarquias” que ameaçava a autonomia universitária, sobre os salários e a situação dos operários, e repetia o artigo “Que papo é esse de Constituinte?” registrado anteriormente.

³¹⁵ Idem

³¹⁶ Além dos mencionados, no material da Chapa Resistência, na “Plataforma para o DA CO UFF também constava a reivindicação pela “Anistia ampla, geral e irrestrita”.

³¹⁷ Pasta 25 (03) - Jornais, periódicos - livros Comunidade Europeia e a questão agrária, sequestro e terrorismo, charges, Lenin. 77-83 12) Boca no trombone Ano 2 n. 3 Novembro 1977

Para os autores do material, a conjuntura depois de 1973 desfavorável ao regime, com a crise econômica e política, o fim do milagre econômico, fazia com que os donos do poder começassem a se desentender. O projeto de “distensão” de Geisel, na tentativa de cumprir essa tarefa, representava democracia para quem, em maior ou menor grau, já mandava, e para a maioria da população, continuavam com a mesma miséria. Os estudantes identificavam um acordo para a distensão, dentre as forças do MDB (Autênticos x moderados), e na sucessão de Geisel, com o fortalecimento de Figueiredo em detrimento de Sylvio Frota.

O jornal destaca ainda, o assassinato do Padre João Paulo Burnier e o III ENE (“No caminho da reorganização nacional”), que seria realizado em junho de 1977 em Belo Horizonte, mas acabou sendo realizado na USP.

Comitê 1.º de Maio.

Durante as mobilizações de maio/junho pela libertação dos estudantes e operários presos em SP, os estudantes aprovaram no 1º ato público, realizado na PUC-RJ, a formação do Comitê 1 de Maio pela Anistia do Rio de Janeiro, composto por todos os setores democráticos comprometidos com a luta contra as torturas, pelo restabelecimento em toda a sua plenitude do “Habeas Corpus” e pela Anistia ampla, geral e irrestrita. Participariam das reuniões do Comitê 1 de Maio, com direito a voto, as entidades representativas dos estudantes e de outros setores.

O Comitê 1 de Maio foi fator importante para aglutinar os setores democráticos do Rio de Janeiro, em especial o setor estudantil, que possui maior nível de mobilização, na luta pela quebra da incomunicabilidade e pela libertação dos presos de SP, decidindo a realização de duas concentrações públicas para conseguir estes objetivos.

Após o período de mobilizações o Comitê 1 de Maio se esvaziou, devido a situação em que se encontra o setor estudantil - setor que sustentou o Comitê - , sem uma organização regional que direcione suas lutas e sem objetivos decididos pela maioria dos estudantes. Isto impediu que o Comitê continuasse suas tarefas de ajuda aos presos políticos, de denúncia das torturas e de propaganda da Anistia, com várias entidades estudantis e de outros setores democráticos se descomprometendo com o Comitê.

A continuidade do Comitê 1 de Maio, mesmo no período sem grande participação, é fundamental para manter articulados todos os setores comprometidos com seus objetivos, cabendo ao setor estudantil traçar diretrizes claras para o cumprimento dessa tarefa, indispensável para dar uma resposta rápida e centralizada em caso de novas prisões.

Conforme podemos denotar da nota, o comitê funcionava localmente, de forma aproximada ao movimento pela anistia em âmbito nacional, e também apresentava

dificuldades de mobilização e organização, também permeado por disputas internas entre grupos de esquerda.

4.2.4 - 1978

Em 1978, quatro anos decorridos desde a fundação do Movimento Feminino pela Anistia, os grupos políticos de esquerda, o movimento estudantil e outras entidades ligadas à setores médios, como a ABI, a OAB e a CNBB atuavam na esfera pública levando a bandeira pela anistia.

O horizonte desses grupos era a democratização do país, e é possível dizer que essa estrutura encontrava-se mais organizada e fortalecida à essa altura da abertura política. A ASI estava atenta às relações políticas entre professores e alunos.

Nos documentos pesquisados verifica-se que a luta pela anistia estava organizada e constituía ponto de pauta para o movimento estudantil da UFF neste ano. Muitos documentos foram elaborados pelo grupo “Ponto de Partida”, e por informantes e membros dos órgãos de repressão, sobre o grupo, ao qual alegavam ser o braço estudantil da “Convergência Socialista”.

O ano ainda foi marcado por diversos documentos sobre o Comitê Primeiro de Maio pela Anistia, com convocatórias para assembleias e reuniões, manifestos e informações sobre alunos e professores que por ventura tivessem participado de algum evento ligado ao comitê.

Cabe ressaltar, que os lugares de reuniões dos movimentos por anistia mais recorrentes eram a PUC-Rio, uma universidade católica, e na ABI. Alguns eventos registrados pela ASI também ocorreram na sede do MDB de Niterói e no DCE.

No mês de fevereiro, algumas conversas entre a ASI/GB e a ASI/UFF³¹⁸ registraram uma conferência realizada na ABI para debater ações de luta pela Anistia e pela Constituinte.

Sobre a conferência, a delegacia regional solicita saber qual o assunto foi tratado; quem foi o conferencista; e outros dados julgados úteis. A resposta, em 14 de março, informa que “Segundo informes obtidos a conferência era integrante de uma semana Pró-Constituinte e Anistia”.³¹⁹

Em Pedido de Busca³²⁰ sobre a pessoa de Carlos Aguiar de Medeiros, consta anotação manuscrita, segundo a qual havia registro naquela ASI, como elemento estimulador do ME. O documento registra outra reunião na ABI sobre o tema anistia.

Segundo a resposta³²¹, o professor:

[...]na aula do dia 23.9.77 avisou aos alunos que a aula do dia 26.9.77 seria o comparecimento à conferência a ser realizada na ABI-Rio, onde seria tomada a frequência dos alunos. Esta conferência teve o apoio do ME do Grande Rio.³²²

Em outro documento apreendido, há uma convocatória³²³ realizada pelo DACO para um debate sobre Anistia ampla, geral e irrestrita no dia 02 (mês não mencionado) as 20h00min na ABI, “pelo fim imediato do isolamento carcerário; por melhores condições carcerárias; pela anistia ampla, geral e irrestrita”.

Uma organização sempre presente nos registros da ASI/UFF era o Comitê Primeiro de Maio pela Anistia. Em março de 1978, foi apreendido um documento referente a uma convocatória para reunião, um panfleto³²⁴ com a seguinte nota:

A justiça Militar prepara-se para julgar e enviar aos cárceres dezessete companheiros que lutam ao nosso lado, defendendo nossas reivindicações e levantando nossas bandeiras.

³¹⁸ Pasta 20 (01) - 08) PB 755/ASI/DR-3/MEC/1978 Em 23.02.78 Assunto: LDB CARLOS AGUIAR DE MEDEIROS Difusão ASI UFF. referência Inf. 30/78, de 13.02.78 da ASI UFF. Informação 30/78- Em 13.2.78; Informe n 46/78 - Em 14.3.78

³¹⁹ Informe n 46/78 - Em 14.3.78

³²⁰ PB 499/ASI/DR-3/MEC/1978 Em 02/02/1978 Informação 30/78- Em 13.2.78

³²¹ Informação 30/78- Em 13.2.78

³²² Idem

³²³ Pasta 16 (07) - 21) Convocatória DA Comunicação

³²⁴ Pasta 20 (02) 19) Encaminhamento 49/78 14/03/781 panfleto com 1 folha. Panfleto distribuído pela manhã na área da universidade, convocando para amanhã (15) as 20 horas na PUC/Rio, pelo Comitê 1 de Maio pela Anistia.

Sequestrados em julho passado e levados ao DOI-CODI, foram violentamente torturados durante dez dias. Bancários, jornalistas, estudantes, operários, professores, médicos e engenheiros, foram barbaramente seviciados no mesmo local onde também tombaram valentemente dezenas de outros opositores do regime.

[...]

Nesse sentido, reuniu-se o COMITÊ PRIMEIRO DE MAIO PELA ANISTIA com a presença de entidades de diversos setores, encampando a defesa destes companheiros, entendendo-a como mais uma tarefa na luta que luta que hoje travamos pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Convoca para um debate sobre “Justiça Militar e Processos Políticos” a ser realizado quarta dia 15, as 20:00 na PUC-Rio.³²⁵

Em dezembro de 1978, em Pedido de Busca³²⁶ referente ao professor Muniz Sodré Araújo Cabral, foi respondido que o mesmo tinha ligações com o movimento estudantil e que teria participado de uma reunião do Comitê.

Desta forma, percebe-se a importância desta organização para a luta por democratização, e a sua composição, com alunos e professores, e outro setores como a imprensa e a igreja.

A frente pela redemocratização, e a direção do movimento estudantil naquele momento, continha indivíduos e grupos de esquerda buscando se organizar e atuar na esfera pública democraticamente. Um grupo destacado conforme os arquivos pesquisados foi o “Ponto de Partida”, que em algumas informações são qualificados como parte ou dirigidos pela Convergência Socialista.

Em 13 de março, a ASI produz a Informação 46/78³²⁷, reportando uma reunião na sede da Juventude do MDB de Niterói, no dia anterior, no domingo (12/03), entre 16:40 e 19:00, com a presença de 120 pessoas.

2. Deste total, para o nosso informante, era claro, que predominava o elemento estudantil, principalmente da UFF, embora só podendo identificar 3, os demais têm sido vistos nos movimentos do grupo Ponto de Partida.

3. Que a promoção foi do Ponto de Partida não há dúvida, pois na sexta-feira foi afixado pelo DA de Engenharia - Gestão Ponto de Partida, onde se lia

³²⁵ Pasta 25 (02) - 08) Nota Convocatória 14/03/1978 Comitê Primeiro de Maio pela Anistia

³²⁶ Pasta 20 (01) - 01) Pedido de Busca PB 4423/ASI/DR-3/MEC/1978 Em 15/12/1978. Respondido pela AASI UFF Inf. 192/78 - 12/12/78 “Em agosto de 1977 participou com estudantes da PUC e da UFF na Assembleia do Comitê 1 de maio.” “Em junho de 1978 esteve presente à reunião do Grupo Ponto de Partida realizada no ICHF UFF na sala do DA.”

³²⁷ Pasta 20 (02) 20) Informação 46/78 - 13/03/1978 ME

entre recortes de jornais, o seguinte: movimento pela criação do Partido Socialista - Anistia para Doralice Fernandes - Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita - pelas Liberdades Democráticas.³²⁸

A mesa teria sido composta por: Carlos Augusto Coimbra de Mello (Gute, antigo militante da AP), Ricardo Oberlander, ambos vereadores de Niterói, e Luiz Roberto Arueira da Silva, aluno da Engenharia, engajado no ME no grupo Ponto de Partida e um representante do sindicato dos jornalistas ne Niterói. Os informantes identificaram ainda as seguintes pessoas: Miriam Wanderfed Chaves, aluna de História, e Martha Rique de Oliveira Reis, Diretora do Dpto. de Ass. Social DAS da UFF. Ao movimento teriam dado o nome de Convergência Socialista, deixando agendada uma reunião seguinte, a ser realizada em São Paulo. Este é um dos muitos documentos em que fazem referência à identificação do grupo “Ponto de Partida” com a “Convergência”.

Nos documentos produzidos por informantes e assessores é comum a referência á moral, aos costumes virtuosos, aos valores do cristianismo e da família. No mesmo sentido, observam o comportamento dos jovens. Em 06 de setembro de 1978, o Diretor Instituto de Geociências redige a mão uma carta endereçada ao Assessor Chefe da UFF, o professor Almeno de Souza, relatando que o Centro de Estudos geográficos estava tomado por um grupo extremado ligado à Convergência Socialista e aos tóxicos na Unidade.³²⁹

Segundo a carta:

A diretoria está cada vez mais radicalizando as suas posições: assinam manifestos extremados juntamente com outras organizações do Grande-Rio (o Prof. Lisboa mesmo mostrou-me um), lançam seus manifestos ideológicos, pregam cartazes pela Convergência Socialista, DCE, Anistia e[...]

Neste documento dois pontos merecem destaque: o primeiro é a relação de um grupo de esquerda com o consumo de drogas na universidade, como mais um inimigo público a ser combatido, visto que o anticomunismo já não causava os mesmos efeitos de outrora; depois, que em uma esfera de maior permissividade com as ideias publicadas pela oposição, dentro da estratégia de descompressão, ainda causava espanto a alguns, o que começavam a dizer publicamente os estudantes.

³²⁸ Idem

³²⁹ Pasta 15 (02) - Correspondências receb. e bilhetes - Inst. de Geociências - Grupo extremado ligado à Convergência Socialista e aos tóxicos, apoio da prefeitura ao Cine arte UFF 68 - 78 01) Carta manuscrita 06/09/1978 Diretor Instituto de Geociências para prof. Almeno ASI.

Essa “incompreensão” de alguns setores sobre o processo de abertura controlada fazia com que esse tipo de denúncia fosse feita. Talvez, os manifestos da Convergência Socialista não estivessem proibidos por deliberação dos comandantes, não porque não foram notados, mas sim para serem cuidadosamente registrados nos assentos das ASI’s.

Ainda no mês de setembro, a ASI anotou a distribuição de um panfleto intitulado “Manifesto ao povo fluminense”³³⁰. O documento estava sendo distribuído no dia 07 de setembro, no Centro da cidade de Niterói e trazia os seguintes pontos: prisão de Marcos (preso pela polícia em São Paulo conforme Inf. 135/78/UFF) no Centro de formação de lideranças em Nova Iguaçu, fazendo greve de fome em solidariedade aos presos de São Paulo; prisão de Ronaldo Eduardo de Almeida; e o Movimento Convergência Socialista.

Na pauta do movimento estava o aumento salarial, o congelamento dos preços, direito de greve e liberdade sindical, Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, eleições livres e diretas, assembleia constituinte livre, democrática e soberana, fim do governo militar, reconstrução da UNE, reorganização da CGT, e finalmente, a construção de um Partido Socialista.

Em outubro de 1978, a organização de um ato público em favor da anistia pelo grupo não passou despercebida. O Encaminhamento 155/78³³¹ contém um panfleto do “setor estudantil” da Convergência Socialista, o Ponto de Partida. No documento, critica a forma de representação discente, a falta de liberdade de organização, de democracia em um projeto de reforma universitária, com fins exclusivamente de formação de mão-de-obra para grandes empresas e monopólios internacionais, tecnicizante e burocrática. Como grande parte dos panfletos abordava a qualidade do ensino, propunha a realização de cursos de férias valendo créditos, construção do bandeirão e do novo campus.

Além disso, reivindicava democracia interna nas instituições, com a redemocratização da universidade (um terço de representantes de cada categoria, eleições diretas para Reitor e demais cargos administrativos, assembleia da comunidade universitária como organismo máximo de decisão, autonomia universitária).

³³⁰ Pasta 20 (03) - 31) Encaminhamento 143/78 12/09/78 12/09/78 - ME Manifesto ao povo fluminense.

³³¹ Pasta 20 (03) - 27) Encaminhamento 155/78 17/10/1978 1 panfleto com 1 folha. Panfleto: SETOR ESTUDANTIL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA PONTO DE PARTIDA

Por fim, convocam os estudantes para uma assembleia na terça-feira (não se sabe qual) no Valonguinho, para decidir a participação dos estudantes nas eleições. Como palavras de ordem na conclusão do manifesto, “POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS - Pela Anistia ampla, geral e irrestrita, Por uma constituinte democrática e soberana, Por eleições livres e diretas, Pela liberdade de organização partidária”.³³²

No dia seguinte ao encaminhamento, a ASI/UFF enviou para o órgão superior a Informação 156/78³³³, segundo a qual a reunião do grupo mencionada acima, decidiu pela realização de Ato Público, em favor da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita no dia 20 de outubro de 1978, na Cinelândia - Rio de Janeiro.

Diversos grupos de esquerda participavam do movimento estudantil da UFF e muitos traziam em seus manifestos a bandeira da anistia. A seleção dos documentos referentes ao ponto de Partida teve como critério a relação das ações do grupo com os movimentos pela anistia, e a relação dos grupos estudantis com as vertentes “partidárias” especialmente no ano de 1978.

Nas eleições de 1978 o grupo Ponto de Partida teria sido vitorioso em apenas dois diretórios acadêmicos, face aos nove conquistados pelo grupo “Liberdade” (Partidão). Em balanço sobre o resultado das eleições elaborado pela ASI/UFF³³⁴ é apresentado um mapa de apuração, uma classificação conforme o grupo político dirigente da chapa vencedora, e uma análise qualitativa sobre fatos que julgavam relevantes.

Segundo o informe, o resultado das eleições por identificação política e a composição numérica dos Diretórios de esquerda foi o seguinte:

Diretórios de esquerda	13
Diretórios de centro	07
Diretórios autodenominados Independentes	02
Total	22

Tabela 2

³³² Idem

³³³ Pasta 20 (03) - 26) Informação 156/78 18/10/78 ME Assembleia convocada pelo Ponto de Partida - Convergência Socialista.

³³⁴ Pasta 20 (02) 12) Informação 108/78 - Em 29/06/78

Grupo	Organização política	Números de diretórios
Liberdade	Partidão	09
Ponto de Partida	Trotskista	02
Resistência	MR-8	01
Novo Rumo	MEP	01

Tabela 3

Nas observações complementares, informam que grupos de esquerda conseguiram obter maioria nos cursos de Nutrição, Enfermagem e Matemática, até então de Centro. É importante problematizar qual seria o critério de definição do “centro” do espectro político para os integrantes do Estado ditatorial, por essa análise não haveria grupos de direita no movimento estudantil da UFF.

Um segundo fator observado no documento, foi o fato de essas vitórias contarem com a participação de alunos recém-ingressados na universidade na composição das chapas. No curso de Arquitetura, o grupo “Liberdade” derrotou o “Ponto de Partida” com uma chapa formada exclusivamente por estudantes ingressados do segundo semestre de 1977.

O registro não foi em vão, os autores do documento apresentam uma hipótese para o ocorrido, que também pode ser interpretada como uma suspeita.

9. Analisando os fatos do item anterior, acreditamos que está havendo um movimento dirigido, de fora da universidade, visando a conquista paulatina dos DAS. A doutrinação tem sido feito nos cursinhos de vestibulares e recentemente soubemos e o fato é procedente que Júlio Cezar de Souza Tavares, aluno do Curso de História, suspenso em 1976, por Indisciplina, por tentar fazer reunião com grupos do ponto de Partida da área do grande Rio, é professor do curso GPI na Tijuca e Méier, no Rio de Janeiro.³³⁵

O último elemento selecionado sobre o ano de 1978, que nos mostra a relação entre a reorganização do movimento estudantil e a plataforma e luta pela anistia, é o “Boletim da Comissão Executiva pela realização do ENECOM”³³⁶, o Encontro Nacional dos estudantes de Comunicação, recolhido no Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS).

³³⁵ Idem

³³⁶ Pasta 20 (03) -22) Encaminhamento 134/78 27/08/1978 MOVIMENTO ESTUDANTIL (ENCONTRO PRELIMINAR DO ENECOM A SER REALIZADO EM BELO HORIZONTE MG) Cópia de panfleto recolhido no IACS.

O panfleto falava sobre a Reunião do SBPC, especificamente no quase refere a discussão sobre a necessidade de reforma dos currículos, conclamava pela necessidade de reorganização dos estudantes a nível nacional, convocando uma reunião da comissão executiva para o dia 02 de setembro em Belo Horizonte. O documento mencionava ainda, a plenária do IV Congresso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC), realizada em 27 de julho de 1978, no qual foram aprovadas as moções apresentadas pelos estudantes presentes, referentes à Anistia ampla, total e irrestrita.

Portanto, esse era o cenário político no ano de 1978, ano que praticamente encerrou o governo Geisel, e que precedeu o ano de promulgação da Lei de Anistia. Os grupos políticos de esquerda organizados e atuantes na universidade, com atuação tolerada e cuidadosamente vigiada.

4.2.5 - 1979

O último ano do nosso recorte temporal em que ocorreu a sucessão de Geisel por Figueiredo (em detrimento do “linha-dura” General Sylvio Frota) mantendo Golbery do Couto e Silva como Chefe da Casa Civil, foi promulgada a Lei de Anistia e aprovada a lei que significaria o retorno ao pluripartidarismo. Em 1979 ocorreu em Salvador o primeiro Congresso da UNE após o seu fechamento pelo governo, configurando o congresso da reconstrução.

Na UFF, pelo que se pode denotar dos documentos daquele ano, destacamos uma possível extinção das ASI's com a anistia, a realização do Congresso da UNE em Salvador, as teses apresentadas pelas chapas ao congresso, a eventual reintegração de punidos pelos atos de exceção após a anistia, o balanço das eleições para diretórios estudantis na UFF e uma resolução do PCB para o movimento universitário.

Ainda que não haja relação direta com o movimento estudantil e com a luta pela anistia, vale destacar um ofício recebido pela ASI/UFF em 22 de outubro de 1979³³⁷, segundo o qual um novo Plano Setorial de Informações (PSI) seria encaminhado aos órgãos que

³³⁷ Pasta 04 (09) - Ofício Circular Recebido - Informações sobre servidores, movimento estudantil e ASI - 1979
09) Ofício 037/DSI/MEC 22/10/79 Ao Reitor

tivessem ASI's e deveria ser solicitada ao ASI/DR-3. Havia boatos que a ASI fosse extinta com a Anistia, fato que não ocorreu.

Outro questionamento suscitado após a promulgação da Anistia foi feito em setembro, por meio do Pedido de Busca³³⁸ em que solicitava informações sobre demissões e reintegração de punidos pela “revolução”.

O documento advertia que “inúmeros anistiados renovam suas intenções de continuar nas lutas, assim persiste sua periculosidade e devem ser acompanhados, particularmente os envolvidos na luta armada”³³⁹.

Nas respostas fornecidas pela ASI/UFF foram informados que não houve demissões na área da UFF, nem tampouco indivíduos readmitidos³⁴⁰.

Um evento relevante para o movimento estudantil e corrobora com a hipótese de reorganização do ME naquela época, foi o Congresso da UNE em Salvador. Nos arquivos há muito material sobre a reorganização da UNE e sobre o Movimento estudantil. Por ora, destacamos um Ofício Circular³⁴¹ segundo o qual estaria previsto para os dias 28,29 e 30 de maio de 1979, a realização do congresso de reorganização da UNE em Salvador. Considerando a posição contrária do Ministério à estruturação de representações ou associações que transcendem o âmbito da instituição (Portaria 25 de 17/01/68 e Aviso reservado 873, de 31/07/1973) o documento recomendava que se evitasse criar facilidades a alunos e representantes que pretendessem comparecer, e que fossem evitados encontros ou reuniões preparatórias ou de captação de recursos.

Na conclusão, o Secretário de Ensino Superior do MEC, o Sr. Guilherme Marcos de La Penha, endossa o discurso da abertura de permitir a liberdade de organização e manifestação, porém controlada devido ao risco de influências externas.

Reconheço a delicadeza do assunto, dado que o Governo se propõe ao diálogo e à promoção de maiores liberdades, mas é preciso salientar a

³³⁸ Pasta 04 (10) - Pedidos de Busca Recebidos - Reintegração dos Punidos pela Resolução - 1979 14) PB 035/116/arj/79 13/09/79 Reintegração dos punidos pela revolução.

³³⁹ Idem

³⁴⁰ Pasta 04 (10) Informação 108/79 - em 25/09/79 “Não houve na área da UFF, demissões.” PB 014/116/arj/79 08/03/79. Demissões e admissões na UFF. Inf. 43/79 Os nominados não foram readmitidos.

³⁴¹ Pasta 04 (09) 10) Ofício Circ. 30/79/GAB/SESu Em 10 de maio de 1979.

posição deste ministério, além do que há interferência de interesses políticos, alheios à comunidade estudantil.³⁴²

Apesar de evitarem criar facilidades, o evento não foi proibido. Na universidade, há pedidos de informações sobre divulgação do evento e eleição de delegados, além disso, há uma série de documentos recolhidos referentes às teses a serem discutidas pelos grupos no congresso.

As propostas de teses para a UNE e para a UEE forma reunidas na Pasta 07 (10) do arquivo. No Encaminhamento 76/79³⁴³, foi anexado um panfleto com nove páginas, recolhido na UFF, porém oriundo dos estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o jornal “ULTIMA HORA”, datado de 28 de maio de 1979, com o título “Estudantes vão para a Bahia e dizem que a UNE é legal. Congresso pró-UNE em Salvador, 1979”.

No que tange a anistia, o documento assinado pelo “DCE-Livre Rural Gestão Organizando” a classifica como o direito de lutar e menciona vários CBA’s e MPA’s.

Repúdio as investidas da ditadura sobre o movimento popular. Os movimentos pela anistia vão sendo criados nos diversos setores do movimento popular. O governo investe em uma anistia parcial. Punição aos torturadores e desmantelamento dos órgãos como o DOI-CODI, CENIMAR, CISA. Estamos reabrindo a UNE com o propósito de lutar pelas lideranças presas e exiladas. Estudantes, intelectuais, operários, camponeses. Na luta pela reorganização a bandeira da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita está erguida bem alto. Não basta uma anistia restrita.

Propomos: “Campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; atividades por escolas (debates, filmes..); organização de núcleos pró-anistia nas escolas, conforme as resoluções do Congresso Nacional pela Anistia; manifesto nacional pela anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos exigindo o desmantelamento do aparelho repressivo, a punição aos torturadores, além da denuncia do regime; gestões da UNE junto no MDB para a constituição da CPI das torturas; livros negros (listas o levantamento nas Universidades, de todos os estudantes, professores, funcionários atingidos pela repressão.³⁴⁴

Portanto, o Congresso da UNE, além de constituir um marco histórico na reconstrução da entidade e na reorganização do movimento estudantil, trazia um rico debate sobre a política nacional e mundial, tendo em vista o tempo em que os debates públicos ficaram na ilegalidade. Os estudantes, identificando-se no bloco histórico dos movimentos

³⁴² Idem

³⁴³ Pasta 07 (10) - Propostas de Teses a UNE e UEE 1979 23) Encaminhamento 76/79 23/05/79 UNE e UEE Boletim com 9 fls. Anexo recolhido nessa universidade oriundo da UFRRJ.

³⁴⁴ Idem

populares, trazia um conjunto de reivindicações que podem ser considerados bandeiras da esquerda.

No início do ano de 1979, em fevereiro, a ASI recolheu uma “Resolução para atuação no movimento universitário. - PCB São Paulo, fevereiro de 1979”³⁴⁵, com extensa análise de conjuntura e conteúdo programático. O introito da resolução trata da situação política nacional, segundo a qual haveria uma perda de apoio de setores que apoiaram o golpe em 1964, mas que poderiam aderir a luta contra a ditadura fascista. “Para a classe operária a luta democrática é mais que uma questão tática, é uma questão estratégica, na medida em que entendemos o processo democrático como parte da luta pela construção do socialismo no Brasil”.³⁴⁶

Nessa linha, a atuação no MDB seria uma forma de buscar a unidade nas lutas pela democratização, com a necessidade de “encampar” os trabalhadores do campo e os operários. O documento acusa a nomeação de Delfim Neto para o Ministério da Fazenda como um fator de modernização do capitalismo no campo, com a concentração da terra e deslocamento da população para os centros urbanos. Por fim, pregam pela construção de uma democracia de massas, em que se pudessem ser incorporados novos grupos e camadas sociais no processo político.

No contexto político internacional, ressaltam a mudança de tática do “imperialismo norte-americano”, e criticam o alinhamento de Pequim com os norte-americanos.

O documento traça uma longa análise sobre o campo universitário, falando sobre a importância das entidades de representação, do sistema educacional para a dominação burguesa, e ligado a isso o projeto de modernização universitária neoliberal. O papel do partido na universidade seria a busca por construir um movimento de massas³⁴⁷, e formar um “Bloco democrático” (contra a formação de tendências) e para isso estabeleceu uma série de itens³⁴⁸.

³⁴⁵ Pasta 18 (07) - 14) PCB São Paulo fevereiro de 1979. Resolução para atuação no m.u.

³⁴⁶ Idem

³⁴⁷ A parte que relata as relações do partido com a Igreja para formar um movimento de massas está sublinhado a lápis no documento.

³⁴⁸ “a) Reforçar a organização do partido. Forte e numeroso, divulgação a simpatizantes e democratas em geral. b) Disciplina dos militantes. Romper as barreiras pequeno-burguesas, arraigada na maioria de nós, próprias de nossa origem de classe, assimilando a disciplina inerente à classe operária.[...] d) o recrutamento. e) Reativação

Finalmente, na relação entre o “m.u.” e a sociedade, acrítica ao projeto de anistia a ser imposto pelo governo poucos meses depois.

a) Luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: o regime vem tentando propagandear a anistia parcial e restrita, alegando que os “terroristas” devem responder pelos atos que cometeram. Sabemos que estas medidas visam atingir também nosso partido, militares afastados após o golpe de 64, a outros setores. Para a classe operária é fundamental a conquista da anistia ampla, geral e irrestrita, que garanta a volta dos exilados, e propicie a legalização de todos os partidos.³⁴⁹

A necessidade de uma Anistia ampla, geral e irrestrita era clara nas análises, e vinha seguida de reivindicações por eleições diretas, livre formação de partidos e por uma Assembleia Constituinte. A volta do pluripartidarismo veio como forma de enfraquecer o MDB nas eleições em 1982, o que era pontuado no documento.

c) Unidade do movimento oposicionista. É fundamental para a derrubada da ditadura fascista a unificação de todos os setores descontentes com esse regime. Sendo assim somos contra a criação do PT (a lápis) e outros que incentivem divisões no movimento operário por parte do regime, que se utiliza de lideranças operárias para efetivar estas manobras.

d) Ampliar a participação e fortalecimento do MDB a partir das bases.

Conforme visto, o ano de 1979 pode ser considerado o fim de um ciclo (para fins didáticos), de um longo processo complexo, composto por vários momentos. O período compreendido entre 1975 e 1979 no que tange ao movimento estudantil, apesar de não cessarem as graves violações aos direitos humanos, teve vários momentos de expressão de ideias, retomou sua organização na esfera pública, os grupos de esquerda que o compunham tomaram posição durante a transição e denunciaram todas as estratégias dos grupos hegemônicos.

Assim como nos anos anteriores, a assessoria elaborou um balanço do resultado das eleições para os diretórios da UFF identificando, sobretudo os grupos de esquerda e suas filiações “partidárias”. Desta feita, o documento apresentou uma complexidade menor dos dados.³⁵⁰

do jornal do setor estudantil (a lápis “o berro etc”). PERSPECTIVA, para difusão da linha política do nosso partido. Temas variados, formação dos militantes e aperfeiçoamento da linha política. f) luta intransigente contra a política de grupismo. Crítica ao aparelhamento das entidades.” Idem

³⁴⁹ Idem

³⁵⁰ Situação - 2; GL (2 setores) Reconstrução e Levanta Poeira - 9; PP (Novação) Convergência - 6; (Sem definição) - 1; R (Resistência e Levanta poeira) - 1; Não concorreram: História e Ciências sociais, Economia e Arquitetura - 3 Total - 22 Pasta 20 (01) - 12) ELEIÇÕES DAS UFF 79

4.3 - O Movimento Estudantil da UFF na luta pela anistia

O tamanho do acervo e a quantidade de informações coletadas durante o período de funcionamento da ASI na universidade demonstra como foi agitada a vida política dos estudantes, e como o movimento estudantil era fator de preocupação para os órgãos de inteligência (não era o único). O arquivo reúne um conjunto de fichas de informações sobre pessoas, e documentos de entidades e partidos apreendidos, algumas vezes acompanhados de comentários.

Na verdade, todo documento apreendido deveria ser encaminhado com informações de onde foi encontrado e em que condições. Porém, devido à reorganização do arquivo em 2001, muitos desses documentos foram colocados em diferentes pastas.

A reorganização do movimento estudantil, com destaque para a luta por liberdade de organização, eleições diretas para os diretórios centrais, e a reconstrução de sua entidade nacional, a UNE, foram percebidos amplamente nos registros da ASI. Há uma grande quantidade de periódicos, manifestos, materiais de campanhas eleitorais, que ajudam a compreender o perfil do movimento no período estudado.

A manifestação por uma Anistia ampla, geral e irrestrita era constante nos documentos pesquisados, e vista por muitos como um primeiro passo para a liberdade de presos, o retorno de exilados, a reorganização partidária e conseqüentemente, a construção de uma nova realidade constitucional pela convocação de uma assembleia. Ainda no ano de 1975 a universidade teve a presença de Therezinha Zerbini e Heloneida Studart dentre outros, para discutir anistia e direitos humanos com os alunos.

Quanto aos estudantes da UFF, foi verificada a participação em atividades do Comitê Primeiro de Maio pela Anistia, por uma série de panfletos e convocatórias de reuniões recolhidas enquanto eram distribuídas na “área desta universidade”.

A outra entidade que apareceu com frequência associada aos movimentos pela anistia, era o MDB do município de Niterói e membros do partido de outros lugares.

O movimento estudantil da UFF, nas manifestações por anistia pesquisadas, trazia um duplo viés, como foi debatido na primeira parte do trabalho. O primeiro de denúncia às violações e defesa das vítimas, e o segundo, uma “dimensão instituinte” associando a anistia, com a garantia pelo estado das chamadas liberdades democráticas que culminassem em uma Assembleia Constituinte.

Conclusão

O trabalho abordou a luta pela anistia no movimento estudantil da UFF entre 1975 e 1979 em um cenário de transição para a democracia no Brasil, a partir dos arquivos da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da universidade, reunidos na Seção de Arquivo Permanente.

A primeira parte correspondeu a uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, nas áreas da História, da Ciência Política e do Direito. A segunda parte incidiu diretamente sobre o acervo, por meio de análise qualitativa dos documentos, destacando o material sobre o tema.

A investigação se desenvolve no campo da Teoria e História do Direito Constitucional considerando a chamada abertura política como período crucial para a chegada ao novo Estado constitucional. Nas pesquisas bibliográfica e documental foi possível verificar

a notoriedade da luta pela anistia, e a referência ao Movimento Feminino pela Anistia e aos Comitês Brasileiros pela Anistia.

O recorte temporal se mostrou pertinente, indicando uma coerência entre a bibliografia e os documentos consultados. O período apresentou um quadro de reorganização dos movimentos populares, e a formação de uma coalizão pela anistia ampla, geral e irrestrita em 1975.

Desta forma, nosso percurso se iniciou com os conceitos de transição para a democracia e os principais dilemas enfrentados no plano teórico face aos casos concretos. Nesta parte, destacamos as teorias da transição, que tratam de câmbios de formas políticas estatais, dialogando com fatos e sujeitos do mundo real.

Nesse sentido, cabe salientar a influência no Brasil de pesquisadores como Guillermo O'Donnell, Philippe C. Schmitter e Samuel Huntington. Os dois primeiros realizaram estudos comparatistas com casos de democratização de Estados autoritários na segunda metade do século XX, o terceiro desenvolveu a classificação das ondas de democracia, todos buscando padrões comuns nesses processos políticos e sociais. Huntington ainda exerceu influência no planejamento da estratégia de descompressão política.

Um dos dilemas abordado pelos autores é quanto à legitimação dos regimes autoritários e a transição construída por meio de acordos políticos entre elites dirigentes. Por isso, a associação entre a luta pela anistia e o movimento estudantil pode corresponder a uma “ressurreição” da sociedade civil, tolerada e ao mesmo tempo vigiada pelo regime, que, no entanto apresentavam versões sobre a transição destoantes das vozes oficiais.

A Transição considerada abstratamente e os dilemas apontados nos estudos de referência, em grande medida traçaram um quadro comparativo, e a partir da identificação dos casos concretos, lançaram seus conceitos e parâmetros de análise. Por isso nosso trabalho contextualizou o caso brasileiro, para situarmos a pesquisa.

Sobre as peculiaridades do caso brasileiro, ressaltamos dentre outros fatores, os vetores de modernização econômica, acompanhado de uma abertura política restrita, a construção de um consenso entre elites, e a transição operada “por cima” sem que ampliação da esfera pública da política que atrapalhassem as pretensões da ditadura e sua base social de

sustentação. A abertura gradual, sempre trazia a advertência que seria garantida a segurança e o (ou para o) desenvolvimento econômico.

Um elemento importante para o caso foi a estratégia de “Descompressão” Política, na qual se disponibilizavam alguns mecanismos legais de participação política, que no entanto, tinham como finalidade a restrição das margens de atuação política. As regras eleitorais foram montadas em abril de 1977, diante da ameaça de derrota nas urnas no pouco espaço permitido pelo Poder Executivo. Por outro lado, em setores do empresariado e das mídias havia receio sobre a condução do processo pelas Forças Armadas, e a situação econômica indicava a não duração do regime.

Nas universidades não foi diferente. Primeiramente, os vários projetos de modernização existentes e que disputaram o modelo de reforma realizada. Em um lado, um projeto de esquerda, por uma educação pública e voltada para a formação da sociedade, e os projetos da direita, que por um lado tinham uma versão nacionalista, a favor da educação pública para o desenvolvimento, e a outra de caráter liberal, privatista, e também voltado para o desenvolvimento econômico.

No que tange a comunidade acadêmica, a universidade sofreu uma série de intervenções violentas e não violentas, foi alvo de estrito controle, inclusive com a instalação das ASI's e das funções atribuídas à DSI/MEC. O movimento estudantil teve suas entidades proibidas e fechadas por longo tempo. Durante algum tempo, não existia uma entidade nacional dos estudantes, e os diretórios acadêmicos eram regidos por lei federal.

Na segunda metade dos anos 1970, no contexto de distensão política, o movimento estudantil se reorganiza na esfera pública e retomam a construção de sua entidade nacional, a UNE. No mesmo período, o movimento pela anistia começa a se organizar com Therezinha Zerbini e a formação do MFPA, e posteriormente a formação dos CBA's.

A luta pela anistia, como vimos, possuiu uma dimensão instituinte, formando uma coalizão de centro-esquerda e liberais, pela democratização do país como um todo. A outra dimensão destacada foi o papel de denúncia das violações sistemáticas aos direitos humanos, e na defesa dos direitos das vítimas do regime.

A Lei de Anistia (6.683/79) promulgada em agosto de 1979 foi parte do projeto de distensão lenta, gradual e conservadora dos grupos dominantes, segundo a qual nem todos os

perseguidos seriam enquadrados, e por outro lado, os agentes do Estado e seus colaboradores foram enquadrados previa e incondicionalmente, fato que até hoje gera comoção social.

Os arquivos da ASI/UFF pesquisados possuem muitas informações sobre o período. Os documentos selecionados para a pesquisa foram os referentes ao movimento estudantil, produzidos entre 1975 e 1979 que trouxessem reivindicações e análises sobre a anistia.

Nesse sentido, foram encontradas referências em muitos periódicos de cursos e diretórios, em materiais de campanha das eleições de representação discente e informações trocadas entre órgãos de inteligência. Além de material escrito, alguns eventos foram relacionados á luta por anistia, como a Semana da Mulher e a Semana dos Direitos Humanos. As atividades do Comitê Primeiro de Maio pela Anistia e do MDB também eram constantemente vigiadas e compunham parte essencial do movimento no Grande Rio.

Os diretórios acadêmicos do movimento estudantil na UFF eram compostos e dirigidos predominantemente por correntes políticas de esquerda, conforme percebido nos balanços dos resultados de eleições e pelo volume de material produzido, e ainda apresentavam uma análise crítica da transição em curso naquele momento, e divergiam entre si quanto às estratégias de organização. Na pauta, em geral tratavam questões internas da universidade como a qualidade do ensino, das instalações físicas, do conteúdo dos currículos, da disponibilidade de horários, assistência estudantil e a elitização no acesso.

Um fator importante associado ao conteúdo dos currículos e a precarização da universidade foi a manifestação dos estudantes contra os projetos de privatização da universidade, que incluíam também medias como cobrança de anuidades, que começavam como valores simbólicos e sofriam aumentos significativos a cada ano, e a criação de cursos pagos.

Em questões intermediárias, que envolviam a vida acadêmica juntamente com a política, os alunos demandavam por liberdade de organização, visto que na época a UNE era considerada ilegal, e os diretórios eram organizados na forma da Lei Suplicy de Lacerda, além dos demais decretos e leis que serviam como argumentos para diversos atos autoritários. Desta forma, os estudantes estavam em processo de reconstrução de suas entidades livres das restrições impostas desde 1968. Ainda, reivindicavam liberdade de manifestação e de expressão, embora fosse um período de abertura, havia estrita censura, vigilância, repressão

ilegal, prisões arbitrárias, assassinatos dentre outros crimes cometidos no decorrer das atividades de controle político.

As questões gerais, que envolviam toda a sociedade e principalmente o cenário nacional de anseios por redemocratização, estavam na ordem do dia as liberdades democráticas, as garantias fundamentais dos presos e perseguidos, a liberdade de organização partidária, eleições diretas para Presidente da República, fim da censura e demais pontos de pauta, que culminavam em uma Assembleia Constituinte, que deveria ser eleita diretamente pelo voto popular, e que assim abarcasse essas e outras reivindicações como a igualdade social, os direitos dos trabalhadores, a reforma agrária, a erradicação da fome, erradicação do analfabetismo etc.

Os fatos relatados e a pauta do movimento estudantil se transformam aos poucos, no decorrer do tempo. Em 1975 os documentos ainda mostravam a consternação dos militantes, diante da simultaneidade entre as promessas de abertura e a manutenção de toda estrutura repressiva, atuando a pleno vapor. Neste ano, a Reitoria da UFF permite a realização da Semana de Debate sobre a Mulher, devido ao apoio da ONU, e articula a repressão à Semana dos Direitos Humanos, que além de pedir pela anistia, denunciavam as violações e reiteravam o reconhecimento internacional pelos direitos sistematicamente violados.

Além disso, o evento contaria com a presença de pessoas com destaque na luta pela democracia, como intelectuais e artistas.

Nos anos seguintes, os documentos mantinham a linha de denúncias, mas começavam a expandir suas análises de conjuntura. No decorrer do tempo, a questão da anistia passou a ser trabalhada de maneira mais detalhada, denunciando os projetos de anistia restrita e em benefício de membros do regime. Além disso, o que em 1975 se restringia a presença de notórios militantes em eventos, nos anos que se seguiram, os encaminhamentos e pedidos de busca continham informações sobre a organização dos estudantes no Comitê Primeiro de Maio, no MDB, na rearticulação para a criação da UNE, assembleia pela Anistia e Constituinte na ABI, e em reuniões com estudantes do Grande-Rio em diversas universidades.

Assim, dentro do conjunto de forças presentes no tabuleiro da transição, movimento estudantil da UFF compunha o bloco histórico de centro-esquerda, que agrupava setores da esquerda até então proscritos da esfera pública, liberais e setores médios. Apesar da

leitura crítica e de denunciar todos os estratagemas governamentais para garantir a continuidade na transição, modernizando com restrição a esfera política, e no âmbito econômico, indicando a vitória do projeto neoliberal.

O ciclo autoritário iniciado em 1964, além de reprimir violentamente as ameaças ao projeto de modernização econômica, como a forte estrutura sindical, e de outros setores como os camponeses e estudantes, que pressionavam pelas reformas de base, também investiu em infraestrutura e no desenvolvimento econômico nacional. Talvez esse não fosse um ponto de consenso dentre as forças que compunham o governo, especialmente no meio dos militares, mas após vultosos investimentos do Estado (que contribuíram para o endividamento) a iniciativa privada passaria a gerir muitas das atividades até então atribuídas exclusivamente ao poder público.

Portanto, o Movimento Estudantil, especificamente na UFF, foi parte de um bloco histórico formado por liberais, democratas e a esquerda, que vislumbrava a possibilidade de exercer hegemonia na transição do regime autoritário de 1964 para a democracia, reivindicando liberdades políticas que ensejassem a reconstrução da esfera pública. Dessa forma, questionando a transição, que encerrava um ciclo autoritário que havia cumprido sua tarefa, de modernização da economia capitalista, sem que, no entanto tivesse se desenvolvido em bases democráticas na sociedade.

Essa hipótese pode ser considerada parcialmente verdadeira, no que diz respeito ao perfil dos membros e a formação do bloco histórico. Em sentido contrário, não se pode afirmar que essa pauta se tornou hegemônica na sociedade e na política durante o período de transição. Cabe ressaltar ainda, que setores considerados democratas e liberais (supostamente arrependidos de apoiar o golpe em 1964) dialogavam com as forças progressistas, com os movimentos sociais, e ao mesmo tempo correspondiam aos setores moderados da oposição, com os quais o governo buscava compor acordos.

Essa é uma modesta contribuição para que a história recente do país seja objeto de análise e debate, especialmente em se tratando do Direito Constitucional, buscar nos processos de luta e transformação do Estado constitucional os fundamentos para a compreensão da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. O sistema brasileiro de reparação aos anistiados políticos: contextualização histórica, conformação normativa e aplicação crítica. REVISTA OAB/RJ – Volume 25, Número 2 – Julho a Dezembro de 2009 - Rio de Janeiro

AMBOS, Kai. EL MARCO JURÍDICO DE LA JUSTICIA DE TRANSICIÓN in Justicia de transición: informes de América Latina, Alemania, Italia y España. AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel e ELSNER, Gisela (Orgs). Justicia de transición: informes de América Latina, Alemania, Italia y España. Montevideo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2009.

ARTHUR, P. (2011) Como as ‘transições’ reconfiguraram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição, Em: REÁTEGUI, Félix. Justiça de transição: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, p. 73 - 135.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. in BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BIANCHI, Álvaro. O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 402 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - - rev. e atual. - - Brasília : SDH/PR, 2010

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CASTRO, Michele Corrêa de. Os renovadores “gramscianos”: o diálogo com Antonio Gramsci para a compreensão da realidade brasileira, a batalha das ideias no partido e a formação da revista Presença – Dissertação – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2013, 195 f.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004

GASPARI, Elio A ditadura derrotada. O sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Cia. das Letras 2003

GOMEZ, Jose Maria - Justiça transicional, humanitarismo compassivo e ordem global liberal pós-guerra fria. In: Bethânia Assys; Carolina de Campos Melo; João Ricardo Dornelles; José María Gómez. (Org.). Direitos Humanos: Justiça, Verdade e Memória. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2012, v. 1, p.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2 (2001)

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol 3 (2000)

GRECO, Heloísa Amelia. Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia. 2003. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

GUSTIN, Miracy B. S.; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)Pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 2ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2006

LEMOS, Renato . A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. Revista Tempos Históricos, v. 18, 2015. p. 559-590.

LEMOS, Renato . Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. Marx e o marxismo, v. 2, p. 111-138, 2014.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. Topoi, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, n.5, set.2002, p.305-332

LUZ, V. C. ; SANTANA, L. C. P. . A Lei de Anistia (6.683/79) no contexto da transição Democrática e sua Interpretação Histórica pelo Supremo Tribunal Federal (ADPF 153).. In: Iranice Gonçalves Muniz; Edjane Esmerina Dias da Silva. (Org.). Memória, verdade e justiça de transição. 1ed. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. , p. 69-89.

LUZ, Vladimir de Carvalho, Assessoria jurídica popular no Brasil: paradigmas, formação histórica e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, Carlos Nelson et alli(Orgs.). O Manifesto Comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 07-41.

MEZZARROBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro./ Glenda Mezzaroba. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo 2003.

MOTTA, R. P. S. . Os olhos do Regime Militar nos campi. As Assessorias de Segurança e Informações das Universidades. Topoi (Rio de Janeiro) , v. 9, p. 30-67, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá . As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. v. 1. 429p .

MÜLLER, Angélica. A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NACIONES UNIDAS. Informe del Secretario General. El Estado de derecho y la justicia de transición en las sociedades que sufren o han sufrido conflictos. Doc. S/2004/616, 3 de agosto de 2004.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder e o Socialismo. RJ, Graal. x

RIBEIRO, Denise Felipe. A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia / Denise Felipe Ribeiro. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense – 2012.

SANTANA, Leonardo Campos Paulistano de. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO BRASIL E A INTERPRETAÇÃO DA LEI DE ANISTIA (6.683/79), Trabalho de Conclusão de curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Público. Faculdade de Direito da Universidade Candido Mendes 2013

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Poder & política. Crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização. In: STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 27-81.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Arguição de descumprimento de preceito fundamental n. 153-DF. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Arguidos:

Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Ministro Luiz Fux. 29 de abril de 2010.

TEITEL, R. (2011) Genealogia da Justiça Transicional. Em: REÁTEGUI, Félix. Justiça de transição: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, p. 135-171.

WERNECK VIANNA, Luíz. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WERNECK VIANNA, Luiz. A transição: da Constituinte à sucessão presidencial – Rio de Janeiro: Revan, 1989

WERNECK VIANNA, Luiz. Judiciário, Constituição e Democracia no Brasil in Revista da Escola da Magistratura Regional Federal / Escola da Magistratura Regional Federal, Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Cadernos Temáticos - Justiça Constitucional no Brasil: Política e Direito Rio de Janeiro: EMARF - TRF 2ª Região / RJ 2010 - edição de dezembro de 2010

WERNECK VIANNA, Luiz. Travessia: Da Abertura à Constituinte de 1986. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.

LISTA DE DOCUMENTOS

Pasta 01 (10) Diretório Central dos Estudantes Doc. 35)

Pasta 01 (10) Processo Administrativo 13736/75 de 22 de setembro de 1975 DCE “Programa referente à Semana de debates de 29 de setembro a 3 de outubro de 1975.”

Pasta 01 (11) - 44) JornalEco Ano I nº 1 Setembro/77.

Pasta 01 (11) - 51) e Pasta 20 (04) - 34) Carta aberta a população Aprovada em ato público na PUC/SP em 10 de maio de 1977

Pasta 01 (11) - 52) “Convocação - A constituinte e novos partidos.”

Pasta 01 (11) - Periódicos de Diretórios Acadêmicos 76-77 43) ECOS nº 9 nov.76 ICHF.UFF

Pasta 01 (11) - Periódicos de Diretórios Acadêmicos 76-77 54) Semana de Direitos Humanos. Novembro/1975 UFRJ, FEFIEG, PUC. Local DCE UFF.

Pasta 02 (16) - Regimento Interno da AESI

Pasta 03 (01) - 02) DCE Chapa Liberdade (panfleto) 1977

Pasta 03 (01) - 02) DCE Chapa Liberdade (panfleto) 1977

Pasta 03 (01) - 03) ECOS n 10 - março de 1977

Pasta 03 (01) - 04) Chapa Ponto de Partida para o DA de Economia e Administração. s/d 1977

Pasta 03 (01) - 05) Viramundo s/d 1977

Pasta 03 (05) - Eleições - Análise preliminar 1977

Pasta 04 (09) - Ofício Circular Recebido - Informações sobre servidores, movimento estudantil e ASI - 1979 09) Ofício 037/DSI/MEC 22/10/79

Pasta 04 (09) 10) Ofício Circ. 30/79/GAB/SESu Em 10 de maio de 1979

Pasta 04 (10) - Pedidos de Busca Recebidos - Reintegração dos Punidos pela Resolução - 1979 14) PB 035/116/arj/79 13/09/79 Reintegração dos punidos pela revolução.

Pasta 04 (10) Informação 108/79 - em 25/09/79 “Não houve na área da UFF, demissões.” PB 014/116/arj/79 08/03/79.

Pasta 07 (01) - 04) PB 781 14/03/1977

Pasta 07 (02) - (07) Inf. 120/77 - 08/11/77

Pasta 07 (02) - 08) Inf. 112/77 24/10/77

Pasta 07 (02) - 08) Inf. 113/77 25/10/77

Pasta 07 (02) - 08) Inf. 114/77 01/11/77

Pasta 07 (10) - Propostas de Teses a UNE e UEE 1979 23) Encaminhamento 76/79 23/05/79 UNE e UEE Boletim com 9 fls.

Pasta 09 (06) - Pedido de busca (receb. ARSI/RJ/DSI/MEC) - 01) PB 2260 09/10/1975 Semana de debates sobre a mulher.

Pasta 10 (01) - 02) Informação 58/75 16/10/1975

Pasta 10 (01) - 02) Informação 58/75 16/10/1975 PB 2.260/ARSI/RJ/DSI/MEC/1975

Pasta 12 (11) - Of. exp. - Saúde Escolar e estudo sobre a “Cannabis Sativa”- 1976

Pasta 14 (02) - 02) Cartazes SDH 75 - “Eis a causa da invasão da UFF.” 4361 “UFF, UFRJ, UERJ, FEFIEG” 3.nov.75 DCE UFF

Pasta 14 (02) - 02) “Semana dos direitos humanos” Serviço público Federal, encaminhado a reitorias de outras instituições do Grande Rio.

Pasta 14 (02) - 03) ALTERNATIVA Diretório Acadêmico Raimundo Soares Ano I, n 2 setembro/1975 ; Pasta 14 (03) - 10) De repente, olha nós de novo. Jornal dos alunos de engenharia da UFF Diretório Acadêmico Octávio Catanhede Ano I n3 Novembro 1975; Pasta 14 (03) - 19) Movimento DCE ano I n. 2 outubro/1975; Pasta 21 (09) - 07) Não agiu dançou. Ano II, n.8 novembro de 1976

Pasta 14 (02) - 05) Carta aberta sobre a Semana dos Direitos Humanos

Pasta 14 (02) - Jornais de Diretórios Acadêmicos / “Semana de Direitos Humanos” - 1975 03) ALTERNATIVA D.A.R.S Ano I, n 2 setembro de 1975

Pasta 14 (03) - 08) Of. GR n694/75 03/11/75 Para a presidente do DCE.

Pasta 14 (03) 09) GERAL Jornal dos alunos da ECO-UFF (1975

Pasta 14 (03) 10) De repente, olha nós de novo. Jornal dos alunos de engenharia da UFF DAOC Ano I n3 Novembro 1975.

Pasta 14 (03) 18) Semana de Direitos Humanos novembro/1975 UFRJ, FEFIEG, PUC, UFF.

Pasta 15 (02) - Correspondências receb. e bilhetes - Inst. de Geociências - Grupo extremado ligado à Convergência Socialista e aos tóxicos, apoio da prefeitura ao Cine arte UFF 68 - 78
01) Carta manuscrita 06/09/1978 Diretor Instituto de Geociências para prof. Almeno ASI.

Pasta 16 (01) a (06)- 01) FOCA Comunicação UFF Novembro 76 n ¾

Pasta 16 (01) a (06)- 03) Perspectiva Extra “Racha na chapa Alternativa do DARS ICHF.”

Pasta 16 (01) a (06)- 17) Convocação. São Paulo março de 1976.

Pasta 16 (07) - 21) Convocatória DA Comunicação

Pasta 16 (08) 26) Chapa Liberdade. 1976

Pasta 18 (04) - 02) Informação 052/SICI/1/DSI/MEC/76 31/05/76 Assunto: Movimento Estudantil no país. Difusão: ASI/UFF (Para conhecimento do Reitor)

Pasta 18 (04) - 04) DSI MEC Informação 040 10 de maio de 1976. Movimento estudantil no país.

Pasta 18 (07) - 14) PCB São Paulo fevereiro de 1979.

Pasta 20 (01) - 01) Pedido de Busca PB 4423/ASI/DR-3/MEC/1978 Em 15/12/1978.

Pasta 20 (01) - 12) ELEIÇÕES DAS UFF 79

Pasta 20 (01) - 08) PB 755/ASI/DR-3/MEC/1978 Em 23.02.78 Assunto: LDB CARLOS AGUIAR DE MEDEIROS Difusão ASI UFF. referência Inf. 30/78, de 13.02.78 da ASI UFF. Informação 30/78- Em 13.2.78; Informe n 46/78 - Em 14.3.78

Pasta 20 (02) 19) Encaminhamento 49/78 14/03/781

Pasta 20 (02) - Informação 108/1978 Eleições da UFF

Pasta 20 (02) 12) Informação 108/78 - Em 29/06/78

Pasta 20 (02) 20) Informação 46/78 - 13/03/1978 ME

Pasta 20 (03) - 26) Informação 156/78 18/10/78 ME

Pasta 20 (03) - 27) Encaminhamento 155/78 17/10/1978 1 panfleto com 1 folha. Panfleto: SETOR ESTUDANTIL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA PONTO DE PARTIDA

Pasta 20 (03) - 31) Encaminhamento 143/78 12/09/78 12/09/78

Pasta 20 (03) -22) Encaminhamento 134/78 27/08/1978

Pasta 20 (04) - 31) DCE Carta Programa Chapa Ponto de Partida. 1977

Pasta 20 (04) - Jornais e publicações do DCE 1983-1989 29) Boletim DCE Ano I - n 4 - Julho/77

Pasta 20 Documento 21). PONTO DE PARTIDA

Pasta 22 (07) - Ofícios receb. Convite, Relações de Cursos e de Alunos, Carta aberta contra a Ditadura - 1971-75 04) “DEFENDER OS PRESOS POLÍTICOS E DENUNCIAR OS CRIMES DA DITADURA”

Pasta 23 (07) - 04) Semana da Cultura. 18 a 27 de maio.

Pasta 25 (02) - 08) Nota Convocatória 14/03/1978 Comitê Primeiro de Maio pela Anistia

Pasta 25 (03) - Jornais, periódicos - livros Comunidade Europeia e a questão agrária, sequestro e terrorismo, charges, Lenin. 77-83 12) Boca no trombone Ano 2 n. 3 Novembro 1977

ANEXOS

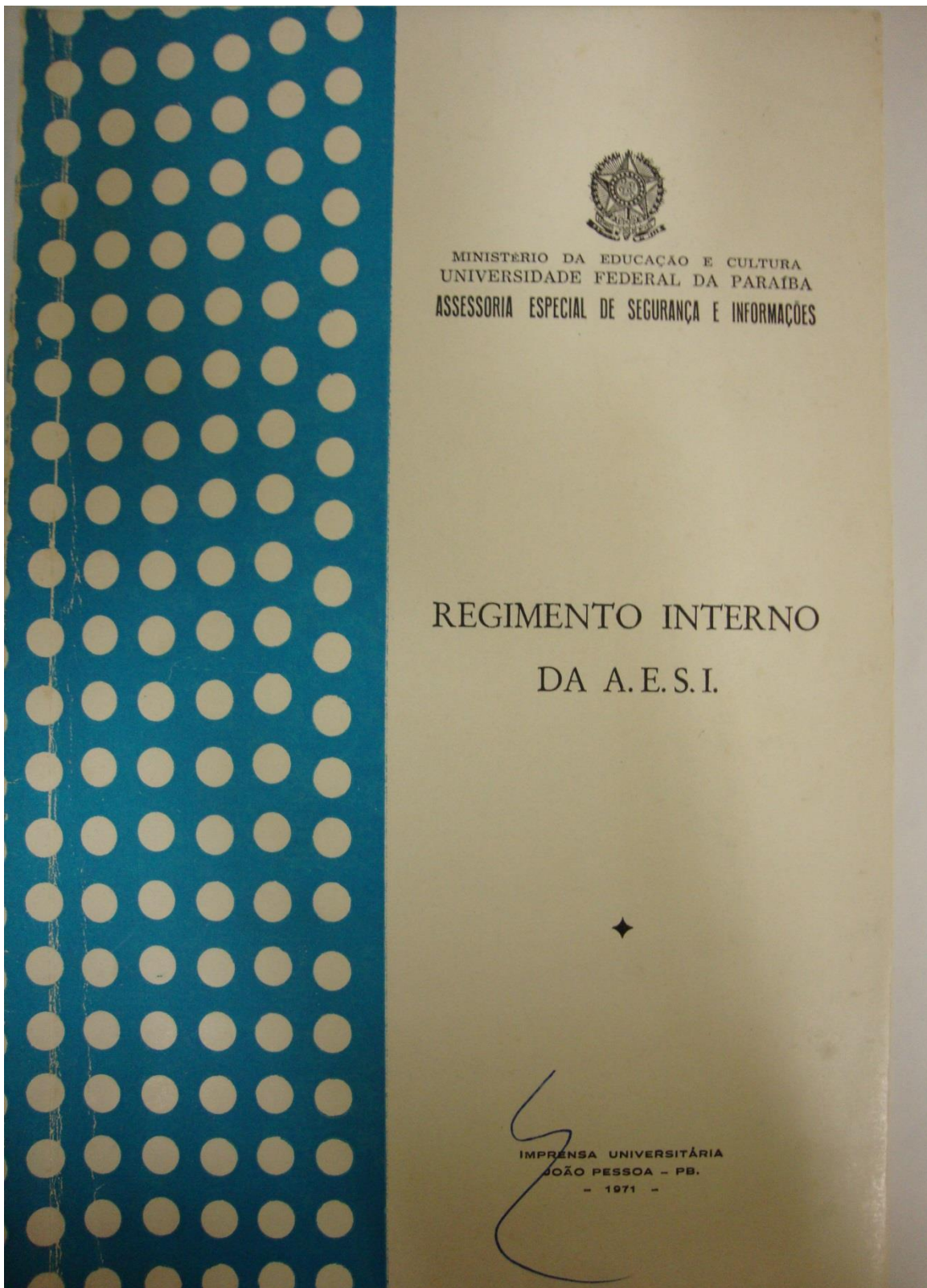


Figura 1 Regimento Interno AESI

CONFIDENCIAL

FICHA SINTÉTICA DE APERECIAÇÃO SOBRE O LEVANTAMENTO DE DADOS BIOGRÁFICOS EFETUADOS

LDB Nº NOME

COGITAÇÃO

1. POSIÇÃO IDEOLÓGICA	<input type="checkbox"/> DEMOCRATA <input type="checkbox"/> COMUNISTA <input type="checkbox"/> ESQUERDISTA <input type="checkbox"/> SEM POSIÇÃO DEFINIDA <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS <input type="checkbox"/> OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA
2. ATITUDE COM RELAÇÃO A REVOLUÇÃO DE 31/MAR/64	<input type="checkbox"/> INTEGRADO <input type="checkbox"/> ADESISTA <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO <input type="checkbox"/> CONTRA-REVOLUCIONÁRIO <input type="checkbox"/> SEM POSIÇÃO DEFINIDA <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS <input type="checkbox"/> OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA
3. ATIVIDADES SUBVERSIVAS	<input type="checkbox"/> ATUANTE <input type="checkbox"/> SIMPATIZANTE <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS <input type="checkbox"/> OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA
4. PROBIDADE ADMINISTRATIVA	<input type="checkbox"/> HÁ REGISTROS POSITIVOS <input type="checkbox"/> HÁ REGISTROS NEGATIVOS <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS
5. EFICIÊNCIA FUNCIONAL OU PROFISSIONAL	<input type="checkbox"/> HÁ REGISTROS POSITIVOS <input type="checkbox"/> HÁ REGISTROS NEGATIVOS <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS
6. CONDUTA CIVIL	<input type="checkbox"/> HÁ REGISTROS POSITIVOS <input type="checkbox"/> HÁ REGISTROS NEGATIVOS <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS
7. OBSERVAÇÕES	<p style="text-align: center;">APERECIAÇÃO FINAL</p> <input type="checkbox"/> NÃO HÁ RESTRIÇÃO <input type="checkbox"/> OS REGISTROS EXISTENTES NÃO CONTRA-INDICAM O APROVEITAMENTO <input type="checkbox"/> NÃO EXISTEM ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE CONTRA-INDIQUEM O APROVEITAMENTO <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS <input type="checkbox"/> NÃO DEVE SER APROVEITADO

CONFIDENCIAL

Figura 2 Ficha Sintética Individual

1975

SEMANA DE DIREITOS HUMANOS
3 SET.
DCE

SHOW MPB
DEBATES
FEIRA DE ARTESANATO
3 SET. DCE VFF

PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ORGANIZAÇÃO
ENTIDADES ESTUDANTIS DO GRANDE RIO

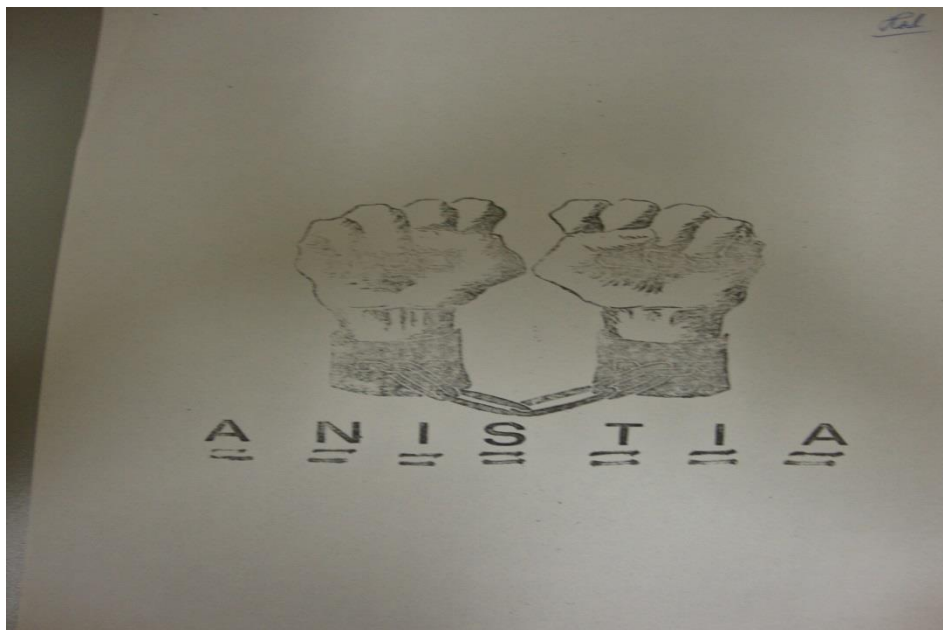
Figuras 3, 4, 5, 6 e 7 - Semana dos Direitos Humanos

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

No momento em que os jornais divulgam os desrespeitos cometidos pelos órgãos de segurança ferindo o Art. V da Declaração dos Direitos Humanos "Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante", nada mais justo que se apoie o Movimento Feminino pela Anistia em sua luta pelo estabelecimento das liberdades democráticas no país.

É justo que tomemos essa luta como nossa, pela anistia irrestrita de todos os presos políticos, incluindo os exilados que estão privados do uso dos direitos políticos em nosso convívio, quando a liberdade oprimida luta por florescer.

A lista em prol da Anistia de todos os presos políticos, encabeçada por Terezinha Zerbine, com apoio do Movimento Feminino já conta com milhares de assinaturas. Tem do já uma contando com 12 mil assinaturas, sido encaminhada à presidência do país.



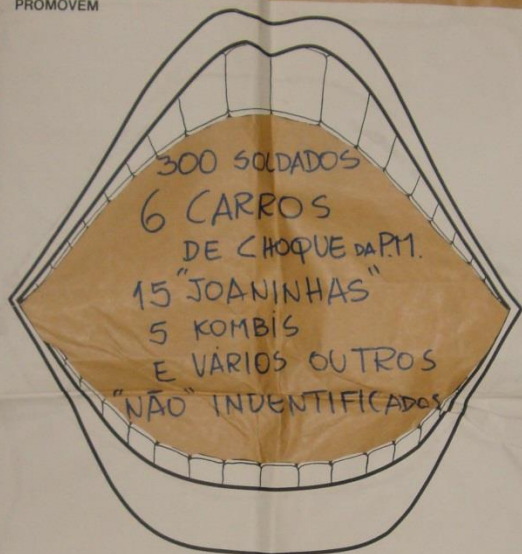
UFF · UFRJ · UERJ · FEFIEG
PROMOVEM

MPB · 4
JOÃO BOSCO
ALCEU VALENÇA
MILTON NASCIMENTO
LUIZ GONZAGA JR.
IVAN LINS · SERGIO RICARDO
ROBERTO NASCIMENTO
MARLUI MIRANDA
JOÃO DO VALE
GERALDO AZEVEDO
SUELI COSTA
VITAL FARIAS

DIA: 3 · NOV · 75 HORARIO: 21 h
LOCAL: DCE · UFF
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 625 · NITERÓI

QUEM PROMOVE

PROMOVEM



A

DIA: 3-NOV-75 HORARIO: 21 h
LOCAL: DCE-UFF
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 625 - NITERÓI

VIOLENCIA?

SEMANA DOS
DIREITOS... DA VIOLENCIA



Figura 8 Movimento DCE

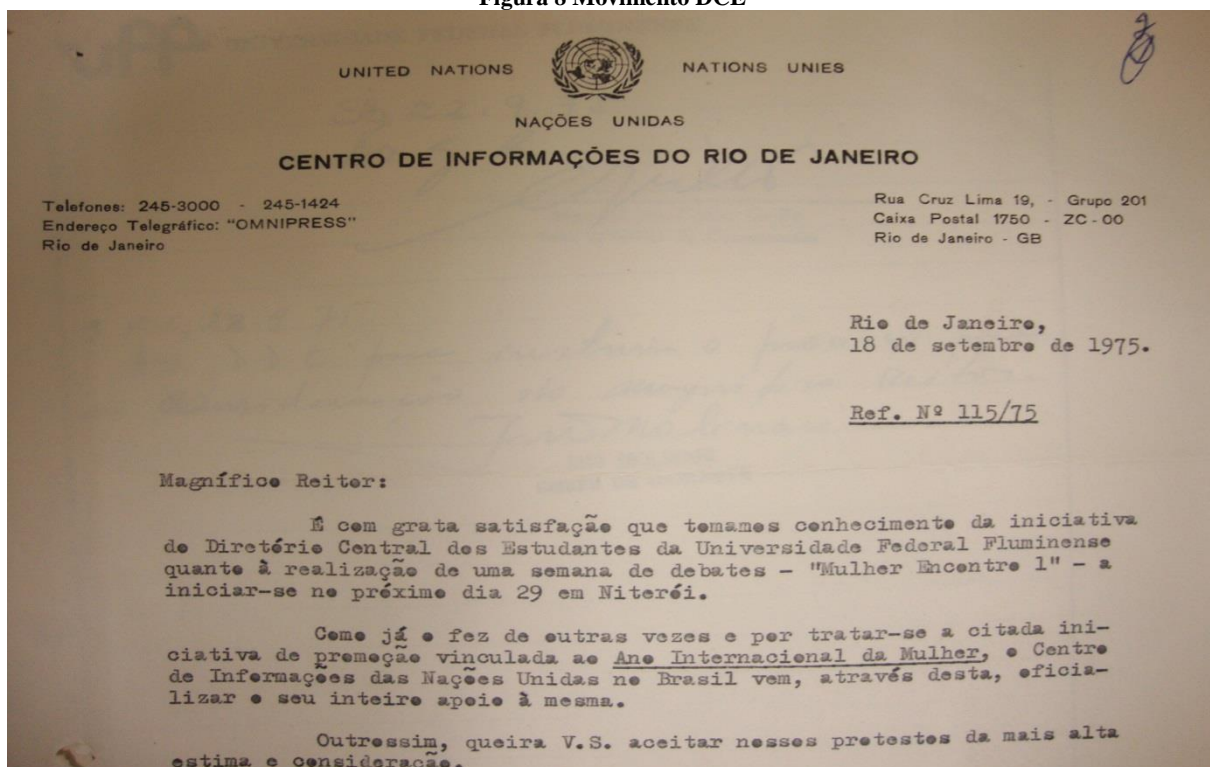
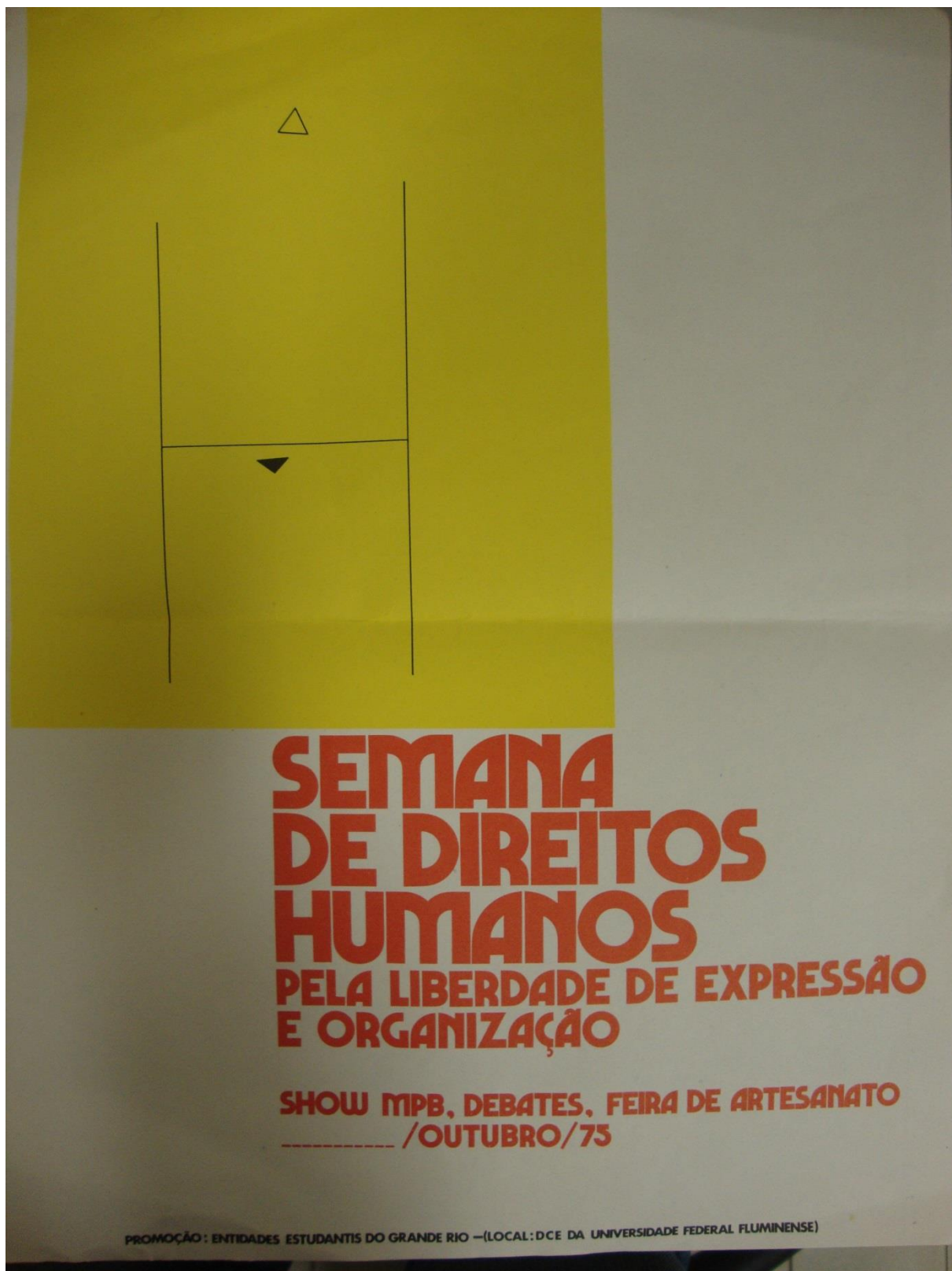


Figura 9 Semana da Mulher



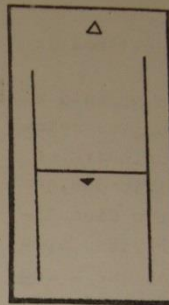
Figuras 10 e 11 Semana dos Direitos Humanos



**SEMANA
DE
DIREITOS
HUMANOS**

**SEMANA
DE DIREITOS
HUMANOS
PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO
E ORGANIZAÇÃO**

SHOW MPB, DEBATES, FEIRA DE ARTESANATO
PROMOÇÃO: ENTIDADES ESTUDANTIS DO GRANDE RIO



(LOCAL: DCE DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE)

Este ano completam-se 27 a
nos da aprovação, pela Terceira
Assembléia Geral da ONU, da decla
ção universal dos Direitos Huma
nos em dezembro de 1948. Nesta o
portunidade, os estudantes do
Grande Rio resolveram realizar
de 3 a 7 de novembro a sua Pri
meira SEMANA DOS DIREITOS HUMA
NOS. Desta forma, uma vez mais le
vantamos a palavra em defesa da
Liberdade de Reunião, Expressão
e Organização e dos Direitos de
Habitação, Educação, Saúde e Tra-

vinento e o caderno nº 2 do Opi
nião. Tudo isso é um fator de de
sagregação cultural de nosso pò
vo.

Os trabalhadores estão pro
ibidos até mesmo de reivindicar
rem por melhores salários. A po
pulação favelada cresce ano após
ano, e as "casas populares" bene
fician apenas os grandes cons
trutores. Os serviços do INPS es
tão longe de atender às necessi
dades da população, e nas regi
ões mais pobres, coma na Zona da

1976

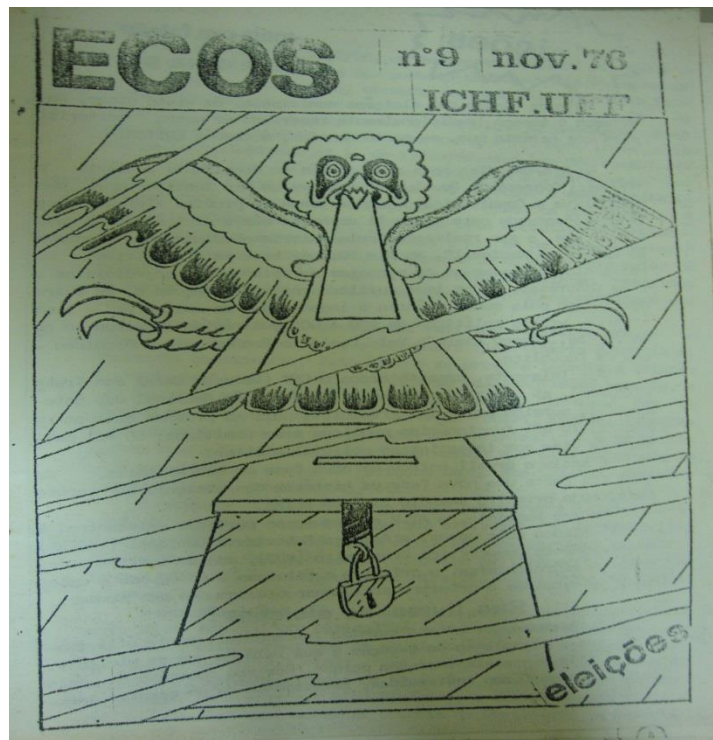


Figura 12 - Ecos Figura 13 - FOCA



1977

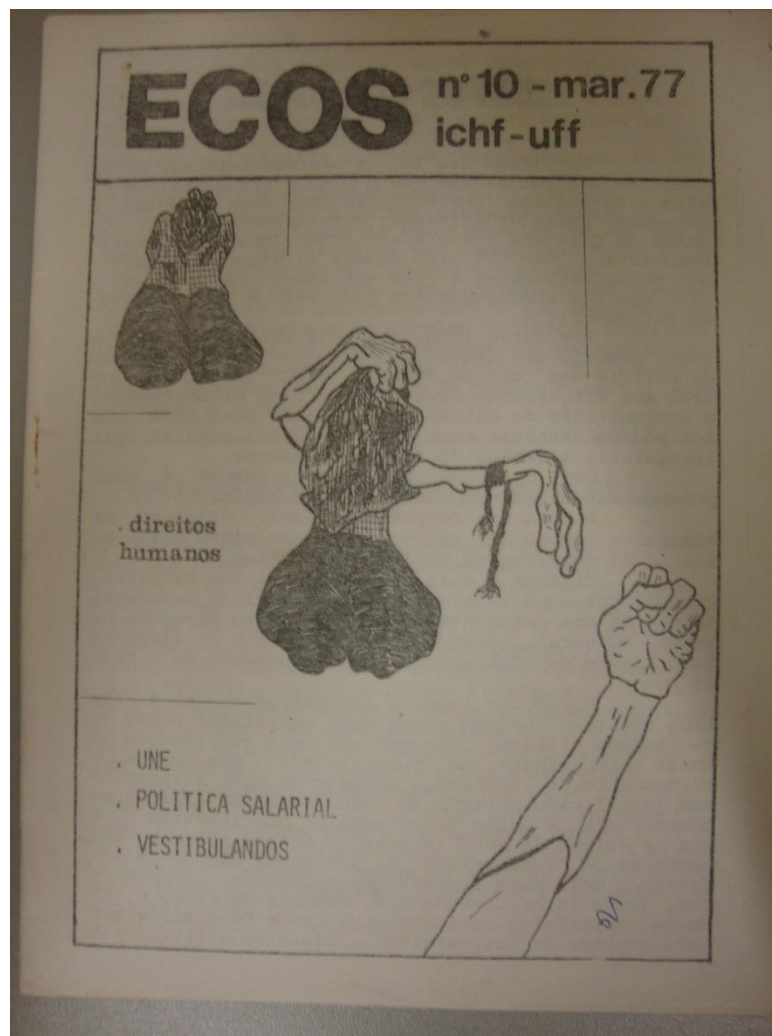


Figura 14 - ECOS Figura 15 - Balanço das eleições

Pul. M. N. 47
ANÁLISE SUPERFICIAL DAS ELEIÇÕES NA UFF

Foi ampla liberdade de propaganda, sabendo-se a priori que haveria excessos, principalmente em alguns setores, onde sabidamente se localizam elementos de esquerda, a respeito do AI 5, 477, DL 228, etc.

O pleito correu tranquilo, sem qualquer impugnação ou recurso.

As eleições foram homologadas em 27 de abril na reunião do Egrégio Conselho Universitário. Posse e eleição do DCB pelos Delegados Eleitores - escolhidos na eleição - serão oportunamente marcados.

Um análise superficial das eleições permitiram-nos as seguintes conclusões:

- Os elementos moderados conquistaram o Diretório da Faculdade de Direito por ampla margem de votos.
- Os elementos centristas perderam os Diretórios de Geografia e Química, em razão de preparo longo e bem efetuado pelos alunos do Curso de Ciências Sociais que obtêm créditos nesses 2 Institutos.
- Com referência a Serviço Social, Niterói e Campos, Letras

CONSTITUINTE --- COM LIBERDADE E ANISTIA // DCE

A grande imprensa -- O Globo, JB, Estadão, Folha... -- tem publicado notícias referentes a CONSTITUINTE, ou seja, à convocação de uma Assembléia para elaborar um novo corpo de leis para o país. (homens eleitos para este fim. Devido a pouquíssima discussão e participação política que hoje nós presenciamos no Brasil, em função de toda uma legislação de excessão, em geral, não sabemos o que significa uma Constituinte, e muitos nem vêem o significado de uma constituição.

Entendendo a importância do esclarecimento amplo sobre estas questões, o DCE propõe:

	<u>DEBATE</u>	DIA 27 - Quinta
com Vereadores, deputados,	20 horas	no DCE
advogados, jornalistas		
e outros		Avenida Visconde do Rio Branco 625

NOSSO DIA A DIA E A CONSTITUIÇÃO

As leis dentro de um país não são formuladas ao acaso. As normas de nossa escola não estão soltas em um amontoado de papéis. As regras da censura, o direito civil e político, isto é, o que constitui-se em crime, quais os direitos e deveres de um cidadão, tudo isto está interligado.

... formulação destas leis, não se parte do específico para o

12



Os meses de maio, junho e julho assinalaram o ressurgimento do movimento estudantil no cenário político nacional, em manifestações ocorridas nos principais estados do país. Dos atos públicos pela libertação de estudantes e operários presos, no dia Primeiro de Maio, em São Paulo, a recente reunião anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, a luta por liberdades democráticas ganhou um novo ímpeto: contra o decreto lei 477 e o AI-5; pela anistia geral, ampla e irrestrita, e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana. Páginas 3, 4, 5 e 10.

Expediente

DCE
Boletim Informativo

Campus: Curso de Uma nova

Figuras 16 e 17 Boletim do DCE

1978

reitos e lutam por suas reivindicações.

Um processo tão arbitrário quanto o que condenou Rosalice Magaldi Fernandes a um ano e seis meses de prisão. Rosalice, presa há oito meses, está recorrendo ao STM, e teme-se que mais uma vez o regime condene esta companheira, consumando mais uma injustiça contra os oprimidos.

Só a nossa irrestrita solidariedade e nossa efetiva mobilização pode conquistar a absolvição e o retorno dos companheiros às nossas lutas.

Nesse sentido, reuniu-se o COMITÊ PRIMEIRO DE MAIO PELA ANISTIA com a presença de entidades de diversos setores, encampando a defesa destes companheiros, entendendo-a como mais uma tarefa na luta que luta que hoje travamos pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Como parte de uma Campanha pela Absolvição dos presos de julho, o COMITÊ PRIMEIRO DE MAIO convoca a todos para um debate sobre "Justiça Militar e Processos Políticos", que se realizará quarta-feira, dia 15, às 20 horas, na PUC-RJ, na Rua Marques de São Vicente - Gávea.

COMITÊ PRIMEIRO DE MAIO PELA ANISTIA

destroçado em 14/02/78

Figura 18 - Convocatória Comitê Primeiro de Maio

1. No domingo, dia 12 do corrente, no período de 16,40 às 19 horas, houve uma reunião na sede da Juventude do MDB, de Niterói, com a presença de cerca de 120 pessoas.
2. Deste total, para o nosso informante, era claro, que predominava o elemento estudantil, principalmente da UFF, embora só podendo identificar 3, os demais sempre têm sido vistos nos movimentos do Grupo Ponto de Partida.
3. Que a promoção foi do Ponto de Partida não há dúvida, pois na sexta-feira foi afixado pelo DA de Engenharia - Gestão Ponto de Partida, onde se lia entre recortes de jornais, o seguinte: movimento pela criação do Partido Socialista - Anistia para Doralice Fernandes - Pela Anistia Ampla, Geral Irrestrita - Pelas Liberdades Democráticas.
4. A mesa dos trabalhos foi composta pelas seguintes pessoas: Carlos Augusto Coimbra de Mello (codnome Gute, antigo militante do AP), vereador pela Câmara Municipal de Niterói Ricardo Ober-

Figura 19 - Inf. 46/78 Ponto de Partida

1979

resolução para
atuação no m.u.

I. SITUAÇÃO POLÍTICA

1. nacional

Assistimos hoje a um agravamento da situação política, econômica e social do país, decorrente do tipo de desenvolvimento econômico, favorecido pela ditadura militar fascista, que se baseia na monopolização crescente da economia e super exploração dos trabalhadores.

No plano político percebemos um avanço significativo das forças que se opõem à ditadura. Cresce o sentimento oposicionista e a cada momento surgem novas formas de luta contra as arbitrariedades do regime. A ditadura perde progressivamente suas bases de apoio, isola-se, inclusive de setores que apoiaram o golpe de 64, e pressionada, utiliza-se de manobras políticas que visam dividir as forças de oposição para manter-se no poder. Estas manobras, que não conseguem enganar mais o povo brasileiro, só fazem aprofundar o grau de contradição da ditadura com os interesses da maioria da nação, e adiam, temporariamente, a solução efetiva dos graves problemas aprofundados nestes 15 anos de regime ditatorial.

Figuras 20 e 21 - Resolução PCB

3 o m.u. e a sociedade

A Universidade não está isolada do restante da sociedade. A luta democrática é de todo o povo brasileiro inclusive da Comunidade Universitária, pois assim como a maioria da sociedade ela também vem sofrendo as consequências do regime militar fascista.

a) Luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: o regime vem tentando propagandar a anistia parcial e restrita, alegando que "terroristas" devem responder pelos atos que cometeram. Sabemos que estas medidas visam atingir também nosso Partido, militares afastados após o golpe de 64, e outros setores. Para a classe operária é fundamental a conquista da anistia ampla, geral e irrestrita, que garanta a volta dos exilados, e propicie a legalização de todos os partidos.

b) Luta pelas Liberdades Democráticas e por uma Assembleia Constituinte: devemos lutar firmemente pela convocação de uma Assembleia Constituinte, livre e soberana, precedida da Anistia ampla, geral e irrestrita; de liberdade de organização para todos os partidos políticos, inclusive o PSP; pela liberdade de expressão e fim de qualquer censura; pela liberdade sindical e o fim da lei anti-greve, pois entendemos que esta luta que interessa e envolve todo o povo brasileiro, é fundamental para a classe operária, a que mais sofre na situação de arbítrio.